Azenha
de Santa Cruz
Torres Vedras

Resultados
dos Trabalhos
Arqueológicos
2004~2007

Isabel de Luna
Guilherme Cardoso
2008
ÍNDICE

1 – OBJECTIVOS DA INTERVENÇÃO

1.1 – Histórico recente do imóvel .......................... 5
1.2 – Enquadramento científico e regulamentar ........ 10
1.3 – Objectivos dos trabalhos arqueológicos .......... 11

2 – RECURSOS HUMANOS E TÉCNICOS

2.1 – Constituição da equipa técnica ...................... 12
2.2 – Meios utilizados ...................................... 16
2.3 – Calendarização ....................................... 17

3 – ENQUADRAMENTO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO

3.1 – Enquadramento legal ................................ 19
3.2 – Enquadramento administrativo .................... 22
3.3 – Enquadramento geográfico ......................... 23
  3.3.1 – Localização geográfica .......................... 23
  3.3.2 – Orografia .......................................... 28
  3.3.3 – Geologia ........................................... 33
  3.3.4 – Recursos hídricos, fluviais e marítimos .... 39
3.4 – Enquadramento histórico ............................ 49
  3.4.1 – Contexto arqueológico ......................... 49
  3.4.2 – Histórico do imóvel ............................. 66
4 – ESTRATÉGIA E METODOLOGIA DA INTERVENÇÃO

4.1 – Estratégia

4.2 – Metodologia

5 – CONDIÇÃO DO SÍTIO ANTES DO INÍCIO DOS TRABALHOS

6 – TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS: ESTRATIGRAFIA E ESTRUTURAS

6.1 – Sondagem 1

6.2 – Sondagem 2

6.3 – Sector 5

6.4 – Sector 6

6.5 – Sector 8

6.6 – Sector 9

6.7 – Sector 10

6.8 – Sector 13

6.9 – Sector 14

6.10 – Sector 15

6.11 – Sector 16

6.12 – Sector 18

7 – ESPÓLIO

7.1 – Recolha e tratamento

7.2 – Critérios de descrição

7.3 – Inventário

7.4 – Análise quantitativa geral
7.5 – Análise por categorias

7.5.1 – Cerâmica 244
7.5.2 – Vidros 287
7.5.3 – Líticos 289
7.5.4 – Fauna 291
7.5.5 – Metais 295
7.5.6 – Outro espólio 304

8 – ARQUITECTURA

8.1 – Dados prévios 305
8.2 – Abordagem metodológica 313
8.3 – Planta geral de unidades murais 319
8.4 – Ficheiro analítico 320
8.5 – Planta geral de adossamentos 422
8.6 – Planta geral de rupturas construtivas 423

9 – INTERPRETAÇÃO DO SÍTIO 424

10 – PROPOSTAS DE SEGUIMENTO 455

11 – BIBLIOGRAFIA 456

ANEXO 1 Inventário do Espólio Arqueológico
ANEXO 2 Relatório do Campo Arqueológico
1. OBJECTIVOS DA INTERVENÇÃO

1.1 HISTORIAL RECENTE DO IMÓVEL

A Azenha de Santa Cruz, com existência comprovada desde meados do século XVI, ter-se-á mantido em funcionamento, ininterruptamente, até meados da década de 50 do século XX. A partir desta altura, as suas dependências passaram a ser utilizadas para aluguer sazonal, durante a época balnear, até ao seu completo abandono, no final da mesma década, entrando depois num inevitável processo de degradação física, a que se viria a juntar a pressão urbanística, decorrente do acentuado desenvolvimento turístico da estância balnear de Santa Cruz, a partir dos alvores dos anos 60.

No início dos anos 80, a imprensa local veicula notícias de alguma insatisfação pelo estado de ruína em que a azenha se encontra (Callixto, 1980; Carimbo, 1982), manifestando a urgência no seu restauro e na sua transformação em “attractivo turístico”, sugerindo-se, já desde essa altura, a instalação de “um pequeno museu, que revelasse ao visitante como se vivia e como se veraneava na velha Santa Cruz de outras épocas” (Callixto, 1980, p. 1).

Figs. 1-2 – Azenha de Santa Cruz em 1982, já sem nenhuma roda.
É nessa sequência que, em finais de 1981, o vereador Dr. António Rosa apresenta à Câmara Municipal uma proposta de aquisição do imóvel e da sua zona envolvente, pelo município, promovendo-se, igualmente, o seu subsequente restauro, “porque é, sem dúvida, o único monumento de interesse de Santa Cruz”, “porque é indubitavelmente um monumento de interesse turístico” e “atendendo a que é um monumento em acelerada degradação” (Acta da reunião de 29 de Dezembro de 1981). A autarquia, atendendo aos avultados encargos inerentes a uma aquisição, delibera solicitar um estudo sobre o valor do imóvel, que possa sustentar, numa primeira fase, a sua proposta de classificação pelo Ministério da Cultura.

No seguimento desta deliberação, a autarquia viria a solicitar à Associação para a Defesa e Divulgação do Património Cultural de Torres Vedras a realização de um estudo histórico e morfológico do imóvel, integrando uma proposta de recuperação que servisse de base à classificação da azenha.

Este estudo foi concluído em 1982, numa altura em que, como se refere, o telhado “da sala de moagem – primeiro engenho – desapareceu quase por completo…. O da pequena sala contígua à cozinha grande teve igual sorte. Os restantes ameaçam ruína iminente. A cozinha pequena, para além de destelhada, está cheia de entulho até uma altura bastante considerável”; rebocos caídos e rombos nas paredes ameaçavam a estabilidade e integridade do edifício, onde a última dependência, voltada a Sul, era ainda habitada pelo resistente “Ti Alfredo”, que continuava a usar os dois compartimentos que dão para o
pátio (correspondentes aos sectores 5 e 16) para armazenamento do papel velho que recolhia para venda (Cunha e Sobreiro, 1982, pp. 41-42). Por outro lado, “o espaço visual da Azenha” estava já “affectado negativamente por construções de grande porte” (op. cit., p. 44).

A azenha é reconhecida como “um monumento etnográfico de enorme interesse turístico”, cuja preservação se impõe, incluindo “toda a área envolvente do monumento, cenário natural em que este se integra perfeitamente, (...) permitindo a fruição de um espaço visual sobre a orla marítima em que se englobam o Penedo do Guincho, ex-libris de Santa Cruz, e a construção fantasiosa da Torre, não menos exótico símbolo da localidade”, entendendo-se “o conjunto “Azenha/Zona Envolvente” como uma estrutura harmónica” (op. cit., p. 33). A proposta de intervenção apresentada por aquela associação visava “garantir a permanência da manutenção da Azenha, dignificando-a com autenticidade e conferindo-lhe uma função social útil”, através da sua conservação e restauro e, numa perspectiva didáctica, “da recuperação do primeiro engenho” e do “aproveitamento de algumas das restantes dependências (...) para exposição permanente do património etnográfico” e para “instalação de um posto de turismo” (op. cit., p. 48).

Fig. 5 – A azenha em 1983 (Daniel Costa).

Com base neste documento, a autarquia viria a solicitar, de seguida, a abertura do processo de classificação do edifício como Imóvel de Interesse Público. Nesse sentido,

Três anos mais tarde, a Junta da Freguesia da Silveira, tendo conhecimento da iminência da reconstrução da Azenha, por parte do seu proprietário, no âmbito de uma proposta de loteamento urbano do local, insiste, junto da autarquia, na sua recuperação para posto de turismo e salas de exposição. Sucedem-se algumas reuniões com o proprietário, com vista à recuperação do imóvel, que, em 1988, é adquirido pela empresa imobiliária Construtorres, de Torres Vedras – por permuta com Henrique dos Santos e Maria Casimira Santos – também com o objectivo de aí vir a construir um loteamento urbano.

Em Maio de 1990 é publicado o edital que determina a classificação da Azenha de Santa Cruz como Imóvel de Interesse Público. De imediato, a Câmara Municipal informa a empresa proprietária da urgência em se promover a recuperação do edifício e questiona-a sobre a sua disponibilidade para o alienar a favor da autarquia.

Ao longo da década de 90, a empresa Construtorres viria a desenvolver os trâmites administrativos com vista à aprovação do loteamento para o local, que viria a conseguir em 1995. A partir desta altura, deu início a uma intervenção no imóvel, supostamente com vista à sua transformação em estabelecimento de restauração, que o viria a adulterar significativamente. As obras, que abrangeram aspectos estruturais do edifício, incluíram o derrube de paredes antigas, a construção de novas paredes em alvenaria de tijolo, a construção de novos telhados corrigidos, a colocação de lintéis de betão para suportarem os novos telhados, a instalação de rede de esgotos, o reboco total das alvenarias com argamassas de cimento e a construção de pisos e caixas de esgoto, de betão.

As obras viriam a ser suspensas após a Câmara Municipal ter deliberado, em sede de elaboração do Plano de Urbanização de Santa Cruz, delimitar a área de protecção da Azenha (Acta da reunião de 17 de Março de 1997) e “não autorizar qualquer intervenção no local sem que, previamente seja feita, em tempos formais a doação da “Azenha” e zona a ela afecta” ao município (Acta da reunião de 26 de Maio de 1997). A isto viria a juntar-se, em 31 de Dezembro do mesmo ano, a publicação do Decreto de classificação do edifício como Imóvel de Interesse Público e, no início do ano seguinte, a deliberação da

Desde essa altura, o imóvel ficou abandonado, nunca tendo sido terminadas as obras então iniciadas. A partir do final de 2003, a Câmara Municipal de Torres Vedras, pretendendo proceder à reabilitação do edifício, com vista a repor o funcionamento integral dos engenhos e a nele criar um núcleo museológico-pedagógico, associado a um posto de informação turística, promoveu a elaboração de um projecto de recuperação.

Para apoiar o trabalho da equipa técnica responsável, foi necessário proceder à recolha de informação que permitisse uma reconstituição, o mais fiel possível, do funcionamento dos engenhos e da vivência quotidiana do imóvel. Foi nessa sequência que a autarquia viria a solicitar aos signatários a realização de sondagens arqueológicas prévias à intervenção arquitectónica, ao mesmo tempo que solicitava à Associação Cultural e Etnológica de A-dos-Cunhados, Pró-Memória, o seu levantamento histórico – sem que nenhuma das equipas tivesse conhecimento mútuo do trabalho, ou sequer da existência, uma da outra –, que viria a ser publicado em 2007.
1.2 – ENQUADRAMENTO CIENTÍFICO E REGULAMENTAR

O requerimento de autorização para a realização de trabalhos arqueológicos na Azenha de Santa Cruz foi dirigido ao Director do Instituto Português de Arqueologia pelo Vice-presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras, através de ofício com a referência MM/18/04, datado de 26 de Janeiro de 2004.

Designado por “Recuperação da Azenha de Santa Cruz”, o projecto propunha a realização de sondagens arqueológicas de estudo e salvaguarda, destinadas a fundamentar, arquitectónica, histórica e arqueologicamente, o projecto de recuperação da Azenha, com vista à reposição integral do funcionamento dos engenhos e à criação de um núcleo museológico-pedagógico, associado a um posto de informação turística.


Os trabalhos arqueológicos, integrados na categoria de Estudo e valorização de sítios ou monumentos classificados ou em vias de classificação, foram dirigidos por Isabel de Luna e Guilherme Cardoso, licenciados em História, na variante de Arqueologia. Ambos realizaram a presente intervenção enquanto funcionários, respectivamente, da Câmara Municipal de Torres Vedras – Museu Municipal Leonel Trindade (onde desempenha as funções de Conservadora de Museu) e da Assembleia Distrital de Lisboa (onde desempenha as funções de Técnico Superior de Arqueologia), na sequência da assinatura de um protocolo de colaboração entre estas duas entidades, em 1997.


O espólio recolhido na fase de escavação foi depositado, provisoriamente, nas reservas do Museu Municipal Leonel Trindade, em Torres Vedras.
1.3 – OBJECTIVOS DOS TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS

Atendendo a que a intervenção arqueológica tinha por base apoiar o trabalho da equipa técnica responsável pela elaboração do projecto de recuperação arquitectónica, os trabalhos tiveram como principal objectivo a recolha de informação que permitisse uma reconstituição, o mais fiel possível, da estrutura arquitectónica do edifício e do funcionamento dos engenhos.

No entanto, foi estabelecido, inicialmente, um conjunto mais abrangente de objectivos, que englobava, designadamente:

- Confirmar, ou não, a eventual existência de vestígios que pudessem esclarecer a estrutura e compartimentação original do imóvel, atendendo aos danos provocados pela intervenção do final do século XX.
- Estudar a arquitectura e o funcionamento da azenha.
- Averiguar da possibilidade de datar a construção do edifício e a sua ocupação secular.
- Recolher eventuais informações sobre a vivência quotidiana no imóvel.
- Verificar da possibilidade de existirem, no local, vestígios de uma ocupação humana anterior à construção da azenha, que pudessem enriquecer a história do sítio.
- Recolher o máximo de informação e de vestígios físicos, com vista a uma posterior musealização do interior do imóvel, com documentação relativa ao seu passado histórico.
2. RECURSOS HUMANOS E TÉCNICOS

2.1 CONSTITUIÇÃO DA EQUIPA TÉCNICA

CAMPO

Direcção Científica: Isabel de Luna CMTV/Museu Municipal Leonel Trindade
Guilherme Cardoso Assembleia Distrital de Lisboa

Assistentes de Arqueologia:
Rui Mergulho Contratado
Carlos Anunciação CMTV/Museu Municipal Leonel Trindade

Escavação e Tratamento inicial do espólio:
Clementino Amaro Arqueólogo
Maria Empis Arqueóloga
Eurico Sepúlveda Arqueólogo
Luísa Batalha Arqueóloga
Celina Claro Licenciada em História
Maria Dávila Licenciada em História
André Milícias Licenciado em História
Andreia Torres Estudante de Arqueologia
Regis Barbosa Estudante de História
Azenha de Santa Cruz, Torres Vedras: Relatório dos Trabalhos Arqueológicos

Ruben Monteiro  Estudante de Arqueologia
José Henriques  Estudante de Arqueologia
Renato Caldeira  Estudante de História
Lara Brito  Estudante de Arqueologia
Joana Ferreira  Estudante
Inês Pires  Estudante
Dinis Robalo  Estudante
Leonor Costa  Estudante
Pedro Costa  Estudante
Rafaela Bastos  Estudante
Nuno Moreira  Estudante
Filipe Robalo  Estudante
André Moreira  Estudante
Ângela Máximo  Estudante
António Pinto  CMTV/ Dep.º de Obras Municipais
João Franco  CMTV/ Dep.º de Obras Municipais
José António Santos  CMTV/ Dep.º de Obras Municipais
José Carlos Silva  CMTV/ Dep.º de Obras Municipais
Vitorio Santos  CMTV/ Dep.º de Obras Municipais
Luis Feliciano  CMTV/ Dep.º de Obras Municipais
Azenha de Santa Cruz, Torres Vedras: Relatório dos Trabalhos Arqueológicos

**Topografia:**  
José Gonçalves CMTV/ Dep.º de Obras Municipais  
Henrique Reis CMTV/ Dep.º de Obras Municipais  
Maximino Germano CMTV/ Dep.º de Obras Municipais  
Marco Tavares CMTV/ Dep.º de Obras Municipais

**Fotografia:**  
Guilherme Cardoso  
Isabel de Luna

**Desenho:**  
Rui Mergulho  
Luísa Batalha  
Andreia Torres  
Guilherme Cardoso  
Isabel Luna

**GABINETE**

**Desenho assistido por computador:**  
Isabel de Luna  
Carlos Robalo

**Desenho de reconstituição:**  
José Pedro Sobreiro  
Jorge Martins

**Georeferenciação:**  
Jorge Antunes CMTV/Gabinete SIG

**Cartografia de base:**  
Adélia Simões CMTV/Gabinete SIG
Nuno Dias  CMTV/Gabinete SIG

**Digitalização:** Isabel de Luna

**Apoio informático:**
- Nuno Patrício  CMTV/Dep.º de Ordenamento do Território
- Nuno Jordão  CMTV/Dep.º de Ordenamento do Território
- Luis Pacheco  CMTV/Dep.º de Obras Municipais

**Consultoria técnica:**
- Jorge Martins  CMTV/Dep.º de Ordenamento do Território
- Bruno Ferreira  Atelier *Ofício de Arquitectura*
- Carlos Figueiredo  CMTV/Dep.º de Ordenamento do Território

**Espólio**

**Tratamento:** Isabel de Luna

**Inventário:**
- Isabel de Luna  CMTV/Museu Municipal Leonel Trindade
- Carlos Anunciação  CMTV/Museu Municipal Leonel Trindade
- Rui Silva  CMTV/Museu Municipal Leonel Trindade

**Fotografia:** Guilherme Cardoso

Isabel de Luna

**Desenho:** Isabel de Luna

**Relatório**

**Investigação,**

**textos e grafismo:** Isabel de Luna
2.2 – MEIOS UTILIZADOS

Toda a logística necessária ao trabalho de campo esteve a cargo da Câmara Municipal de Torres Vedras, nomeadamente a disponibilização de equipamentos e materiais e o financiamento da intervenção.

A autarquia contratou um assistente de arqueólogo para a primeira fase dos trabalhos de campo e patrocinou o funcionamento do Campo de Trabalho Arqueológico, através do fornecimento de alojamento e do pagamento de refeições e de bolsas de participação.

Alguns serviços da autarquia foram também chamados a dar o seu contributo, durante esta fase dos trabalhos, através de meios humanos e equipamentos. Foram os casos da utilização de maquinaria pesada (rectroeavadora e martelos pneumáticos), equipamento topográfico (estação total), instalação de infraestruturas eléctricas (projectores de iluminação).

Para além de alguns pequenos trabalhos iniciais, que ainda foi possível realizar durante o período de funcionamento do Campo de Trabalho Arqueológico, a quase totalidade do trabalho de gabinete foi desenvolvida com recurso exclusivo ao trabalho dos directores científicos, utilizando alguns meios técnicos da autarquia, como máquina digitalizadora de grande formato, fotocopiadora, computador pessoal e impressora.

A realização do trabalho de gabinete também só foi possível graças à disponibilização de recursos próprios da direcção científica, nomeadamente equipamentos fotográficos, digitalizador A4, computador pessoal, discos externos e software informático.
2.3 – CALENDARIZAÇÃO

Os trabalhos arqueológicos tiveram início com a realização de duas sondagens mecânicas no exterior do imóvel, a nascente do mesmo, no dia 29 de Abril de 2004.

A necessidade de se proceder à picagem prévia das paredes e pisos, fez com que só fosse possível iniciar as sondagens interiores no Verão de 2005.

A primeira fase de trabalhos no interior do imóvel decorreu entre 27 de Junho e 26 de Julho de 2005. Findo este período, para o qual foi contratado um técnico de arqueologia, constatou-se a necessidade de continuar os trabalhos e ampliar as sondagens à quase totalidade do imóvel.

Assim, programou-se uma nova fase de trabalhos arqueológicos para o mês de Setembro, que decorreria através da organização de um Campo de Trabalho Arqueológico, com a participação de jovens estudantes, nomeadamente de Arqueologia. Esta campanha decorreu entre 6 e 23 de Setembro de 2005, finda a qual ficaram apenas pendentes pequenos trabalhos de escavação e limpeza final e o levantamento e registo de estruturas e plantas.

As más condições climatéricas obrigaram à interrupção e sucessivo adiamento destes trabalhos finais, que só foi possível retomar entre 13 e 14 de Fevereiro de 2006, para novamente serem interrompidos, devido às difíceis condições atmosféricas, tendo sido, finalmente, concluídos entre 19 e 23 de Junho de 2006.

Já em 2007, durante a fase de análise e redacção do relatório, foram efectuados pequenos trabalhos de limpeza e picagem nalgumas zonas de adossamento de unidades estratigráficas positivas, nomeadamente em áreas não intervencionadas arqueologicamente, de modo a permitir um levantamento mais rigoroso das unidades estratigráficas murais, trabalho esse efectuado em cerca de seis deslocações espaçadas no tempo, ocorridas entre os meses de Julho e Outubro.
## Cronograma dos trabalhos arqueológicos

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>2004</th>
<th>2005</th>
<th>2006</th>
<th>2007</th>
<th>2008</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Escavação arqueológica</td>
<td>☑️</td>
<td>☑️</td>
<td>☑️</td>
<td>☑️</td>
<td>☑️</td>
</tr>
<tr>
<td>Tratamento do espólio</td>
<td>☑️</td>
<td>☑️</td>
<td>☑️</td>
<td>☑️</td>
<td>☑️</td>
</tr>
<tr>
<td>Levantamento e estudo arquitectónico</td>
<td>☑️</td>
<td>☑️</td>
<td>☑️</td>
<td>☑️</td>
<td>☑️</td>
</tr>
<tr>
<td>Desenho arqueológico</td>
<td>☑️</td>
<td>☑️</td>
<td>☑️</td>
<td>☑️</td>
<td>☑️</td>
</tr>
<tr>
<td>Elaboração do relatório</td>
<td>☑️</td>
<td>☑️</td>
<td>☑️</td>
<td>☑️</td>
<td>☑️</td>
</tr>
</tbody>
</table>
3. ENQUADRAMENTO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO

3.1 – ENQUADRAMENTO LEGAL

A Azenha de Santa Cruz e o terreno circundante são, desde 1999, propriedade da Câmara Municipal de Torres Vedras, com morada sita no Edifício 5 de Outubro, Avenida 5 de Outubro, 2560-270 Torres Vedras.

O edifício encontra-se classificado como Imóvel de Interesse Público pelo Decreto n.º 67/97, de 31 de Dezembro, publicado no Diário da República n.º 301.

De acordo com o Plano Director Municipal de Torres Vedras, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 144/2007, de 26 de Setembro, o edifício da Azenha de Santa Cruz encontra-se integrado em solo urbanizado – área urbana –, confrontando, a poente, com arribas da zona costeira, pertencentes à Reserva Ecológica Nacional.
Fig. 7 - Extracto da planta de ordenamento do PDMTV.

Fig. 8 - Extracto da planta de condicionantes do PDMTV.
Fig. 9 - Extracto da planta da Reserva Ecológica Nacional do PDMTV.
3.2 – ENQUADRAMENTO ADMINISTRATIVO

**Designação:** Azenha de Santa Cruz.

**Localização administrativa:**

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>Pais</strong></th>
<th>Portugal</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Região</strong></td>
<td>Centro</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Sub-região</strong></td>
<td>Oeste</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Distrito</strong></td>
<td>Lisboa</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Concelho</strong></td>
<td>Torres Vedras</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Freguesia</strong></td>
<td>Silveira</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Lugar</strong></td>
<td>Santa Cruz</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Rua</strong></td>
<td>Rua da Azenha</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Microtopónimo</strong></td>
<td>Casal da Azenha; Vale da Azenha</td>
</tr>
</tbody>
</table>
3.3 – ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

3.3.1 – LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

Fig. 10 – Localização na Península Ibérica.

Fig. 11 – Localização no mapa de Portugal.
Coordenadas geográficas do imóvel:

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>Hayford-Gauss Datum 73</th>
<th></th>
<th></th>
<th>Lisboa</th>
<th></th>
<th></th>
<th>WGS84</th>
<th></th>
<th></th>
<th>ED50</th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>X</td>
<td>Y</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Coordenadas Ponto Central</td>
<td>-97346.31</td>
<td></td>
<td>-63585.57</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Coordenadas Geográficas</td>
<td>-09° 23' 02.106&quot;</td>
<td></td>
<td>39° 07' 58.846&quot;</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Coordenadas Militares</td>
<td>091919.90</td>
<td></td>
<td>241409.77</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Coordenadas Geográficas</td>
<td>-09° 22' 54.543&quot;</td>
<td></td>
<td>39° 07' 56.099&quot;</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Coordenadas UTM (Fuso 29)</td>
<td>466890.79</td>
<td></td>
<td>4331696.51</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Coordenadas Geográficas</td>
<td>-09° 22' 59.095&quot;</td>
<td></td>
<td>39° 08' 01.744&quot;</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Coordenadas UTM (Fuso 29)</td>
<td>467011.20</td>
<td></td>
<td>4331909.23</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Coordenadas Geográficas</td>
<td>-09° 22' 54.042&quot;</td>
<td></td>
<td>39° 08' 06.286&quot;</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
Construída no limite Sul da pequena aldeia de Santa Cruz, a Azenha de Santa Cruz foi sendo envolvida pelas construções que cresceram ao seu redor, ao longo da segunda metade do século XX, em virtude do acentuado desenvolvimento urbano que caracterizou esta estância balnear. Encontra-se, por isso, actualmente, no centro desta localidade, contígua à Praia do Guincho, cujo acesso partilha.

A localidade de Santa Cruz situa-se na costa atlântica, fronteira ao mar, a noroeste da sede do concelho, da qual dista cerca de 15 km. O seu acesso é feito através da EN 247, datando de 1902 a sua primeira ligação à sede do concelho, por estrada municipal (Vieira, 1926, p. 184).
Fig. 15 – Localização da Azenha de Santa Cruz na CMP, à escala de 1: 25.000.

Fig. 16 – Extracto da carta 1: 10.000.

Fig. 17 – Extracto da carta 1: 2.000.
Fig. 18 – Vista aérea de Santa Cruz.

Fig. 19 – Vista aérea da Azenha de Santa Cruz.
3.3.2 – OROGRAFIA

“Santa Cruz é, a seguir a Peniche, a mais importante povoação ribeirinha deste trecho de costa”, entre o Cabo Carvoeiro e a Ponta da Lamparoeira. Actualmente, “o seu casario estende-se por alguns quilómetros sobre a arriba (que a meio da povoação baixa bastante) e vai ligar-se por N[orte]. a Vale de Janelas e a algumas urbanizações turísticas” (Coutinho e Leal, 1990, p. 12/5).

De facto, as arribas altas, que caracterizam o litoral oeste, baixam significativamente a partir da praia de Santa Rita, para Sul, onde se estendem vastos areais: “a arriba, que desde Santa Rita se torna mais baixa, eleva-se então no Alto da Vela, para se interromper um pouco mais a S[ul], na larga Praia Formosa” (Ministério da Marinha, 1952, p. 178). O Alto da Vela, com os seus cerca de 75m de altitude, constitui uma “saliência notável na arriba” (Ibidem) e o seu ponto culminante, constituindo uma significativa referência orográfica da zona circundante.

A partir desta elevação do terreno, a arriba desce de forma relativamente abrupta no sentido Sul – Norte, terminando no actual acesso ao areal da praia do Guincho, contíguo à Azenha de Santa Cruz, a uma cota pouco superior à do nível do mar. É praticamente no limite inferior desta vertente rochosa que se situa a azenha.

O levantamento topográfico da área de implantação da azenha permitiu uma verificação mais rigorosa da orografia do terreno circundante. Assim, actualmente, o imóvel é definido por uma cota de 25m a Sul e de 17,5m a Norte. Atendendo a que, antigamente, a azenha possuía uma outra edificação com uma terceira roda, ainda mais a Norte, e que o terreno não tinha ainda sido aterrado para a criação do caminho de acesso à praia, podemos calcular que o conjunto edificado da azenha se implantaria, sensivelmente, entre os 12 e os 25m (colocando de parte, para este efeito, outros anexos que o imóvel possuía mais a Sul e, logo, a uma cota superior). Teríamos, assim, um conjunto edificado que venceria um desnível aproximado de 13m.
Fig. 20 – Mapa orográfico da zona de Santa Cruz.
Fig. 21 – Secções topográficas do mapa orográfico.

A secção topográfica esquemática A-B (Sul – Norte), respeitante ao mapa orográfico da zona, permite visualizar estas características de uma forma mais evidente.

Fig. 22 – Secção topográfica Sul – Norte.
Assim, apesar de situada a uma cota relativamente baixa do terreno, a Azenha de Santa Cruz localizava-se numa arriba com uma pendente considerável, actualmente suavizada pelos diversos trabalhos de urbanização levados a efeito a Sul. Essa inclinação seria vital para que a queda da água possibilitasse um adequado movimento giratório das sucessivas rodas dos engenhos.

Mas a implantação da azenha no término do vale homónimo e no troço final da ribeira que nele corria, já muito próximo do areal, teve ainda em conta dois outros importantes factores orográficos. Por um lado, a imensa pendente que nasce no Alto da Vela, criando um desnível contínuo de mais de 50m, proporcionava uma excelente canalização e recolha, pela azenha, das águas das diversas nascentes a sudoeste, bem como das águas pluviais, criando um maior caudal de alimentação das rodas. Por outro lado, também a pendente contínua do terreno a sudeste, ainda que não tão íngreme, permitia uma óptima drenagem, tanto de águas pluviais como de lençóis subterrâneos, que alimentavam a referida ribeira, como se pode verificar pela secção topográfica esquemática C-D (poente – nascente), respeitante ao mapa orográfico da zona. “Nada
melhor que escolher a sua implantação perto da foz da ribeira, no sector mais profundo do vale, e o mais a jusante possível, aproveitando em simultâneo o recorte favorável da linha de costa” (Miranda, 2006, p. 17).

A orientação da bacia hidrográfica da ribeira, a Sul, fazia com que todas estas águas a abastecessem em abundância, garantindo uma excelente alimentação dos engenhos. Por outro lado, a forte pendente permitia, igualmente, que a água chegasse à azenha com o vigor necessário, reforçado pelos desniveis existentes entre as várias rodas.

Por último, não pode deixar de referir-se que a existência do topónimo Vale da Azenha atesta, de forma significativa, a importância deste vale na topografia da localidade, cuja profundidade original seria, com certeza, bastante maior, atendendo ao assoreamento que, necessariamente, terá sofrido ao longo dos últimos cinco séculos, tanto pelo transporte de areias de origem dunar, como pela sedimentação detritica provocada pelos trabalhos agrícolas, em especial nos últimos séculos.
3.3.3 – GEOLOGIA

A Azenha de Santa Cruz situa-se numa arriba do litoral atlântico, numa costa fortemente marcada pelos ventos oriundos de Norte, definida como costa de abrasão (Ribeiro, Lautensach e Daveau, 1987-1991, vol. 1, p. 99) e integrada no sistema de superfícies de erosão e maciços de colinas do Portugal Litoral Médio, com entalhes e ondulações recentes (Idem, p. 165, fig. 22). E foi das arribas, que distinguem a povoação, que adveio o seu nome: Santa Cruz de Ribamar.

Mas são também os extensos areais, a nordeste e a nascente da azenha, que caracterizam a paisagem da zona: “As extensas e numerosas manchas de areia que revestem o terreno, até em cotas relativamente elevadas, tornam inconfundível este trecho da costa de Santa Cruz” (Ministério da Marinha, 1952, p. 178).

Fig. 24 – Extracto da Carta Geológica do Quaternário de Portugal, à escala de 1: 1.000.000.

Junto ao mar, as praias são formadas por areias modernas, transportadas pela deriva litoral e acumuladas pela acção dos promontórios rochosos, que funcionam como esporões naturais (Manuppella et alii, 1999, p. 8). Para nascente, são as dunas –
formadas por acumulações de areias eólicas – que marcam a paisagem. Através do transporte eólico, “a areia penetra para o interior, chegando a atingir cotas próximas dos 70 m, na zona de Santa Cruz” (op. cit., p. 9). Actualmente, estes sistemas dunares, “que correspondem a antigos sistemas eólicos do tipo rampa” (Ibidem), não têm alimentação sedimentar. Constituem, assim, dunas modernas fossilizadas por vegetação, porosas – de elevada a média permeabilidade –, “nem sempre visíveis, devido à utilização dos campos arenosos para cultivo” (Ibidem).

Originários do Pleistoceno são os depósitos de areias superficiais eólicas “cinzentas, localizados nos pequenos vales afluentes ao Norte […] do Rio Sizandro” (Zbyszewski, Almeida e Assunção, 1955, p. 6). Já a nordeste da azenha, ao longo da costa e sobre as arribas, surgem “restos de vários terraços quaternários”, vastos depósitos “de antigas praias marinhas”, de que a área entre as praias do Seixo e de Santa Rita constitui um exemplo notável. Do mesmo período geológico são “os baixos terraços situados ao longo da estrada de Torres Vedras à Praia de Santa Cruz […], constituídos por areias argilosas
acastanhadas com calhaus rolados. Os níveis mais altos são representados por grés pouco consolidados e por areias argilosas com calhaus rolados, entre os quais o quartzo predomina, mas onde aparecem também o silex, o quartzito e algumas rochas eruptivas alteradas de tipo granítico” (Idem, p. 7).

Figs. 26-28 – Fotografias do início do século XX, mostrando a implantação de Santa Cruz sobre dunas (BMTV).
A zona da azenha assenta em “depósitos poligenéticos marinhos e continentais, […] com predominância de formações de origem continental” (Serviços Geológicos de Portugal, 1969). A Sul, é delimitada por “formações antequaternárias, por vezes cobertas de depósitos de reduzida importância” (Ibidem).

O substrato rochoso das arribas onde está implantada a azenha é formado por dois complexos geológicos distintos.

Na zona da Praia do Guincho e para Sul, desenvolvem-se formações rochosas do sistema de Grés, Margas e Arenitos da Praia da Amoreira-Porto Novo, integradas nas Camadas de Alcobaça, pertencentes ao período Kimmeridgiano (Jurássico Superior). Tratam-se, essencialmente, de “sedimentos continentais, constituídos por arenitos grosseiros cauliniticos e por argilitos com solos calcários intercalados, formando por vezes apertada alternância em que dominam os argilitos” (Manuppella et alii, 1999, p. 3). É deste estrato rochoso, de cor amarelada, que provém a maioria das pedras calcárias, calco-areníticas e areníticas utilizadas na construção da azenha. Esta estrutura geológica é responsável pela designação de Riba Amarela (Vieira, 1926, p. 183), dada à arriba fronteira ao Penedo do Guincho (com o qual comparte a composição).

Por sua vez, as arribas da zona de Santa Cruz, a Norte da Praia Formosa, nomeadamente aquela onde está assente o edifício da azenha, consistem numa formação rochosa do complexo pelítico-carbonatado-evaporítico designado por Margas de Dagorda, pertencentes ao período Hetangiano (Jurássico Inferior/Lias). Esta formação é constituída “essencialmente por argilas gipsíferas e salíferas, profundamente brechificadas, que constituem o "cap rock" das extrusões salíferas de Bolhos, Lourinhã e Santa Cruz. As cores dominantes são a violácea ou "borra de vinho" e a esverdeada” (Manuppella et alii, 1999, p. 2). Este substrato rochoso foi visível, durante os trabalhos arqueológicos, após a remoção de todas as camadas deposicionais recentes, do interior da azenha. De uma forte cor avermelhada (cor de vinho), apresenta uma camada superior em grande decomposição. Sobrepõe-se-lhe uma pequena camada de terra avermelhada, formada pelo produto da decomposição da camada superficial da rocha, com algumas intrusões dos estratos deposicionais de terra mais antigos, do interior do edifício. Estas margas desagregam-se em fragmentos cubóides e paralelipípedicos.
Nas vertentes marítimas das arribas, entre a Praia do Centro e a Praia Formosa, é visível a intercalação sucessiva de camadas dos dois tipos constituintes deste complexo de Margas de Dagorda: as margas avermelhadas e outras de cor, não esverdeada, mas sim de uma evidente e característica coloração cinzenta azulada, que Júlio Vieira denominou de “greda azulada” (Vieira, 1926, p. 184). Esta margar cinzenta, também visível nalguns locais do interior da azenha, embora em manchas muito pequenas, foi utilizada na construção de uma das paredes do edifício (ficha UM-49, capítulo 8.4).

A Norte e nascente da Azenha encontram-se, também, algumas manchas rochosas do complexo de Grés de Torres Vedras, do período Cretácico.

O Penedo do Guincho, uma notável rocha furada situada perto da linha da baixa-mar, com uma dimensão monumental (cerca de 30m de altura e 100m de perímetro), constitui a mais extraordinária formação geológica da zona e um dos símbolos desta estância balnear.
A generalidade dos solos que rodeiam a actual área urbana de Santa Cruz é incipiente, dada a sua natureza dunar – “sendo aliás o terreno ao redor árido, e coberto pela maior parte de areias, que os ventos têm acarretado para a terra” (Torres, 1862, p. 23) –, exceptuando-se algumas pequenas zonas adjacentes a algumas ribeiras, nomeadamente daquelas cujas águas corriam na direcção do Vale da Azenha. Os anotadores da obra de Madeira Torres, cerca de 1865, fazem a seguinte caracterização do terreno desta faixa costeira: “pela maior parte he fraco, e está ainda por cultivar, por causa do ar do mar” (Leal e Vasconcelos, c. 1865).
3.3.4 – RECURSOS HÍDRICOS, FLUVIAIS E MARÍTIMOS

A bacia hidrográfica que alimentava a Azenha de Santa Cruz está, naturalmente, intimamente ligada à orografia do terreno. Trata-se de uma bacia hidrográfica exorreica, orientada de Sul/Sudeste para Norte/Noroeste, que integra uma rede fluvial de pequenos cursos de água, tributários de duas ribeiras principais, cujas águas confluíam para o Vale da Azenha. Estes cursos de água tinham “origem em diversas nascentes, algumas associadas a fontes que abasteciam as populações, como aquelas que ainda se podem observar na localidade da Boavista e junto ao parque municipal, em Santa Cruz” (Miranda, 2006, p. 14).

Fig. 31 – Antiga fonte no centro da povoação, mandada construir pela Câmara Municipal em 1883.

Figs. 32-33 – Fonte actual, localizada à entrada da povoação, a Sul da azenha.
Já Júlio Vieira, em 1926, referia a abundância de água em Santa Cruz: “Em redor de Santa Cruz há fartos mananciais de água potável”. “Existem três fontes, de boa água, uma no centro do lugar e construída pela câmara em 1883, com as águas emanadas dos areais; outra feita recentemente por iniciativa particular ao lado direito da estrada e à entrada da povoação e que se denomina pitorescamente fonte dos Tres Zés [...]; a terceira e mais antiga fonte é a do Pizão, reparada há anos e cujas águas finíssimas são muito apreciadas” (Vieira, 1926, p. 185). Esta última situava-se junto ao pisão da azenha de Santa Cruz (Ibidem).

Fig. 34 – Bacia hidrográfica de alimentação da Azenha de Santa Cruz.

Uma primeira rede de drenagem “corria a Oeste e paralelo à linha de costa, com origem nos casais das Amoeiras” e no Casal do Vale Grande, “com orientação geral de Sul-Norte” (Miranda, 2006, p. 14). Nesta rede assume maior relevo a drenagem de águas superficiais, atendendo, não só à maior pendente, como ao facto de “os grés e as argilas do Jurássico (Portlandiano, Kimmeridgiano, etc.)”, que constituem o solo a Sul/Sudoeste.
da azenha, apenas formarem “alguns níveis aquíferos muito irregulares e quase sempre pouco abundantes” (Zbyszewski, Almeida e Assunção, 1955, p. 32).

Um segundo sistema fluvial, formado por uma ribeira principal com “origem na Boavista de Cima” e uma “orientação geral de Sudeste-Noroeste”, “passava a leste do actual hangar do aeroclube, onde tinha a designação popular de Rio das Mulheres, pela utilização deste local para lavar roupa”, passando, posteriormente, “entre o Casal do Ermitão e o Casal do Vale da Ribeira”. Era alimentada por diversas ribeiras, algumas originárias do Casal das Feijoas, “entrando em Santa Cruz pela área do actual parque municipal” (Miranda, 2006, p. 14). Neste sistema adquirem maior importância os lençóis subterrâneos, não só pela maior permeabilidade fornecida pelas areias dunares, que favorecem a infiltração das águas pluviais, como pela existência de manchas do complexo de “Grés de Torres”. Este complexo “é constituído por alternâncias de formações permeáveis e impermeáveis, alimentando os seus grés e calcários alguns poços e pequenas nascentes” (Zbyszewski, Almeida e Assunção, 1955, p. 31).

No seu troço final, na actual área urbana de Santa Cruz, estes dois cursos de água uniam-se, confluindo para o vale onde se localizava a azenha.

Os mais antigos registos conhecidos do Vale da Azenha, de meados do século XV, referem-se a “hua augua” que “nacee de todollos valles e vay teer ao mar onde se metee” (Luís, 2006, p. 28). Trata-se de uma descrição que remete, não só para uma orografia mais acentuada, como para um sistema fluvial perene, que terá vindo a tornar-se intermitente ao longo dos tempos, devido – para além da normal evolução climatérica –, fundamentalmente, à intensificação da exploração agrícola, com todas as suas consequências ao nível do consumo de recursos aquíferos, erosão dos solos e assoreamento.

No terceiro quartel do século XIX, os anotadores da Parte Económica da obra de Madeira Torres fazem a seguinte descrição das águas de Santa Cruz: “Os arêáes próximos às ribas da costa do occeano no nosso concelho, especialmente nos nomeados sítios de Sancta Cruz e Pizão, são muito abundantes d’agoa boa e perene, e até de nascentes copiozas, algumas das quaes fazem mover os pizões (e tambem azenhas juntamente)
[...]. Muitas d’essas nascentes porem são desaproveitadas por incúria dos habitantes d’aquelle sitio; a maior e que fáz mover a azanha e pizão de que fallámos, e de óptima agoa, hé a chamada fonte da Estacáda, que nasce no fundo d’um monte d’áréa. Hé pelo motivo da sua abundancia d’agoas que esta nossa costa se torna muito singular” (Leal e Vasconcelos, c. 1865).

Várias destas ribeiras foram encanadas no último século, para permitir a urbanização de toda esta área do litoral. No entanto, as águas que anteriormente corriam pelo Vale da Azenha, agora encanadas e despejadas directamente nas areias da Praia do Guincho, continuam a marcar o areal com o seu caudal, mesmo durante o estio. “A conduta que se encontra na praia do Guincho escoa actualmente as águas provenientes das ribeiras com origem no Casal das Amoeiras, dado que as águas que provêm das outras ribeiras que têm origem na localidade da Boavista, correm numa outra conduta que as lança directamente no mar, devido ao maior caudal das mesmas” (Miranda, 2006, p. 16). Refira-se, no entanto, a título de exemplo do caudal de que estas ribeiras ainda dispõem, que ainda em 2005 a Câmara Municipal de Torres Vedras era informada do facto de “a linha de água em Santa Cruz, que passa ao Casal do Ermitão e em tempos abastecia a Azenha”, ter sido interrompida imediatamente a Sul desta, e alertada “para a proximidade do Inverno e para a necessidade de a linha de água ser desobstruída sob pena de inundarem os terrenos a jusante” (Acta da CMTV, de 20-09-2005).

A Norte da povoação de Santa Cruz corre ainda a Ribeira da Estacada, que alimentava a Azenha do Pisão, em tempos existente junto àquela arriba, responsável pela denominação de Praia do Pisão.

Outro importante recurso hídrico da zona era o mar, por ventura responsável pelo estabelecimento da povoação de Santa Cruz, e ao qual os habitantes da azenha não terão sido indiferentes.
A Zenha de Santa Cruz situa-se numa zona em que a falésia faz uma reentrância abrigada. Apesar de voltada a Norte, usufruía da pequena enseada protegida da Praia Formosa, cujo areal foi em tempos bastante mais generoso.

Figs. 35-36 – Praia Formosa, no início do século XX (BMTV).
Figs. 37-38 – Rochedos da Praia do Centro, no início e meados do século XX (BMTV).

Figs. 39-40 – Rochedos da Praia do Guincho, no início do século XX (BMTV).

Figs. 41-42 – Rochedos da praia do Guincho, no início e meados do século XX (BMTV).

Alguns testemunhos fotográficos atestam, ainda nos inícios do século XX, a recolha intensiva de bivalves nos rochedos fronteiros à Praia do Guincho, prolíficos em moluscos dos géneros *Mytilus edulis* (mexilhão) e *Patella vulgata* (lapa), amplamente presentes nos achados faunísticos da azenha. Naquela época, o areal era mais vasto, o mar recuava
Era também relevante a apanha de polvos e de sargaço. Na fig. 44 pode ver-se o sargaço a secar no areal, espalhado em "camas", fora do alcance das vagas.

Fig. 43 – Apanha de algas (sargaço) na Praia do Guincho, no início do século XX. (BMTV).

Fig. 44 – Secagem do sargaço na Praia do Guincho, no início do século XX. (BMTV).
As mesmas fontes atestam, ainda, alguma faina pesqueira ao largo, em pequenos batéis que se recolhiam entre a Praia do Guincho e a Praia Formosa. Em 1758, pela resposta do pároco de S. Pedro da Cadeira ao inquérito paroquial, se pode ver a relevância do papel portuário e pesqueiro de Santa Cruz: “Na costa do mar pertencente a esta freguezia ha dous círitos aonde no verão entram alguns barcos pequenos apanhar peixe hum no lugar dasenta outro ao norte deste distância de huma legua andada meão a praia Fermoza cujos portos não admitem embarcações maiores” (IAN/TT, Memórias Paroquiais, vol. 28, n.º 100, p. 640). Aliás, ainda hoje a zona marítima fronteira a Santa Cruz é bastante procurada, tanto para a pesca à linha como para a pesca embarcada, pois “esta parte do litoral é muito fertil em pescado, especialmente sardinha e tambem peixe grosso” (Vieira, 1926, p. 189).

Sobre a pesca na costa de Rendide, Madeira Torres refere, em 1835, que as condições da zona “lhe facilitão o exercício d’alguma pescaria; posto que pela braveza da costa, apenas se tira algum peixe á cana, ou em huma linha com anzoes, que chamão = Espinheis =. E a maior parte da pescaria se limita á extracção dos mariscos, como os polvos, caranguejos, mexilhões, lapas, etc. […]. He precioso no sabor todo o peixe que se
pesca nesta altura [Verão], e costuma pela maior parte ser o safio, algum pargo, e algumas moreias de boa grandeza” (Torres, 1835, pp. 282-283).

Fig. 46 – Praia do Guincho no início do século XX, vendo-se duas embarcações na areia (BMTV).

Outra curiosa fonte de rendimentos costeiros era constituída, ainda em 1835, pelas “frequentes […] arrematações n’aquelles sitios [costa de Rendide] de madeiras que o mar lança fóra, para os quaes precedem editaes em todo o concelho” (Leal e Vasconcelos, c. 1865).

De acordo com os roteiros da costa portuguesa, “ao longo da costa pode fundear-se, com bom tempo, […] entre Porto Novo e Santa Cruz, evitando-se a restinga – Serro do Camelo – que prolonga para W. a lomba que separa Porto Novo de Santa Rita e bem assim o Serro da Mexilhoeira, que se estende para NW. da ponta do mesmo nome e vai ligar ao primeiro.” “Em Santa Cruz, pode fundear-se a cerca de 0,5 M. de terra, em fundos de 20m de areia, marcando-se o mirante da praia proximamente por SE.” (Ministério da Marinha, 1952, p. 179).

Frente à praia do Guincho, “em baixa-mar, poderão avistar-se alguns rochedos emersos, que poderão constituir perigo a quem siga muito cosido a terra (em preia-mar estas pedras cobrem, mas continuam perigosas). Por S da torre é bem visível, na linha de baixa-mar, uma enorme rocha furada na base – o Penedo do Guincho. Logo a S deste penedo surge uma pequena ponta, rochosa e escura, de altura inferior à arriba e que, avançando desta, interrompe a praia” (Coutinho e Leal, 1990, p. 12-5).
“Por dentro da isobamétrica dos 10 m, que corre próximo da praia, os fundos são muitas vezes sujos, em especial para S. da ponta do Pai Mogo, prolongando-se muitas pontas por malhadas ou restingas de rocha. […] Referem-se ainda […] os conjuntos de pedras em frente à povoação de Santa Cruz, os quais descobrem parcialmente na baixa-mar e poderão constituir perigo em especial durante a noite ou na preia-mar, se o mar for calmo e não houver rebentação sobre elas” (Idem, p. 12-7).

Gabriel Pereira publicou, no início do século XX, esta curiosa nota sobre o Penedo do Guincho: “Foi accessível em tempo, porque ainda se observa a certa altura um lance d’escada talhado na rocha; mas as vagas esborraram a base. Talvez servisse de atalaia para descobrir corsários mouriscos, ou marcha do peixe, da baleia, por exemplo, frequente por este mar em tempos idos. Pelos piratas mouros ou corsários argelinos foi a costa visitada, parece que com certa frequência, ao que dizem velhas chronicas” (Pereira, 1906, pp. 28-29).
3.4 – ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

3.4.1 – CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Para a análise do contexto arqueológico da Azenha de Santa Cruz estabeleceu-se um círculo em redor do imóvel, com um raio de 2,5 km, cuja ocupação humana será prioritariamente verificada, independentemente de algumas considerações sobre uma zona ligeiramente mais vasta do território contíguo.

As primeiras ocupações humanas do território correspondente à actual área do concelho de Torres Vedras ocorreram na faixa litoral e nas áreas adjacentes aos vales dos dois principais cursos de água: os rios Sizandro e Alcabrichel. No entanto, é na zona costeira, onde as comunidades pré-históricas floresceram graças à abundância de recursos próprios de uma economia baseada na caça e na recolcção, que essas ocupações estão mais bem documentadas.

Os principais vestígios das mais antigas ocupações do Paleolítico surgem nos terraços quaternários das antigas praias marinhas, que se estendem sobretudo para Norte e Nordeste de Santa Cruz, ao longo da costa e sobre as arribas. Embora a urbanização em redor de Santa Cruz tenha destruído grande parte destes vestígios, eles são ainda visíveis para Norte do Casal da Mexilhoeira, especialmente na Praia do Seixo. À superfície de vastas cascalheiras observam-se conjuntos líticos “de artefactos com arestas roladas”, pré-acheulenses, incluídos “nos chamados horizontes de seixos talhados (pebble-cultures)” (Diniz, 1993 a, pp. 28 e 30). Estes horizontes são “dominados por formas simples, de gumes unifaciais (choppers) ou bifaciais (chopping tools). Raramente neles se encontram lascas e a própria predominância de objectos com um reduzido número de levantamentos seria, na opinião de alguns autores, prova da sua primitividade” (Idem, p. 30). Alguns destes objectos foram encontrados junto do campo de aviação de Santa Cruz (cf. Carvalho et alii, 1989, p. 28).
Fig. 48 – Enquadramento Arqueológico

1 – **Rossio do Cabo** (Paleolítico Superior)
2 – **Ermida de Santa Cruz** (necrópole romana)
3 – **Santa Cruz** (Paleolítico)
4 – **Santa Cruz** (Paleolítico)
5 – **Charco** (Paleolítico Superior)
6 – **Santa Cruz** (Paleolítico)
7 – **Campo de aviação** (Paleolítico)
8 – **Alto da Vela** (Paleolítico e Mesolítico)
9 – **Casal das Pedras** (Paleolítico Inferior)
10 – **Porto Escada** (Paleolítico Superior)
11 – **Quinta da Areia** (sepultura e inscrição romana)

Dunas em redor de Santa Cruz (Calcolítico)

Nas arribas costeiras, entre a Ponta da Viga e a Ponta da Guincheira, Henri Breuil e Georges Zbyszewski descreveram a seguinte sucessão de níveis estratigráficos geológicos e arqueológicos, do período Paleolítico: um nível superficial de areias de dunas sobrepunha-se a um nível de areias cinzento-escaras com indústrias do Paleolítico superior, sob o qual, por sua vez, se localizava um estrato de areia castanha com indústrias mustierenses; por último, um nível inferior de areias e seixos da praia tirreniana, com indústrias do Abbevilense e do Acheulense, encerrava esta estratigrafia (Breuil e Zbyszewski, 1945, *apud* Manuppella *et alii*, 1999, p. 8; Zbyszewski, 1943, *apud* Paço e Trindade, 1964, p. 6-7).


¹ Ver também Ferreira, 1962, p. 2; Heleno, 1956, pp. 234-236
O Paleolítico Superior está muito bem representado nesta região costeira, com estações de referência nacional como a Lapa da Rainha (Maceira), Cova da Moura, Vale Almoinha, Baixo, Vale da Mata ou Cerrado Novo (Camabelas) (Zilhão, 2002). Na área assinalada, Leonel Trindade identificou, para além dos achados junto do Porto da Escada e do Charco (possivelmente solutrense) (Carvalho et alii, 1989, p. 28), a estação do Rossio do Cabo, datada do período Madalenense (Paleolítico Final, cerca de 11.000 BP), já engolida pelo avanço urbanístico.

Fig. 49 – Materiais exumados do habitat do Rossio do Cabo.

A jazida, com uma superfície aproximada de 20m², estava implantada em dunas móveis que cobriam o complexo de margas do Jurássico, bordejando o litoral marinho, a Nordeste de Santa Cruz. A estação foi escavada por Jean Roche e Leonel Trindade, entre Julho e Agosto de 1950, tendo fornecido mais de cinco mil exemplares de uma indústria lítica trabalhada em silex e jaspe e, mais raramente, em calcedónia e quartzo. Embora a maior parte do espólio fosse formado por lascas, lâminas e lamelas em bruto, a indústria caracterizava-se pelas raspadeiras, pelos micrólitos (nomeadamente denticulados), por
uma vasta tipologia de buris, pelas lamelas de dorso e base retocada e, ainda, pelas lascas, láminas e lamelas retocadas. “Nalgumas zonas podiam observar-se pequenas corcovas de areias rubefactas e endurecidas pelo fogo (uma das quais, com uma área de cerca de 1m², tinha pedras calcinadas de grande tamanho), que deviam corresponder a lareiras” (Zilhão, 2002, p. 29).

Se para o desenvolvimento destas indústrias do Paleolítico Superior foi importante a presença de algum sílex existente ao longo dos terraços elevados de areias argilosas, especialmente da zona a Norte de Santa Cruz, a verdade é que alguma da matéria-prima utilizada nas indústrias do Rossio do Cabo não é local, podendo ser originária de Runa, Rio Maior, Nazaré ou da região de Lisboa. Tal é demonstrativo dos contactos de que esta região partilhava, no período pré-histórico, a que não deverão ser alheias as vias marítima e fluvial, dada a proximidade do estuário do Sizandro.

O período Mesolítico está também bem representado neste troço da costa, imediatamente a Norte do Casal do Seixo, pela estação arqueológica da Ponta da Vigia [Santa Rita], “sítio de costa, implantado no cordão dunar sobre a praia, para o qual foi possível obter uma datação absoluta, através de amostras de carvão recolhidas numa das lareiras encontradas. Assim, um conjunto artefactual composto por alguns geométricos, pontas, láminas e pequenas raspadeiras sobre lascas podia ser datado de 8.730 BP” (Diniz, 1993 b, p. 123). Aqui foi identificado um solo de habitat com diversas estruturas de combustão (lareiras delimitadas por círculos de pedras) que, ao permitiram a realização de um conjunto de datações através do método do Carbono 14 (Zilhão, Carvalho e Araújo, 1987, pp. 8-18; Lourenço e Zambujo, 2003, pp. 69-78; Leeuwaarden e Queiroz, 2003, pp. 79-81), fizeram deste um dos sítios de referência para o Mesolítico do território português. Para além do espólio lítico, sobretudo microlaminar e dominado “por uma enorme variedade de lamelas de dorso”, (…) “verificou-se a existência de restos de fauna consumida, nomeadamente alguns mamíferos, e existência em grande número de conchas de moluscos” (Museu da Lourinhã, s. d.). A localização deste habitat, junto do litoral e numa zona com grande riqueza de ecossistemas – com acesso imediato à fauna
malacológica, entre outros recursos passíveis de exploração – insere-se perfeitamente no padrão de implantação deste tipo de acampamentos mesolíticos².

No Alto da Vela, Vítor Oliveira Jorge identificou, também, materiais característicos do período Mesolítico.

Convém notar que, na transição do Pleistoceno para o Holoceno, ocorreu uma “modificação substancial da configuração das linhas de costa, com a submersão de extensas áreas da plataforma continental, em virtude da subida das águas resultantes da fusão das calotes polares […] entre 13.000 e 11.000 BP. […] A estabilização da linha de costa a cotas próximas das actuais verifica-se por volta de 5.000 BP” (Araújo, 2003, pp. 102-103), calculando-se que, “em 2.780 ± 80 BP o mar se situava entre 0,5m e 1m abaixo do nível actual” (Blot, 2003, pp. 37-38). Pelo que, na realidade, não só muitas das actuais estações paleolíticas costeiras se encontrariam, à época, a uma distância aproximada da costa de cerca de uma dezena de quilómetros como, por outro lado, uma parte considerável dos habitats costeiros do Paleolítico se encontrarão, actualmente, submersos.

Estas alterações climatéricas foram responsáveis por importantes transformações nos ecossistemas, passando os recursos marinhos e estuarinos a ter um “peso significativamente acrescido […] na subsistência das populações humanas. Os vestígios presentes nestes contextos sugerem que os mesmos deverão corresponder a ocupações episódicas, provavelmente de natureza sazonal, relacionadas com a exploração intensiva de fontes alimentares de origem aquática, que funcionariam como complemento fundamental na dieta das comunidades humanas do início do Holoceno” (Araújo, 2003, p. 108). Daqui resultaram “transformações importantes do sistema de povoamento e subsistência”, com “a criação de uma dependência estrutural da exploração dos recursos aquáticos” (Idem, p. 109).

Esta faixa da costa atlântica deverá ter desempenhado um papel significativo durante o período Calcolítico, que se prolongaria até ao período da romanização. De facto, um dos

mais importantes povoados estremenhos desta época, o Castro do Zambujal, situava-se a poucos quilómetros de distância, para o interior, sobranceiro ao vale do Sizandro – rio então navegável –, “cuja foz se desenrolava, no passado, numa baía oceânica vizinha” do povoado (Blot, 2003, p. 233), que lhe servia de porto natural. Sondagens realizadas em vários locais do vale daquele rio comprovaram a existência de “uma forma litoral que corresponderia a uma ampla baía oceânica que se estendia até à área hoje conhecida como Ribeira de Pedrulhos e até Ponte de Rol” (Hoffmann e Schultz, 1994, pp. 45-46, apud Blot, op. cit., p. 232)\(^3\), que, apesar da regressão marinha, seria ainda significativa durante o período da ocupação romana. As investigações arqueológicas levadas a cabo no Zambujal identificaram uma actividade económica associada à transformação e ao comércio do cobre – nomeadamente à sua exportação – e testemunhos artefactuais que atestam a existência de contactos marítimos com o Norte de África e o Mediterrâneo. O Castro do Zambujal era, assim, um “povoado com características associadas à utilização do litoral”, importante testemunho “da utilização das vias fluviais como meio de contacto com o oceano durante o Calcolítico”. “A actual distância que separa o referido castro da orla costeira ajuda, por outro lado, a compreender a profunda transformação que condenou a região a uma posição actualmente sublitoral” (Blot, 2003, p. 232). Ainda que com uma localização interior, o Zambujal estava directamente ligado ao oceano, através da “antiga forma de abrigo litoral constituído pela bacia de estuário do Rio Sizandro” (Idem, p. 234).

Nas dunas que circundam a zona urbana de Santa Cruz foram recolhidos diversos exemplares de utensilagem lítica do período Calcolítico, o que demonstra a apetência da ocupação humana por este trecho do litoral, ao longo de toda a Pré-história. Entre as recolhas efectuadas por Leonel Trindade, durante os segundo e terceiro quartéis do século XX, constam alguns micrólitos e várias pontas de seta de tipologias características desta época, nomeadamente de base côncava, mitriformes, pedunculadas e de tipo “torre Eiffel”.

A ocupação humana deste trecho da costa, entre o início da Pré-história recente e a ocupação romana, é ainda desconhecida. No entanto, a descoberta de um oinokhoe de

\(^3\) Veja-se, também, Hoffmann, 1995, e Hoffmann e Schultz, 1990.
bronze, associado a duas asas de uma pátera (Trindade e Ferreira, 1965), no cemitério de S. João, em Torres Vedras, atesta a manutenção dos seculares contactos marítimos com o Mediterrâneo, nomeadamente com o Mediterrâneo Oriental. As características destas peças “apontam para uma sua origem oriental clara e só o comércio fenício pode explicar a sua existência no território português”. “O aparecimento, em Torres Vedras, em claro contexto funerário, das duas peças associadas, permite-nos pensar que os contactos existentes entre o mundo tartéssico orientalizante e algumas regiões do território português foi além das meras trocas comerciais e da importação de produtos manufacturados, tendo-se também consubstanciado na assimilação de rituais funerários de tipo oriental” (Arruda, 1993, pp. 24 e 26).

Fig. 50 a – Portos antigos do litoral (Ribeiro, 1977, p. 99).


Luísa Blot integra a Torres Vedras romana na sua definição de “cidades beneficiárias dos complexos portuários adjacentes”, ou seja, “centros urbanos que, embora desprovidos de uma posição ribeirinha, beneficiaram, na sua formação e desenvolvimento, da
proximidade de complexos portuários formados por grupos de pequenos portos fluviais em contacto, através de cabotagem fluvial, com o oceano” (Idem, p. 21). Isto tendo em conta que, durante a época romana, “a navegabilidade dos rios portugueses possibilitou um intenso tráfego fluvial, colocando em contacto directo com os portos do litoral os centros agrícolas do hinterland” (Idem, p. 106). E por complexo portuário fluvial a autora entende a conjugação do “papel desempenhado pelo porto principal, ou terminus marítimo ( ancoradouro dos navios de maior calado)”, com o dos “portos do curso fluvial” e com o “terminus fluvial, último ponto da navegação para montante, […] que funcionavam como partes de um todo” (Idem, p. 124).

No litoral entre a Lagoa de Óbidos e o estuário do rio Sizandro, Luísa Blot delimita o complexo portuário da costa da Estremadura, formado pelos portos da Lagoa de Óbidos/Eburobritium, Atouguia da Baleia, Peniche, Lourinhã, Assenta, Ericeira e Cascais (terminus oceânicos), pela Ribeira de Pedrulhos e Torres Vedras (terminus oceânico estuarino no paleoestuário do Rio Sizandro e cidade beneficiária desta possibilidade portuária), bem como pelas pequenas unidades pesqueiras oceânicas de Porto das Barcas, Porto Dinheiro, Porto Novo e Santa Cruz (Idem, p. 219).

Santa Cruz, um abrigo natural na costa atlântica, constituía um enclave costeiro, isto é, um ponto do litoral onde, “independentemente da hierarquização que se vai operando, consoante as capacidades naturais de cada local, existe a possibilidade de embarque e desembarque de pessoas e mercadorias”, equivalendo “a porto, no sentido mais lato do termo, o “lugar de abrigo e de ancoradouro”, […] independentemente dos equipamentos nele construídos” (Idem, p. 219). E a função estratégica desempenhada por esta pequena localidade, neste complexo portuário, terá sido o factor que determinou a importância que a mesma viria a adquirir durante o período da ocupação romana.

Em meados do século XVII, a pequena e secular ermida de Santa Helena, construída sobre a arriba de Santa Cruz, a norte do Vale da Azenha, desmoronou-se, “por estar já a cahir no mar” (Torres, 1862, p. 21). Nos seus alicerces foram encontradas duas lápides funerárias romanas. A isso se refere o párroco de S. Pedro da Cadeira, em 1758: “Tem
junto as arribas do mar hua Ermida de Santa Cruz, a qual he muit.º antigua”; é “hum templo de tam idoso, e com efeito fazendosse de novo a capela se acharão nos aliceres huns pisões que mostrão haver naquelle citio templo grande” ((IAN/TT, Memórias Paroquiais, vol. 28, n.º 100, p. 637).

Uma dessas lápides, encontrada em 1610 (Torres, 1862, pp. 18-19), foi levada para o antigo convento de Penafirme – onde deverá continuar sob as areias que cobrem o arruinado edifício –, “a qual, colocada no jardim do Convento a modo de marco, tinha esculpido em três linhas um epitáfio. Era um pedestal ou pedaço de boa pedra, em forma de coluna quadrada” (Purificação, 1642, p. 352v, apud Belo, 1952 a). Trata-se de um cipo de calcário lioz, que Ricardo Belo data do século II, com a seguinte leitura: “Consagração aos Deuses Manes de Pultario, escravo de Flaviano, de 25 anos. Prazeres, sua mãe, mandou fazer”. O dono do escravo identificava-se com um único nome, o que indica “que a sua condição social, ainda que de homem livre, não era muito superior à do seu escravo” Pultarius, cujo nome significa “prato de papas de farinha” (Belo, op. cit.).

A outra, levada em 1760 “para o pé da Ermida actual de Sancta Helena, alli se conservára muitos annos, até que o Sargento Mór Félix José da Cunha do logar do Trocifal, por seu mero arbítrio, a collocou no asento, que formou juncto às cazas, que alli edificou para banhos, as quaes são hoje do negociante d’esta villa Manuel Francisco da Veiga” (Torres, 1862, p. 21). Em 1907, um seu familiar, o “viticultor torreense Sr. Manoel Francisco da Veiga”, viria a oferecer esta epígrafe ao Museu Etnológico de Belém, onde se encontra actualmente ([s. a.], 1907). Trata-se de uma cupa arciforme, de calcário lioz, com um epitáfio que “só em setembro de 1858, se descobriu e lêo, porque até ahi estavam as letras quasi todas soterradas, e o caixão argamaçado na parede de umas cazas da parte de fora, servindo de assento”, em que “muitas das letras estavam em parte gastas, e em parte quebradas por mão rustica, quando para alli a conduziram e adaptaram” (Torres, 1862, p. 20). O texto da inscrição pode ser traduzido da seguinte forma: “Cecilia Maxima, filha de Quinto (Cecilio), com 25 anos de idade, está aqui sepultada. Seu pai (Quinto Cecilio) e Julia Bovia, sua mãe, mandaram fazer (este monumento). Que a terra te seja leve” (Belo, 1952 b). “O pai, Quinto (Cecilio), pertencia à “gens” Caecilia, e a mãe, Júlia Bovia, era da “gens” Júlia; os
filhos, é claro, ficaram pertencendo à “gens” Caecilia. [...] Note-se que Bovius e Bovia são nomes cêlticos” (Ibidem).

Félix Alves Pereira data a inscrição do século I (Pereira, 1909, p. 265), enquanto Ricardo Belo a coloca entre os séculos I e II. A monumentalidade do suporte e o material utilizado na sua produção, que “não existindo aquella qualidade de pedra em todo este termo, senão juncto ao logar de Runa, e do Figueiredo na serra do Barrigudo, uma legoa d’esta villa, e três de Sancta Cruz, deve concluir-se, que d’aqui foi levada para aquelle sitio”, leva os editores de Madeira Torres a considerar deverem o defunto e os seus pais ter sido “romanos bem abastados, ou illustres” (Torres, 1862, p. 21).

Mas o mais interessante é o facto de terem aparecido, defronte da nova ermida, construída no século XVIII em local mais recuado, “grande numero de sepulturas com ossadas, que as aguas da chuva tem já levado, e vão levando para o mar” (Idem, p. 21). “Sinais de sepulturas se viam, ainda não há muitos anos em Santa Cruz, aparecendo nitidamente os contornos de duas delas delineadas por uma espécie de tijolos rentes ao chão” (Idem, p. 6), bem como, mais a norte, uma sepultura “de cadáveres mettidos em caixões feitos com lages avulsas” (Idem, p. 23). Em 1906, alguns destes vestígios ainda eram visíveis: “Fui ver o monumento funerario mandado fazer por Valerio e Julia, que se conserva no logar […]. A distancia de poucos metros vê-se uma sepultura, algumas lages cravadas no solo, marcando perfeitamente o vão suficiente para um corpo humano. Parece que em tempos se viam alli vestigios de outras sepulturas: a que existe agora está
à beira da escarpa, mais alguns annos e o embate das vagas a fará desapparecer” (Pereira, 1906, p. 29).

Estes dados atestam a presença de uma necrópole de dimensões razoáveis que, por sua vez, implica o estabelecimento, em lugar próximo, de uma comunidade romana ou romanizada, perene e organizada. Facto que leva os editores de Madeira Torres a concluir “que aquella fora gran de povoação, já no tempo dos Romanos, quando hoje apenas se contam naquelle sitio uns sete ou oito fagos” (Idem, p. 21).

A edificação de templos cristãos sobre as ruínas de necrópoles romanas é um dado frequente (veja-se, a título de exemplo, o caso de S. Miguel de Odrinhas). No entanto, tivemos já oportunidade de chamar a atenção para o facto de o desenvolvimento do culto a S. Julião/Gião, em zonas de anterior ocupação romana, poder constituir uma pista para o estudo de uma eventual sobreposição deste culto cristão específico à tradição de um também determinado culto pagão (Luna e Cardoso, 2006 b, p. 429), propiciada por uma sacralização, durante a época visigótica, de antigos locais de espiritualidade romana. Só no concelho de Torres Vedras, são conhecidos os seguintes casos:

1 – S. Julião, na serra homónima da Carvoeira, onde uma ermida foi erigida numa já identificada necrópole romana (Cardoso e Luna, 2005, pp. 74-75), situada próximo da villa romana do Moinho das Terras.

2 – S. Gião, na Fonte Grada, onde um eremitério cristão foi erguido sobre uma das mais ricas villae romanas do concelho – como se pode avaliar pelo espólio aí recolhido e depositado no Museu Municipal – e respectiva necrópole (Torres, 1862, pp. 23-24).

3 – S. Gião, “a par de Sancta Maria do Amial”, sob cuja invocação foram instituídos, em 1359, o hospital e a ermida da confraria dos Sapateiros, num local onde, no entanto, ainda não foi efectuada qualquer investigação que permita verificar a existência de eventuais vestígios romanos anteriores (Idem, pp. 147-149).
4 – E S. Gião de Ribamar, em Santa Cruz, topónimo que se perdeu com o passar dos tempos, mas que aparece em vários documentos medievais⁴: numa carta de doação de 1226 ("cum termijnibus sanctii Juliani")⁵, nos emprazamentos da Azenha de Santa Cruz, de 1449 ("comarca de S. Gião de Ribamar") e de 1462 ("sam giam de Rybamar comarqua de Randide"), noutros dois emprazamentos, de 1517 ("acerqua de ssam gyam a ssamta + [cruz] de rrybamar")⁶ e de 1518 ("ate o lymyte de ssam gyam de rrybamar")⁷, numa sentença de 1521 ("junto de sam giam de Ribamar")⁸ e num outro emprazamento de 1548 ("S. Gião de Ribamar")⁹. Aqui, a capela dedicada ao culto de Santa Helena/Santa Cruz (e anteriormente dedicada a S. Gião?), foi igualmente construída sobre uma necrópole romana.

Também num pequeno outeiro denominado Talinto, perto da Quinta da Areia, junto à foz do Sizandro, foi encontrada, em meados do século XIX, uma lápide funerária romana que, em 1865, estava "reutilizada numa porta da casa de António Inácio, no lugar de Guimarães" (Mantas, 1985, p. 128). A lápide teria sido encontrada cobrindo "uma sepultura de cremação, cujo espólio incluía cinzas, cacos de louça muito fina [...] e bocados de garrafa" (Idem, p. 129). Embora se desconheça o paradeiro desta peça, o

⁴ Informações cedidas por João Luís Inglês Fontes, a quem muito agradecemos.
⁵ Carta de doação de duas propriedades, feita pelo concelho de Torres Vedras a Gaibetino, eremita de Santo Agostinho, em 12 de Abril de 1226, com as seguintes confrontações: "ab orjente mata de concilio usque Rium fascis ab occidente mare ab afrjcom povoa a merjdie provt habetur cum termijnibus sancti Julianj" (IAN/TT, Convento de Nossa Senhora da Assunção de Penafirme [CNSAP], liv. 26, fls. 42v-44).
⁶ Emprazamento feito pelo mosteiro de Penafirme, em 20 de Abril de 1517, de "hûa achenha que o dicto moesteiro de nossa senhora da guasa [sic] tem (...) a qual esta na terra do dicto moesteyro na comarqua de Ribamar onde sse chama achenha do mar acerqua de ssam gyam a ssamta + de rrybamar" (IAN/TT, CNSAP, liv. 26, fls. 19v-22v).
⁷ Emprazamento feito pelo mosteiro de Penafirme, em 27 de Março de 1518, de uma "gramde charnequa que he daqui [do mosteiro] ate o lymyte de ssam gyam de rrybamar no qual seu lymjte he" (IAN/TT, CNSAP, liv. 26, fls. 25-27v).
⁸ Sentença de 16 de Novembro de 1521, relativa a um pleito sobre "hûa ashenhas [sic] moente e corente que estaua Junto de sam giam de Ribamar termo da dita vila" (IAN/TT, CNSAP, liv. 26, fls. 40v-42).
⁹ Emprazamento feito pelo mosteiro de Penafirme, em 25 de Abril de 1548, de quatro casas em S. Gião de Ribamar (IAN/TT, CNSAP, liv. 26, fls. 88v-90).
registo efectuado no século XIX permite a sua datação do século I e a seguinte leitura: “Apana, filha de Apanão, está aqui sepultada” (Ibidem).

Esta outra inscrição (necrópole?), junto à foz do Sizandro\(^{10}\), atesta bem a ocupação humana nesta zona costeira e a importância da grande via de comunicação constituída pelo Sizandro, durante o período de dominação romana. Este constituía parte do eixo transversal que unia Alenquer a Torres Vedras, formando uma rota de passagem e ligação entre o interior do território e o mundo romano mediterrânico e atlântico (Blot, 2003, p. 145).

Durante a Idade Média, a importância desta zona manteve-se, pois sabe-se que Torres Vedras “exportava por mar para Lisboa, ainda nos finais do século XV, ‘talvez por algum porto desaparecido na foz ou na várzea do Sizandro’” (Ribeiro, 1977, p. 106, apud Barbosa, 1992, pp. 24-25). O antigo litoral português “ofereceu, durante a Idade Média, e, pelo menos, até ao século XVI, muitos abrigos às embarcações. […] O que actualmente é uma linha de costa pouco atractiva, de poucos abrigos náuticos (reentrâncias), ofereceu anteriormente, pelas características de recortes profundos, e a intervalos regulares, condições propícias ao povoamento” (Blot, 2003, p. 95). No Porto Escada, Júlio Vieira refere a existência de uma “pequena reentrância, onde havia vestígios de ter existido um cais em outras épocas, o que demonstra ter servido de porto de desembarque em tempos mais remotos” (Vieira, 1926, p. 190).

No entanto, a partir da Reconquista cristã e de forma gradual, uma conjugação de fenómenos, como pequenas variações climáticas, crescimento demográfico, desflorestação para expansão da agricultura, aumento de capacidade de intervenção nos sistemas (cursos de água, desassoreamento, ampliação portuária, abertura de barras artificiais), “com um importante momento erosivo anterior ao século XV”, concorreram para intensificar o assoreamento em muitos locais costeiros” (Blot, 2003, pp. 40-43). “Nestas condições, fica imediatamente posta em causa a navegabilidade das zonas baixas dos rios, os estuários, as respectivas barras, o acesso ao oceano, situação que, na

\(^{10}\) A que se deverão juntar os achados de outras duas na capela de N. S.ª da Catedral, em S. Pedro da Cadeira (Mantas, 1985, pp. 131-145) e os vestígios de uma villa romana defronte da mesma (Cardoso e Luna, 2005, p. 72).
suas expressões máximas, torna secas e afastadas do mar zonas anteriormente navegáveis”, de que é exemplo “o curso final do Sizandro (que no Calcolítico dispunha ainda de amplo acesso aquático)” (Ibidem).

Particularmente sentido foi, também, o assoreamento de grande parte das unidades portuárias da costa da Estremadura, que “perderam a litoralidade com os assoreamentos da Renascença, [...] embora a maioria das vezes mantendo viva a estrutura urbana adquirida” (Blot, 2003, p. 101). Foram os casos de Alfeizerão, Salir do Porto, Óbidos, Atouguia ou Lourinhã, que justificavam o papel de unidades mais pequenas, como Santa Cruz.

Tal terá sido o mais importante factor de decadência daquela que “fora grande povoação, já no tempo dos Romanos, quando hoje apenas se contam naquelle sitio uns sete ou oito fogos, e uns vinte e oito até trinta moradores, [...] havendo sim maior numero de casas, há poucos annos para cá, mas são mandadas fazer pelos proprietários da villa e termo, para o tempo dos banhos” (Torres, 1862, p. 23). “Bem insignificantes têm sido as variações do litoral português nos últimos séculos vistas à luz da morfologia, mas, por vezes, de enorme importância quanto às transformações do povoamento e da actividade económica do país” (Rau, 1984, p. 62, apud Blot, 2003, pp. 45-46).

Em meados do século XVII o embarcadouro de Santa Cruz ainda era utilizado pois, na sequência de ataques de piratas mouros, foram colocados fachos com vigia nos portos de Porto Novo e Santa Cruz (Fontes, 2002, p. 128), ainda que nem sempre a vigia fosse a melhor. Pouco depois, em 1649, uma lancha com dez mouros aportou a Santa Cruz, “sendo que a praia donde sairão estaua entre os dittos dous fachos e indo acaso hum criado [...] uio na praia os Mouros, e elles se renderão, e os trouxe a santa Crus e no facho que em Santa Crus esta [=está] não achou peçoa algüa” (Fontes, 2002, pp. 128-129).

Em 1758, na sua resposta ao inquérito paroquial, o pároco da freguesia de S. Pedro da Cadeira informava já que o rio Sizandro “não he navegable” (IAN/TT, Memórias Paroquiais, vol. 28, n.º 100, p. 640). Mas o papel de embarcadouro de Santa Cruz teria alguma relevância, demonstrada, apesar de tudo, pela resposta à pergunta “Se for porto
de mar, descreva-se o sitio que tem por arte ou por natureza, as embarcações que o frequentam e que pode admitir": “Na costa do mar pertencente a esta freguezia ha dous citios onde no verão entrão alguns barcos pequenos apanhar peixe hum no lugar dasenta outro ao norte deste distancia de húa legua andada meio a praia Fermoza cujos portos não admitem embarcações maiores” (IAN/TT, Memórias Paroquiais, vol. 28, n.º 100, p. 640).

No início do século XIX, Santa Cruz constava ainda entre os portos do concelho de Torres Vedras com actividade, a par dos de Porto Novo, Escada e Assenta (Torres, 1862, p. 42). E, apesar de tudo, durante a primeira metade do século XX, Santa Cruz continuava a ser, juntamente com Porto Novo e Assenta (no trecho costeiro torriense), um dos portos menores da costa entre o Tejo e o Mondego, com actividade pesqueira oficialmente reconhecida (Blot, 2003, p. 106).

Fig. 52 – A baía da Praia Formosa, no início do século XX (BMTV).
3.4.2 – HISTORIAL DO IMÓVEL

A aparente antiguidade desta instalação industrial, constatada pela observação da sua estrutura construtiva e pelas fotografias conhecidas do início do século XX, viria a ser historicamente sustentada na última trinta e nove daquele século.

Em 1986, Adão de Carvalho fizera recuar a sua existência ao final do século XVII, com a publicação da transcrição parcial de uma escritura de emprazamento e novo aforamento de uma “asenha chamada do mar junto a Santa Cruz”, constante do livro do tabelião torriense Guilherme Alvares d’Almeida. A escritura, datada de 29 de Junho de 1701, refere a existência do foro da azenha desde 1689 (Carvalho, 1986).


Os sistemáticos e aprofundados estudos sobre Torres Vedras medieval, levados a cabo por Ana Maria Rodrigues ao longo dos anos 80 e 90 do século XX, viriam a desvendar novos documentos, que poderiam fazer recuar a construção da azenha aos finais da Idade Média, mais concretamente à segunda metade do século XV. Na sua tese de doutoramento, publicada em 1995, ao abordar os moinhos e azenhas da vila e termo de Torres Vedras, aquela autora identifica dois documentos de aforamento, através dos quais “a igreja de S. Miguel aforou a sua água de S. Gião de Ribamar” (Rodrigues, 1995, p. 291, nota 250).

O primeiro daqueles documentos, datado de 26 de Fevereiro de 1449, viria a ser associado por Maria dos Anjos Luís (Luís, 2006, p. 30), aparentemente sem grande
margem para dúvidas, à actualmente denominada Azenha do Pisão, localizada imediatamente a Norte de Santa Cruz. Trata-se de um documento de emprazamento da charneca e água do vale da Caneira, na comarca de S. Gião de Ribamar, feito a João Correia, com a finalidade de aí se construir uma moenda de água. Transcrevemos o essencial do documento11:

“[...] Que a dita Igreja de São Miguel tinha e havia uma herança no termo da dita vila, na charneca acerca da costa do mar na comarca de São Gião de Ribamar, onde chamam o Vale da Caneira, que era coisa perdida de que a Igreja não havia proveito nenhum nem nunca o houvera [...]; João Correia, escudeiro, morador em a dita vila, que presente estava, que queria tomar a dita herança que a dita Igreja tinha e havia na charneca e Vale da Caneira com toda água que aí corre e que por aí vai, assim como à dita Igreja pertencia, para fazer uma moenda de água para moer pão e se aproveitar da dita charneca e herança d’arredor como o entender para seu proveito […]; emprazaram logo a dita herança do dito vale e charneca e água […] ao dito João Correia, em vida de três pessoas: que ele seja a primeira e ele [possa] nomear a segunda e a segunda [possa] nomear a terceira […] com condição que ele e pessoas possam fazer moendas na dita água e fazer benfeitorias e aproveitamentos no dito vale e terra e charneca como entenderem, para seu proveito, e haver e se lograr de tudo o que aí à dita Igreja pertence; e que sejam tidos de dar e pagar cada um ano à dita Igreja, de foro e renda por o que dito é, seis alqueires de trigo bom e recebendo um par de galinhas recebondas cada um ano por Santa Maria d’Agosto [15 de Agosto] […]. E com condição que, se se acertar que o dito João Correia não possa fazer moenda no dito vale e água nem fazer aí seu proveito, que este contrato seja nenhum”.

11 Ambos os documentos se encontram integralmente transcritos em Miranda, Luís e Lourenço, 2006, pp. 77-81. Para uma mais fácil leitura, os trechos agora apresentados foram actualizados na sua grafia e pontuação.
O segundo documento, datado de 16 de Outubro de 1462, é também um aforamento das águas de S. Gião de Ribamar, feito a Diogo Gonçalves Lobo e sua mulher Elvira de Olivares, com a finalidade de aí se construírem moinhos ou azenhas:

“E ora o prior e raçoeiros [...] aforaram e deram de aforamento deste dia em diante para todo o sempre ao dito corregedor e à dita sua mulher e a todos seus filhos e herdeiros e sucessores que para sempre depois deles vierem, em pessoa do dito Gonçalo Dias seu filho e procurador, que presente estava, lhes aforaram uma água que a dita sua Igreja de São Miguel há a São Gião de Ribamar, comarca de Randide, termo da dita vila, assim como a dita água nasce de todos os vales e vai ter ao mar, onde se mete; com condição que o dito corregedor e sua mulher e herdeiros que depois [d]eles vierem possam mandar abrir a dita água às suas custas em qualquer dos vales por onde se melhor poderem aproveitar, e que qualquer pejo que nos ditos vales ou em cada um deles estiver que o dito corregedor e sua mulher e herdeiros o possam mandar tirar para os sobreditos fazerem vir a dita água em abastança a uns moinhos ou azenhas que agora o dito corregedor e sua mulher novamente querem edificar no dito limite da dita Igreja acerca do dito lugar de São Gião [...] logo aí apareceu João Domingues, porteiro do concelho da dita vila, pelo qual logo foi dito e dado em fé que assim era verdade que ele trouxera em pregão e altas vozes para a dita vila e praças dela uma água que a dita igreja tem e há em São Gião de Ribamar, termo da dita vila XXX [trinta] dias e mais e que nunca achara nem achava [a] que[m] lhe em a dita água lançar nem dar senão Gonçalo Dias, que presente estava, filho de Diogo Gonçalves Lobo, corregedor por El Rei em a cidade de Lisboa, que lhe em a dita água dava e lançava dez alqueires de bom trigo, para sempre; E o dito prior e raçoeiros, vista a fé do dito porteiro, lhe receberam o dito lance e lhe arremataram e houveram por arrematada a dita água, por os ditos dez alqueires de trigo, como dito é; [...] E com condição que todos os gados dos casais que aí ao redor tem a dita Igreja possam para sempre passar, como sempre passaram, nas charneças e vales e isso mesmo possam beber e bebam em as ditas águas, como sempre beberam nos vales, sem contradição
alguma, e posto que os ditos gados façam alguns danos nas abertas ou açudes, que não sejam os lavradores dos ditos casais obrigados a lhos corrigirem nem pagarem coimas nem coisa alguma, e déem e paguem o dito corregedor e sua mulher e herdeiros sucessores que para sempre depois [d]eles vierem em cada um ano de foro e pensão da dita água ao dito prior e raçoeiros da dita Igreja, ou aos que depois [d]eles vierem, para sempre dez alqueires de bom trigo recebendo, limpo de pã e de vassoura, posto e medido e entregue em paz e em salvo em cada um ano por Santa Maria d’Agosto dentro nas ditas azenhas ou moinhos para sempre e começarão de fazer a primeira paga do dito pão por dia de Santa Maria d’Agosto que vinha, no ano de mil e 464 anos e assim em diante e em cada um ano pelo dito dia para sempre [...].”

Embora os dois documentos se refiram a águas localizadas em S. Gião de Ribamar, a existência de dois contratos – um emprazamento em três vidas e um aforamento perpétuo – a diferentes contraentes, separados por 13 anos de diferença, coloca legítimas dúvidas sobre a possibilidade de estarmos perante dois aforamentos sucessivos do mesmo bem foreiro, como assinala Maria dos Anjos Luís (Luís, 2006, p. 30). É certo que o primeiro contrato estabelece uma cláusula de anulação – “E com condição que, se se acertar que o dito João Correia não possa fazer moenda no dito vale e água nem fazer aí seu proveito, que este contrato seja nenhum” – e que o segundo documento faz menção expressa de se tratarem de uns “moinhos ou azenhas que agora o dito corregedor e sua mulher novamente querem edificar”, o que poderia supor uma anulação do primeiro aforamento.

Mas a procuração que o segundo contraente apresenta, em nome do seu filho, refere “que por eles e em seus nomes ele possa tomar e aceitar um prazo que lhes agora novamente querem fazer o prior e raçoeiros e beneficiados da Igreja de São Miguel de Torres Vedras de uma possessão d’água que pertence à dita Igreja”. Esta redacção permite crer, no entanto, na hipótese de o segundo documento se referir, antes, a uma nova tentativa de aforamento, feita aos mesmos contraentes, de umas águas diferentes das mencionadas no primeiro documento.
No caso de ambos os documentos poderem consubstanciar aforamentos do mesmo bem, surgindo o segundo na sequência da anulação do primeiro, não deixa de ser estranha a inflação sofrida pelo valor do foro, que passa de “seis alqueires de trigo bom e recebendo e um par de galinhas recebondas” para “dez alqueires de bom trigo recebendo”, mesmo tendo em conta que o segundo contrato se refere a “uma água com seu assento” [terreno]. Sobretudo porque o valor do foro resultou de uma licitação feita pelo contraente, isenta de concorrência: “João Domingues, porteiro do concelho da dita vila, pelo qual logo foi dito e dado em fé [...] que ele trouxera em pregão e altas vozes para a dita vila e praças dela uma água que a dita igreja tem e há em São Gião de Ribamar, termo da dita vila XXX [trinta] dias e mais e que nunca achara nem achava [a] que[m] lhe em a dita água lançar nem dar senão Gonçalo Dias, que presente estava, filho de Diogo Gonçalves Lobo, [...] que lhe em a dita água dava e lançava dez alqueires de bom trigo, para sempre; E o dito prior e raçoeiros, vista a fé do dito porteiro, lhe receberam o dito lançó e lhe arremataram e houveram por arrematada a dita água”.

A confirmar a hipótese de o primeiro documento se referir à azenha do Pisão – de cujas águas a igreja de S. Miguel era também foreira, apesar de o imóvel pertencer ao Convento de Penafirme –, está o facto de o valor do foro das águas daquela azenha, registado para o período de 1574 a 1585 (Idem, p. 34), ser precisamente de seis alqueires de trigo e uma galinha, constantes do primeiro emprazamento. E, para o mesmo período, o valor do foro registado para a azenha de Santa Cruz – pela azenha com rossio, mato e águas –, em segunda vida de um novo aforamento¹², é de doze alqueires de trigo e uma galinha, valores mais próximos dos definidos no segundo documento (Ibidem).

Na fig. 53 apresenta-se a localização das duas azenhas conhecidas (de Santa Cruz e do Pisão), bem como uma provável localização da antiga ermida de Santa Cruz, que marcaria, sem dúvida, o centro do lugar, à época.

¹² Em determinada altura, o aforamento perpétuo terá sido transformado num emprazamento a três vidas. Em 1574, vigoraria a segunda vida de um segundo emprazamento, atendendo à passagem de 112 anos e à actualização da renda – os contratos eram “feitos por um prazo médio, geralmente de três vidas, findas as quais, o agravamento do preço era possível” (Rodrigues, 1995, p. 414).
Convém esclarecer, no entanto, o nosso entendimento sobre os topónimos S. Gião e Santa Cruz, atendendo à sua importância para a localização dos imóveis em causa. Como referimos no capítulo anterior (3.4.1), cremos que o culto a S. Gião terá surgido em Santa Cruz durante o período visigótico – época em que o Santo foi particularmente venerado –, como forma de sacralização dos vestígios romanos aí localizados, muito especialmente pelo facto de estarem associados a um culto dos mortos.

A sacralização de locais romanos é abundantemente conhecida no território português. No que ao culto a S. Gião particularmente diz respeito, para além dos casos já referidos para o concelho de Torres Vedras, poderemos mencionar a ermida visigótica de S. Gião da Nazaré como o mais emblemático dos exemplos nacionais, onde foram encontrados inúmeros achados relacionados com uma prévia ocupação romana.13 Entendemos, assim, que S. Gião foi a invocação medieval da ermida, que passou mais tarde a ser dedicada ao culto da Santa Cruz, sendo que ambas as designações, que começaram por nomear o ermitério – único edifício existente na área –, passaram a nomear também o lugar, à

13 A falta de escavações arqueológicas não permite ainda um consenso relativamente à natureza da ocupação romana, defendendo-se a construção da ermida ora sobre um templo romano dedicado a Neptuno (Almeida e Garcia, 1965, p. 345), ora sobre uma provável villa romana (Barbosa, 1990, p. 117).
medida que este se ia desenvolvendo. O Casal do Ermitão, imediatamente a Sul de Santa Cruz, estará, obviamente, associado a esta realidade. Ambas as invocações terão convivido durante algum tempo, tendo depois vingado a dedicação exclusiva a Santa Cruz, que permaneceu até aos nossos dias. Quanto às referências a S. Gião, elas não ultrapassam o século XVI.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Data</th>
<th>Designação</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>1226</td>
<td>sancti Julianj</td>
</tr>
<tr>
<td>1449</td>
<td>Comarca de São Gião de Ribamar</td>
</tr>
<tr>
<td>1462</td>
<td>São Gião de Ribamar, comarca de Randide</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td><em>lugar de São Gião</em></td>
</tr>
<tr>
<td>1517</td>
<td>ssam gyam a ssamta + [cruz] de rrybamar”, comarca de Rendide</td>
</tr>
<tr>
<td>1518</td>
<td>ssam gyam de rrybamar</td>
</tr>
<tr>
<td>1521</td>
<td>ssam gyam de rrybamar</td>
</tr>
<tr>
<td>1539</td>
<td>São Gião de Ribamar</td>
</tr>
<tr>
<td>1548</td>
<td>ssam gyam de rrybamar</td>
</tr>
<tr>
<td>1574</td>
<td>Santa Cruz de Ribamar, comarca de Rendide</td>
</tr>
<tr>
<td>1577</td>
<td>santa cruz de Riba mar, comarqua de Randidi</td>
</tr>
<tr>
<td>1580</td>
<td>Santa Cruz de Ribamar, comarca de Randide</td>
</tr>
<tr>
<td>1583</td>
<td>Santa Cruz de Riba Mar, comarca de Randidi</td>
</tr>
<tr>
<td>1585</td>
<td>Santa Cruz de riba mar, comarqua de randide</td>
</tr>
</tbody>
</table>
S. Gião de Ribamar/Santa Cruz de Ribamar localizava-se na comarca de Rendide, que se encontrava sob a jurisdição da igreja de S. Miguel (Rodrigues, 1995, p. 131). As referências a um termo de S. Julião, a uma comarca de S. Gião de Ribamar, ou a S. Gião de Ribamar na comarca de Randide, são consentâneas com uma designação toponímica que ultrapassa o nível da simples propriedade/eremitério, para passar a referir-se a uma localidade. Localidade essa cujo limite Norte confrontava com a ribeira que alimentava a azenha do Pisão, onde tinham início as propriedades do Convento de Penafirme. Esta ribeira viria, nessa sequência, a marcar o limite Sul da freguesia de A-dos-Cunhados, aquando da sua criação, em 1581.

Tendo por base a centralização da localidade de S. Gião na ermida, a chamada azenha de Santa Cruz parece encontrar-se bastante próxima do lugar, enquanto que a azenha do Pisão se encontra um pouco mais afastada. Ora o primeiro contrato refere-se a umas águas situadas na “charneca acerca da costa do mar na comarca de São Gião de Ribamar, onde chamam o Vale da Caneira”, enquanto que o segundo contrato não só não faz qualquer menção, nem à charneca, nem ao Vale da Caneira, como refere a localização “a São Gião de Ribamar, comarca de Randide”. Donde se infere que esta última se situava no próprio lugar, enquanto que a primeira, não obstante se encontrar na área da povoação, estaria num local com uma designação toponímica própria, facilitadora da sua identificação. A credibilizar a coincidência do primeiro aforamento, na “charneca acerca da costa do mar na comarca de São Gião de Ribamar”, com a azenha do Pisão, está um outro documento de emprazamento, feito pelo mosteiro de Penafirme a João Eanes, em 27 de Março de 1518, de uma “gramde charnequa que he daqui [do mosteiro] ate o lymyte de ssam gyam de rybamar” (IAN/TT, CNSAP, liv. 26, fls. 25-27v), limite que seria materializado, como se disse, pela linha de água que alimentava a azenha do Pisão.

É assim de crer que o primeiro contrato tenha dado origem à azenha do Pisão, e que o segundo tenha “estado na origem da azenha em estudo” (Luís, 2006, p. 30). Do que se

---

14 As duas propriedades iniciais, doadas pelo concelho de Torres Vedras a Gaibetino, para a fundação do Convento de Penafirme, confrontavam a Sul, precisamente, “cum termijnibus sancti Julianj” (Fontes, 2002, p. 72 e 81).
infere, inegavelmente, pela maior antiguidade da azenha do Pisão, relativamente à de Santa Cruz.

As origens da Azenha de Santa Cruz remontarão, assim, a 1462, tendo o início da sua actividade ocorrido algum tempo mais tarde, uma vez que terá sido necessário proceder, primeiro, à abertura dos açudes e à construção do edifício e dos respectivos engenhos.

O *Sumário do tombo da Igreja de São Miguel* (IAN/TT, Colegiada de S. Miguel de Torres Vedras, maço 9, doc. 179, fls. 5v-8), de 1539, menciona a posse, por aquela colegiada, de duas moendas a S. Gião, das quais recebia 12 alqueires de trigo e uma galinha de foro anual, enquanto que, da água que ia para a azenha do Caria, recebia seis alqueires de trigo e duas galinhas. As duas moendas mencionadas referem-se às duas rodas da azenha de Santa Cruz, uma vez que a diferença de dois alqueires de trigo e de uma galinha, relativamente ao valor do foro constante do documento de aforamento de 1462, parece consubstanciar um ajustamento adequado, passados 77 anos, a um novo contrato com um novo foreiro. Pelo que a azenha estava já construída em 1539.

Já o valor do foro da mencionada azenha do Caria, atendendo ao raciocínio anteriormente apresentado, leva-nos a associá-la à denominada azenha do Pisão. De acordo com as vendarias de 1574 e de 1577, registadas no *Tombo dos bens pertencentes à igreja de S. Miguel*, de 1569 (cf. Luís, 2006, pp. 33-34), o seu nome terá origem no facto de ter pertencido a António de Caria, marido de Ana de Almada.

É a esta última azenha que se deverão referir três documentos, produzidos no primeiro quartel do século XVI.

O primeiro é um emprazamento em três vidas, feito pelo mosteiro de Penafirme ao Dr. João Dias de Almada, em 20 de Abril de 1517, de “hũa achenha que o dicto moesteiro de nossa senhora da guasa [sic] tem […] a qual esta na terra do dicto moesteyro na comarqua de Rjbamar omde sse chama achenha do mar acerca da ssam gyam a ssamta + [cruz] de rrybamar […] por a dicta achenha estar muyto denificada ssem nenhũa bemfeytorrya E lhes parrecer que o dicto doutor a corregerrya bem a sseus tempos E lhes pagarrya bem sseus forros” (IAN/TT, CNSAP, liv. 26, fls. 19v-22v; Fontes, 2002, p. 86). Trata-se, assim, da Azenha do Mar, propriedade do Convento de Penafirme, que, apesar
de situada próximo de S. Gião\textsuperscript{15}, em Santa Cruz de Ribamar, estava “na terra do dicto moesteyro”, ou seja, na propriedade do convento, o que nos leva a crer tratar-se da azenha do Pisão.


O terceiro documento data de 16 de Novembro de 1521 e é uma sentença relativa a um pleito existente entre o já referido Dr. João Dias de Almada, “morador na sua quimta da Ribeira dos Cunhados” e D. Henrique de Noronha, “comendador mor de Santiago”, relativo a “ũa acenhas moente e corente que estaua jumto de sam giam de Riba mar termo da dita villa, que partia de hũa parte com terras de sam migell e da outra com tera do mosteiro de pena firme da quall asenha [D. João de Almada] pagava de foro ao dito mosteiro de pena firme seis alqueires de trigo e duas galinhas todo em cada hũ ano” (IAN/TT, CNSAP, liv. 26, fls. 40v-42). D. João de Almada, foreiro da Azenha do Mar, como já constava no documento de 1517, aforara-a “em vida de tres pesoas”. Mas, por sua vez, tinha-a subarrendado a D. Henrique de Noronha, “em vida de três pesoas com tall condisam que o R[endei]” e as pesoas pagasem as ditas igrejas os ditos foros\textsuperscript{16} em cada hũ ano e mais ao autor e a seus erdeiros sessenta alqueires de trigo em cada hũ anno pagando que mais compridamente se continha no dito aforamento”. E mal o rendeiro acabara de aforar a azenha, “determinara de fazer outra acenha apegada com a dita asenha que aforara ao autor”, tentando depois apropriar-se também da primeira\textsuperscript{17}. Como

\textsuperscript{15} Referência à ermida?

\textsuperscript{16} Os foros referem-se à azenha (pago ao Convento de Penafirme) e às águas (pago à Igreja de S. Miguel).

\textsuperscript{17} “As usurpações eram uma tentação demasiado forte e, para a meia dúzia de casos efectivamente detectados e levados perante os tribunais, quantos outros deveríamos contar que nunca chegaram a ser descobertos?” (Rodrigues, 1995, p. 426). “Os herdeiros de um caseiro da colegiada de Santa Marinha do
resultado de uma acção cível, D. Henrique terá perdido esta nova azenha\(^{18}\), que mandara fazer, para o Dr. João de Almada\(^{19}\).

O primeiro e o último destes documentos, datados, respectivamente, de 1517 e 1521, contrariam a hipótese de esta azenha poder ter sido vendida ao convento de Penafirme após 1539, como refere Maria dos Anjos Luís (Luís, 2006, p. 35, nota 76)\(^{20}\). A vedoria de 1574 refere que a azenha foi vendida ao convento por Ana de Almada (Idem, p. 34). É possível que a designada Azenha do Mar, aforada por D. João de Almada, tivesse passado, mais tarde, para as mãos de Ana de Almada, cujo sobrenome parece subentender uma relação de familiaridade e sucessão, relativamente ao anterior foreiro. Ana de Almada é referida como viúva de António de Caria, com o qual teria tido a posse da azenha, que viria a ser designada por Azenha do Caria. Será possível que a azenha que Ana de Almada vendeu ao convento de Penafirme – cuja compra é mencionada numa listagem do património do convento, datada de 1790\(^{21}\) – fosse a nova azenha mandada fazer por D. Henrique de Noronha, que ficara na posse de D. João de Almada, na sequência da já referida contenda judicial? Os documentos existentes não são completamente esclarecedores relativamente à(s) azenha(s) do convento de Penafirme em Santa Cruz, parecendo mesmo haver algumas confusões na documentação.


---

\(^{18}\) O documento fala numas “outras casas d’acenha nova”.

\(^{19}\) O “dito R[endei].”\(^{20}\) que abrira mão das ditas acenhas e as lleixara livremente ao dito autor”.

\(^{20}\) A vedoria da Colegiada de S. Miguel, de 25 de Maio de 1574, refere a venda da azenha ao mosteiro, pela viúva de António de Caria, Ana de Almada (Luís, 2006, p. 34). E a de 17 de Maio de 1577 refere que a azenha “foi de antónio caria que ora he dos padres de penafirme” (IAN/TT, Colegiada de S. Miguel de Torres Vedras, liv. 6, fl. 39).

\(^{21}\) “Tem este convento hũa Azenha, a borda do mar chamada Santa Cruz, a qual azenha o convento comprou com o dinheiro de hũas cazas que o dito convento vendeo […]. Tem este convento nesta mesma Azenha hum Pizão que fez à sua custa” (IAN/TT, CNSAP, maço 1, mçt. 2, doc. 7).

A mais antiga referência incontestável à Azenha de Santa Cruz data de 25 de Fevereiro de 1573 e foi publicada por Rogério de Figueiroa Rêgo. Trata-se da já mencionada escritura de venda “que fazem Domingos Pires e Inês Álvares, sua mulher, moradores na Azenha de Cima de D. Martim Soares, alcaide-mor de Torres Vedras e bem assim Álvaro Anes e Beatriz Álvares, sua mulher, moradores na Azenha de Santa Cruz de Ribamar, de uma vinha que eles tinham em Bolores e haviam herdado de Beatriz Fernandes, sua mãe e sogra, a Diogo Álvares, lavrador, morador na Ribeira de Pedrulhos, termo de Torres Vedras, pelo preço de 8.000 réis, livres de sisa. Testemunhas: Jorge Coelho e Pedro Fernandes, almocreve, morador em Torres Vedras, Alvaro Dias, morador na Azenha de Ribamar e António Francisco, criado de Diogo Lobo, morador na sua quinta de Vale Verde, que assinou pelos vendedores” (Rego, 1973, p. 81). Este documento é particularmente curioso, por várias razões.
Em primeiro lugar, a escritura refere um casal, Álvaro Anes e Beatriz Álvares, sua mulher, como sendo morador na Azenha de Santa Cruz de Ribamar, utilizando uma denominação que iria chegar aos nossos dias.

Em segundo lugar, relata que a venda é feita por este e por um outro casal, constituído pela irmã de Beatriz, Inês Álvares, e pelo seu marido, Domingos Pires, moradores na Azenha de Cima. Ambos os casais são referenciados como moradores em azenhas – logo, ligados à indústria moageira –, sendo que Álvaro Anes é mesmo referido, no ano seguinte, como moleiro da azenha que designamos do Pisão (Luís, 2006, p. 33). Estamos, pois, perante duas irmãs que casam cada uma com um moleiro, o que não deixa de ser interessante, do ponto de vista da organização familiar em torno de grupos profissionais.

Por último, a menção das testemunhas é de importância vital, ainda que indirecta, para sustentar a história da Azenha de Santa Cruz.

Por um lado, para estabelecer uma ligação indubitável entre a Azenha de Santa Cruz de Ribamar, mencionada no documento, e aquela que denominamos actualmente por Azenha de Santa Cruz. Isto porque os contraentes, entre os quais o casal morador na mencionada Azenha de Santa Cruz de Ribamar, vão, obviamente, chamar para testemunhas pessoas que lhes são próximas. E, entre estas, figura Álvaro Dias, que se refere ser morador na Azenha de Ribamar. Embora não figure aqui o topónimo Santa Cruz, cremos que tal se deve a um facilitismo do redactor, uma vez que o mesmo já tinha sido mencionado anteriormente, no mesmo documento. Temos, assim, um Álvaro Dias que, tal como Álvaro Anes e Beatriz Álvares, era morador na Azenha de Santa Cruz de Ribamar. Ora Álvaro Dias é, precisamente, o moleiro da azenha localizada em Santa Cruz de Ribamar, comarca de Rendide, de que é proprietária a igreja de S. Miguel, referenciado nas vedorias feitas pela colegiada em 1577, 1580, 1583 e 1585, identificada com a Azenha de Santa Cruz. A vedoria de 1585 refere mesmo ser moleiro da azenha de Santa Cruz de Ribamar “Álvaro Dias, que há muitos anos que nelas mora”.

Por outro lado, uma outra testemunha estabelece, de certa forma, uma ponte entre a Azenha de Santa Cruz de Ribamar e as águas de S. Gião, aforadas em 1462. De acordo
com o mesmo raciocínio, de que os contraentes chamam para testemunhar pessoas da área das suas relações mais próximas, vemos figurar como testemunha António Francisco, criado de Diogo Lobo, morador na sua quinta de Valverde. Ora o aforamento das águas de S. Gião, em 1462, foi feito a Diogo Gonçalves Lobo e sua mulher, Elvira de Oliveira, “em pessoa do dito Gonçalo Dias seu filho e procurador” […], “escudeiro, filho de Diogo Gonçalves Lobo, correcedor por El Rei em a cidade de Lisboa, e de Elvira Olivares, sua mulher”.

Este Gonçalo Dias era, em 1438, foreiro da Quinta de Valverde, propriedade do Mosteiro de Alcobaça (Rodrigues, 1995, p. 410, nota 171 e p. 427), que a viria a tentar recuperar mais tarde, “por ter morrido “abyntestado” Gonçalo Dias, segunda pessoa de um prazo em três vidas” (Idem, p. 427, nota 211)23. “Mas o irmão daquele, Pêro Lobo, afirmou que podia provar, em tribunal, ter sido nomeado por ele à hora da morte, perante testemunhas” e, “para evitarem uma longa demanda, ambas as partes chegaram a acordo: o reclamante ficaria com a quinta em sua vida, pagando um foro superior ao fixado na carta primitiva” (Ibidem). Pelo que o Diogo Lobo mencionado no documento de 1573 será, com toda a certeza, um directo descendente de um dos filhos de Diogo Gonçalves Lobo, mencionado no documento de aforamento de 1462.

No Tombo dos bens pertencentes à Igreja de São Miguel de Torres Vedras, iniciado em 1569, registaram-se cinco vedorias feitas à Azenha de Santa Cruz, ordenadas pelos clérigos de S. Miguel, entre os anos de 1574 e 1585 (IAN/TT, Colegiada de S. Miguel de Torres Vedras, liv. 6, fls. 21v, 39, 46v, 49v e 64). Por estes registo sabe-se que, neste período, era rendeiro da azenha Estêvão Antunes – “a quall açenha traz arrendada esteuão antunez” –, morador na Silveira, “clérigo de orde[n]s de evangelio”, “e he a

22 Sem testamento.
23 Esta quinta de Valverde, “usurpada por D. Fernando e D. Leonor Teles, que aí construíram um palácio” (Rodrigues, 1995, p. 410, nota 171 e p. 363), foi devolvida ao mosteiro de Alcobaça por D. João I, em 1422: “soubemos que El-rei Dom Fernando nosso irmão, a que Deus perdoe e sua mulher Dona Leonor fizeram uns paços no lugar que chamam Vale Verde, termo de Torres Vedras, os quais foram e são feitos em terra do m[osteir].º d’ Alcobaça e nos seus casais e território, pela qual razão os ditos paços p[er]tencem ao dito m[osteir].º” (transcrição graficamente actualizada de Cavalheiro e Macedo, s. d.).
seg[und]a pe[s]soa” de um novo emprazamento a três vidas (15 de Abril de 1583). E era moleiro o já mencionado Álvaro Dias, “morador na azenha” (19 de Junho de 1580), “o qual ha muitos annos que nellas mora” (15 de Julho de 1585).

Pela vedoria feita em 17 de Maio de 1577 verificamos que o foro pago à Igreja de S. Miguel, no valor de doze alqueires de trigo e uma galinha, já não se refere apenas às águas que são aproveitadas pela azenha, como constava do primeiro aforamento, de 1462, mas incluem a “dicta açenha [o edifício] e Rosio e agoa, e matos”.

A azenha tinha dois conjuntos de mós (dois engenhos ou moendas), como se verifica pela leitura do Sumário do tombo da igreja de S. Miguel, de 1539, que refere possuir a igreja “duas moendas a São Gião de [Ribamar]”, que rendiam “por cada ano doze alqueires de trigo e hũa galinha”. O mesmo refere a vedoria de 1583: “está bem aproveitada principalmente a de baixo, e cada uma tem sua roda”24.

Se, em 1577, a azenha estava “bem concertada e aproveitada de todo o necessário”, já em 1580 o vedor refere que “o dito Estevão Antunes é obrigado a pôr todos os adobios por necessários à dita azenha, do qual não está bem aproveitada”25. E, ainda que o vedor Fernão Lopes, em 1583, tenha referido estar a azenha “bem aproveitada, principalmente a de baixo”, Luís de Rios, que fez a vedoria em 1585, atestava: “estão muito danificadas” [ambas as moendas]. Ou seja, cerca de 120 anos depois da sua fundação, a azenha parecia mostrar fortes sinais de deterioração.

Após esta incisiva acção fiscalizadora, por parte dos clérigos da colegiada de S. Miguel, os documentos são escassos e, daquilo que até ao momento se conhece, só voltamos a ter notícias históricas relacionadas com a azenha de Santa Cruz nos alvores do século XVIII.

---

24 “Esta bem aproveitada principalmente a de baixo e cada hũa tem sua roda”.
25 Atavios; apetrechos.
26 “Ho dito esteuão antunez he hobryguado a por todos hos adobios por nesssarios ha dita asenha do quall nom esta bem aproveytada”.
Em 1986, Adão de Carvalho divulga a existência de um documento de emprazamento setecentista, relativo à Azenha de Santa Cruz. Os vários fólios, pertencentes ao cartório notarial do tabelião Guilherme Álvares de Almeida, integram, na verdade, três documentos: uma petição dos aforadores, para que lhes seja reduzido o valor do foro, uma segunda petição, para que lhes seja feito novo contrato de aforamento, e o próprio contrato de emprazamento (IAN/TT, Cartório Notarial de Torres Vedras, liv. 266, cx. 60).

A 12 de Fevereiro de 1701, Bartolomeu Francisco e Maria Antunes, sua mulher, foreiros da azenha de Santa Cruz desde 1689, dirigiram uma petição à colegiada de S. Miguel, para que lhes fosse reduzido o valor do foro a pagar pela azenha: “Dis Bartholomeu Francisco morador na Azenha do mar junto a Sancta Cruz, que elle possui a ditta asenha haverá doze annos da qual paga de foro em cada hum anno à ditta Igreja dezaseis alqueires de trigo e tres galinhas, só pelas agoas que daquellas charnequas caiy para a ditta asenha que nesse tempo era em avundancia e a todo o tempo para poder moer com tres pedras; hoje que os matos e charnequas se achão todos aroteados em sismarias, de que pagão à ditta igreja os quartos e dízimos apenas tem agoa para poder moer com huma mó de vinte e quatro, em vinte e quatro horas o tempo de huma hora, tudo por cauza das roteas que se tem feito, e querendo elle supplicante por [pôr] embargos a se não arotearem os mattos que lhe fizessem damno, à agoa, que agora experimenta”[…].

As confrontações da azenha, mencionadas neste documento, descrevem-na partindo "do norte com mattos e sismarias dos Relligiosos de pena firme e do Nascente com sismarias da ditta Igreja e do Sul com sismarias e mattos dos enfiteutas foreiros a ditta Igreja e do Poente com aribas do mar e coisas mais e nas devidas e verdadeiras e reais confrontações com quem por direito a ditta asenha e seus logradouros tudo deva e haja de partir e confrontar”.

Se atentássemos à designação de Azenha do Mar, pela qual, nos documentos do século XVI, é referenciada a azenha do Pisão; ao facto de Bartolomeu Francisco referir que o foro que paga se refere apenas às águas que vão para a azenha; à sua localização junto a Santa Cruz; à menção da charneca de onde provêm as águas; e à descrição da confrontação da azenha, a norte, com propriedades do convento de Penafirme, seríamos levados a crer estar perante um documento relativo à azenha do Pisão. No entanto, o

Já a menção feita por Bartolomeu Francisco, do pagamento do foro anual de 16 alqueires de trigo e de três galinhas, só pelas águas que iam para a azenha – apesar de referir, logo de início, “que elle possui a ditta asenha” – é uma falácia perfeitamente intencional. Na verdade, e apesar de o documento de 1462 proceder ao aforamento de “uma água”, a partir do momento em que é construída uma azenha no local, ela passa a integrar a propriedade; e findo o período de validade do contrato, a propriedade regressa sempre à posse do senhorio, com todas as suas benfeitorias.

É assim que o novo emprazamento, em vigor em 1577, se refere já à “dicta açenha [o edifício] e Rosio e agoa, e matos”. E é por a azenha constituir propriedade da colegiada – na medida em que o aforamento apenas cede o direito do domínio útil da propriedade –, que os vedores da igreja tanto se preocuparam com o estado de conservação do edifício, impondo mesmo obrigações ao foreiro para a sua manutenção, como aconteceu a Estevão Antunes, em 1580, que foi “obrigado a pôr todos os adobios por necessários à dita azenha”.

O objectivo do autor da petição era, obviamente, tentar menorizar o objecto do emprazamento, para mais facilmente justificar e obter uma redução do foro a pagar. E descreve, então, a justificação para o seu pedido: “as agoas […] que nesse tempo [1689] era em avundancia e a todo o tempo para poder moer com tres pedras; hoje que os matos e charnequas se achão todos aroteados em sismarias, […] apenas tem agoa para poder moer com huma mó de vinte e quatro, em vinte e quatro horas o tempo de huma hora, tudo por cauza das roteas que se tem feito”.

27 Não seria de todo impossível, no entanto, considerando a posse, por parte da colegiada, de dois prazos foreiros relativos a azenhas, na mesma localidade, que pudesse haver uma troca inadvertida, ou alguma confusão, na descrição do prazo.
O documento dá-nos várias informações importantes sobre a azenha. Ficamos a saber que, pelo menos desde 1689, a azenha de Santa Cruz tinha três rodas, ou seja, entre 1585 e 1689 foi-lhe construído um terceiro engenho. Somos também esclarecidos sobre o caudal de água que alimentava a azenha, no último quartel do século XVII, que “era em abundância”. A palavra é suficientemente esclarecedora, relativamente à quantidade de água que por aí corria; mais do que ser muita, era em abundância. E de tal modo o era, que permitia que três rodas trabalhassem simultaneamente e ininterruptamente, durante as 24 horas do dia. O que significa que os caudais da época nada tinham que ver com aqueles que agora podemos observar.

Mas Bartolomeu Francisco refere que, nos últimos anos, os arroteamentos realizados nos terrenos a montante, através de sesmarias, teriam provocado o desvio de muita da água que daí provinha, para canais de rega, provocado uma forte redução dos caudais, a tal ponto que a água já só seria suficiente para fazer girar uma roda, e apenas durante uma hora por dia. A ser verdade, seria uma evolução notável, em apenas 12 anos. É sabido que a ocupação do solo, primeiro através do aumento dos arroteamentos e, mais tarde, da intensificação da urbanização, foi provocando uma diminuição do caudal que afluiu à azenha, ao longo dos séculos. Mas essa diminuição terá sido bastante mais gradual do que se pretende afirmar neste documento. Da mesma forma que fez com a definição do objecto do contrato de aforamento, o suplicante terá exagerado os danos, para tentar conseguir a redução do foro. Diz o suplicante que “sem duvida que tem muito e notório danmo, e perda nas agoas que lhe faltão como as suas mercês se podem emformar por quem lhes parecer”, pedindo “que em forma do referido lhe darão a baixa que for justo”. E, de certa forma, intimidou a igreja, manifestando a sua vontade de pôr embargos “a se não arrotearem os matos que lhe fizessem dano à água”.

Certo é que a igreja, reconhecendo alguma justeza no pedido, ou não estando interessada numa eventual contenda judicial, resolveu acolher e aceitar a petição de Bartolomeu Francisco: “O senhor Prior e Priostes que então erão que andavão dando as dittas sismarias lhe prometerão a elle suplicante que todas as veses que tais sismarias e matos que se rompessem lhe fizessem damno lhe farião baixa no foro que pagavão”. A decisão do Prior foi de que os suplicantes passariam a pagar “somente dez alqueires de trigo e assim mais três galinhas boas e de receber como athe agora as pagavão que
dellas lhe não fazem baixa alguma”, mostrando que não abdicavam das três galinhas que recebiam.

A excepcionalidade e transitoriedade da medida, que os padres obviamente não pretendiam que constituísse forte precedente ou que alastrasse a outros foreiros, ficaram patentes na resposta dada: “que vindo a ditta asenha em qualquer tempo em deante durante este emprazamento a ter e possuir as agoas que de antes tinha, e a perderem-se as dittas arroteas, pagaram o foro que athe agora pagavam de dezaseis alqueires de trigo e as dittas três galinhas”.

Na sequência desta resposta, Bartolomeu Francisco e sua mulher apresentam uma nova petição aos clérigos de S. Miguel, a 3 de Maio do mesmo ano, dizendo que “a ditta asenha e seus logradouros he prazo em vidas da ditta Igreja do qual os suplicantes são possuidores em segunda vida do qual pagavam de foro em cada hum anno dezaseis alqueires de trigo e três galinhas e por isso das noveidades e por quanto padessia muita falta das agoas, que vinham para a ditta asenha por cauза das sismarias que se romperam foram vossas mercês servidos de lhes fazerem baixar de seis alqueires de trigo na forma do despacho da petição junta, e porque se querem sugerir a tudo nelle referido do que querem fazer escritura de novo emprazamento em tres vidas na forma do escrito. Pede a vossas mercês lhes façam mercê dar licença para que possam fazer a ditta escritura e receber a mercê para que possam fazer a escritura de novo emprazamento sendo os suplicantes primeira e segunda vida e o ultimo que delles ficar nomiará terceira”.

Tendo recebido as boas “novedades” da redução do foro, o foreiro já se refere ao prazo como “a dita asenha e seus logradouros”, ao contrário do que fez na primeira petição, em que mencionava apenas as águas. O documento informa-nos ainda que, na altura, o casal constituía a segunda vida de um emprazamento a três vidas.

A ser aceite – como o foi –, este pedido traria excelentes vantagens para o foreiro. Por um lado, deixaria contratualizado o novo valor do foro, contrariando a sua transitoriedade, como era intenção inicial da igreja. Por outro lado – e de acordo, aliás, com a proposta do próprio Bartolomeu Francisco –, um novo emprazamento implicaria o reinício da
contagem das vidas que o constituiriam, o que seria bastante vantajoso para o foreiro, que era, à data, a segunda vida do prazo.

Com base nesta petição, é feito um “publico instrumento de emprazamento e aforamento em vida de três pessoas e mais não”, a 29 de Junho de 1701, cedendo aos foreiros o “util domínio, uso e rendimento e tudo o mais que tem e podem ter na dita asenha e seus logradouros”. O contrato é feito, como proposto, “em vida de três pessoas, no prazo das quais seram elles marido e molher primeira e segunda vida o que delles ulteriormente falecer poderá nomear a terceira em tal forma que seijam no ditto prazo três pessoas vidas e mais não, e findas, e acabadas ellas ficará o ditto prazo com vidas suas bem feitorias de novo a ditta Igreja, Prior, e Beneficiados que este tempo forem della para o emprazarem a quem direito for e este emprazamento e renovassam fazem elles reverendos Prior e beneficiados a elles ditos Bartholomeu Francisco e a sua molher Maria Antunes e vida futura pelo foro e com as clausulas condições e obrigações seguintes; que elles foreiros em vida que lhe suceder daram e pagaram de foro e penção em cada hum anno aos ditos reverendos Prior e Beneficiados prezentes e […] que forem da ditta Igreja des alqueires de trigo suposto pagaram the o prezente dezaseis alqueires, e ouveram por bem fazer-lhe de baixar seis alqueires de trigo neste novo emprazamento”. Os aforadores eram ainda obrigados a manter “a ditta asenha muito bem consertada”.

É ainda referido que a azenha “consta de casas e moenda a saber uma mó 28 alveira e duas urgeiras e seus logradouros o que melhor e mais largamente consta do tombo da ditta Igreja a que se referem”.

Segundo Maria dos Anjos Luís, “este documento é deveras importante porque estabelece o elo de ligação com o mencionado pergaminho de aforamento das águas de S. Gião de 1462 […], já que este tinha inscrito no verso, entre outros registos, o nome de Bartolomeu Francisco, provavelmente o foreiro do presente contrato” (Luís, 2006, p. 37).

---

28 Aqui, por moenda ou engenho.
Em 1818, a azenha surge representada no mapa de levantamento das fortificações e estradas militares das Linhas de Torres Vedras (Mitchell, 1818). Nele se vislumbra a azenha, a abegoaria que lhe ficava a Sul e que se encontra registada em fotografias do início do século XX, e uma outra construção, que nos atrevemos a pensar ser o moinho de vento (o único construído em Santa Cruz) cuja existência é documentalmente registada em 1883 e que, tal como a abegoaria, consta da relação dos bens pertencentes ao prazo foreiro da azenha de Santa Cruz que figuram na escritura de venda realizada em 1907.
É provável que, por esta época, em consequência de diversos factores, a abundância do caudal de água que abastecia a azenha apresentasse já alguma intermitência, nomeadamente no período estival, tal como acontecia com outros cursos de água do concelho. A petição de Bartolomeu Francisco, cerca de 112 anos antes, apesar de exagerada, dava já conta de alguma diminuição neste caudal. Os logradouros que integravam a azenha foram, por isso, muito naturalmente, utilizados para a construção de um moinho de vento, aproveitando não só as excelentes condições de vento de que a zona costeira é pródiga, especialmente no Verão, como a existência de terreno disponível e de mão-de-obra especializada.
Fig. 56 – O Alto do Moinho no início do século XX (BMTV).

Fig. 57 – A azenha e o seu moinho, no primeiro quartel do século XX (BMTV).
O moleiro faria assim uma gestão integrada das duas unidades moageiras, dividindo ou complementando o trabalho entre as duas, consoante a natureza disponibilizava mais vento ou mais água, tirando proveito do facto de o período de menor abastança de água ser coincidente com o dos ventos etesianos. Estes “ventos estivais, relativamente secos e frescos” (Ribeiro, Lautensach, e Daveau, 1987-1991, vol. 1, p. 15), que sopram do quadrante Norte/Noroeste (a Nortada), dominando a fachada costeira ocidental e diminuindo da costa para o interior, caracterizam o clima desta zona, no Verão. O moinho de Santa Cruz, embora arruinado, ainda subsiste actualmente.

Em meados do século XIX foi construído um pisão “na Azenha da dita Santa Cruz, o qual esta no terreno do cazal pertencente á freguezia de São Miguel d’esta Villa, a quem he foreiro” (Leal e Vasconcelos, c. 1865). Muito embora os anotadores da obra de Madeira Torres não datem a sua construção, referem-se-lhe como sendo “mais moderno”, relativamente à descrição dos pisões torrienses feita pelo próprio Madeira Torres, em 1835, que não o incluía29, o que situa a sua edificação entre 1835 e 1865. O pisão foi instalado num anexo especificamente construído para o efeito, imediatamente a norte dos edifícios já existentes, mas suficientemente afastado para permitir o desnível necessário à queda da água proveniente da última roda da azenha, para a nova roda. Esta estrutura constituía, no conjunto edificado, uma unidade industrial própria, requerendo um engenho com diferentes características técnicas e com condições de funcionamento distintas como, por exemplo, o aquecimento de água.

29 Nesta data, Madeira Torres apenas faz referência a dois pisões existentes na costa de Rendide – sendo um deles o da Azenha do Pisão, a norte de Santa Cruz –, mas ambos eram foreiros do Convento de Penafirme, o que exclui a hipótese de um deles ser o da Azenha de Santa Cruz (Torres, 1835, p. 284). Atendendo à resposta dada pelo pároco de A-dos-Cunhados ao inquérito paroquial, em 1758 –“não tem esta Freguezia lugares de Asento, Pisões, noras, o outro algum engenho” –, estes dois pisões teriam sido edificados na segunda metade do século XVIII ou já no início do século XIX. No entanto, o facto de o pároco não referir, também, as azenhas então existentes a norte de Santa Cruz, leva-nos a duvidar deste seu depoimento, a menos que, por lapso compreensível, as considerasse como integradas na freguesia de Rendide.
Este pisão surge claramente representado na *Perspectiva Geológica da Costa Marítima ao Norte e Sul da Foz do Tejo*, realizada entre 1857 e 1868 (Feio e Michellis, 1857-1868, fl. 1).

Fig. 58 – O pisão da Azenha de Santa Cruz, representado num desenho de José C. de Araújo Feio, datado de entre 1857 e 1868 (ADDPCTV).

Fig. 59 – O pisão da Azenha de Santa Cruz, no final do século XIX, vendo-se ainda a azenha e a abegoaria (ADDPCTV).
Seria neste pisão e naquele que deu nome à azenha situada a norte de Santa Cruz, que seriam apisoados os panos feitos em Torres Vedras, eventualmente, nalgum dos cinco estabelecimentos unipessoais integrados no grupo da fiação e tecelagem de lã que, em 1890, laboravam na área do concelho, com teares mecânicos, de acordo com o Inquérito Industrial levado a efeito nesse ano (Ministério, 1891, pp. 48 e 146)30.

![Fig. 60 – O pisão da Azenha de Santa Cruz, no primeiro quartel do século XX (BMTV).](image)

Em 1859, com a extinção das colegiadas, os bens da colegiada de S. Miguel, onde se incluía a Azenha de Santa Cruz, passaram para a posse do Seminário Patriarcal de Santarém. Manuel Francisco era o nome do enfiteuta que, em 1862, aforava a azenha, pagando ao referido seminário a quantia de 10 alqueires de trigo e três galinhas (Luís, 2006, p. 41), precisamente o valor estabelecido após a redução, supostamente transitória, concedida a Bartolomeu Francisco, 161 anos antes. O facto de não ter havido uma actualização do valor do foro, ao longo deste período de tempo – considerando que,

30 Segundo os anotadores da obra de Madeira Torres, era precisamente em Rendide “que se aproveitava a lã para o vestuário, fazendo-se teias de pano chamado de «casa»”, um “pano azul claro ou cor de pinhão para os fatos dos homens e branco ou azul, chamado lãzinha, para os das mulheres” (apud Luís, 2006, p. 40).
entretanto, o prazo terá sido, necessariamente, renovado –, poderá significar que não terá ocorrido qualquer melhoria nas condições de abastecimento de água à azenha ou que, muito provavelmente, elas até tenham vindo a piorar, ainda que muito gradualmente. No mesmo ano de 1862 viviam na azenha sete almas (Luís, 2006, p. 38, quadro IV).

Numa vista de Santa Cruz executada pelo pintor torriense Francisco Maria Peres, datada de 1881, embora não esteja representada a azenha, é possível vislumbrar uma parte da abegoaria que lhe ficava a Sul.

No Registo das licenças para venda e estabelecimentos, concedidos pela Câmara Municipal de Torres Vedras, de 1883, aparece já mencionado o moinho de vento de Santa Cruz, anexo à azenha (Rodrigues, 1996, p. 267)31.

31 Curiosamente, neste registo não surge qualquer referência à Azenha do Pisão – que constava da Relação dos foros da extincta Collegiada de S. Miguel, de 1862 (Luís, 2006, p. 41, nota 101) –, podendo isso significar que, por esta altura, já não se encontraria em funcionamento.

Os dados relativos ao número de azenhas e moinhos de vento existentes no concelho de Torres Vedras, na segunda metade do século XIX, não obstante as eventualis inconsistências relativas aos diferentes métodos de contabilidade utilizados, parecem demonstrar uma diminuição gradual destas pequenas unidades.
industriais: Madeira Torres refere a existência de 127 moinhos de vento e 45 moinhos de água, em 1835; para 1862, os anotadores da obra de Madeira Torres mencionam 145 moinhos de vento e 41 azenhas (Leal e Vasconcelos, c. 1865); O Registo das licenças para venda e estabelecimentos, concedidos pela Câmara Municipal de Torres Vedras, de 1883, regista 113 moinhos de vento e 13 azenhas (Rodrigues, 1996, p. 267); e o Inquérito Industrial de 1890 regista a existência de 86 unidades industriais de moagem, com 86 aparelhos movidos a energia eólica, 3 a energia hidráulica e 9 já a vapor.

Fig. 62 – Azenha de Santa Cruz, século XIX/XX (ADDPCTV).

Fig. 63 – Azenha de Santa Cruz, século XIX/XX (Miranda, Luis e Lourenço, 2006).
Terá sido, muito provavelmente, já no final do século XIX, que terá sido construído um grande tanque de armazenamento de água, bem a sul da azenha, para superar as falhas no abastecimento de água, nomeadamente durante o estio, que por esta altura já se deviam fazer sentir com alguma intensidade. Este grande reservatório, documentado fotograficamente, abastecia um outro pequeno lago ou açude mais antigo, de onde partia a levada de abastecimento das rodas – uma parte escavada na rocha, a outra de cantaria, sobre o muro, ambas separadas por uma adufa (represa). Este tanque existia ainda no início dos anos 30 do século XX e terá deixado de existir pouco tempo depois, com o parcelamento e venda dos terrenos da azenha, para urbanização.

Trata-se de uma levada escavada na rocha, de secção rectangular e, não, como na altura pensaram Carlos Cunha e Pedro Sobreiro, um “sulco provocado pelas águas pluviais” (Cunha e Sobreiro, 1982, p. 13).
Manuel Francisco, o enfiteuta que, em 1862, possuía o domínio útil da Azenha de Santa Cruz, filho de José Francisco e de Maria de Jesus, moradores na mesma azenha, transmitiu o foro a seu irmão José Francisco, “nome que consta, entre 1882 e 1889, no livro de registo de licenças para vendas e estabelecimentos concedidas pela Câmara Municipal de Torres Vedras” (Luís, 2006, p. 41). Num assento de baptismo de um filho, em 1857, ele e a sua mulher, Maria José, já eram também dados como moradores na Azenha de Santa Cruz (Idem, p. 42).
Por escritura de venda datada de 23 de Maio de 1907, Francisco José, filho de José Francisco, trespassa o domínio útil do prazo *Casal da Azenha*, que herdara do seu pai, por falecimento deste, a José António Francisco da Cruz, por 1.400 reis. Nesta altura, o foro anual a pagar ao Seminário de Santarém era de 132,15 l de trigo e três galinhas\(^3^3\). A descrição pormenorizada da propriedade, que possuía cerca de 15,5 ha, refere constar de casas térreas para habitação – com seis compartimentos –, duas azenhas para trigo e milho, pisão, levada de água, açude, abegoaria, palheiro, cortes para porco, casa que serve de adega, moinho de vento com dois pares de mós, vinhas, terras, matos, pousios, juncais e areais, tudo cortado pela estrada municipal para a vila de Torres Vedras. (*Idem*, pp. 42-43). Curioso é o facto de, relativamente à última descrição conhecida da azenha, de 1701, o número de engenhos de moagem (aqui designados por azenhas) ter passado de três para dois.

\(^{33}\) A introdução do sistema decimal, entre 1852 e 1862, obrigou à adaptação dos valores referentes às quantidades contratadas. De acordo com a nova legislação, a conversão do antigo valor do foro, de 10 alqueires, deveria resultar em 130,77 l. Já o valor constante da *Matriz Cadastral da Propriedade Rústica* de S. Pedro da Cadeira, mencionado por Maria dos Anjos Luís, de 13 dal, está de acordo com estes cálculos.
A 21 de Setembro de 1915, António Francisco da Cruz, morador na Ponte do Rol, trespasa novamente o domínio útil do prazo do Casal da Azenha a José Joaquim de Miranda, agora pelo valor de 1.800$00. O contrato refere existirem no prédio vendido “diversos arrendamentos a longo prazo” e a descrição da propriedade inclui uma pedreira – a descrição contida no documento de remissão do foro substituirá a abegoaria por arribanas e as “vinhas, terras, matos, pousios, juncais e areais” por “terra de semear e pastagem” (Idem, pp. 44).

Fig. 70 – Santa Cruz nos anos 20: assinalada, a abegoaria da azenha (BMTV).

Na sequência da implantação da República e da nacionalização dos bens da igreja, incorporados na Fazenda Nacional, José Joaquim de Miranda irá requerer à Presidência da República a remissão do foro do Casal da Azenha, após algumas tentativas infrutíferas do Estado, para vender a propriedade em hasta pública. Depois de proceder ao pagamento de 300$82, José Joaquim de Miranda obtém a confirmação da posse do referido casal, “livre e alodial e desembaraçado do referido encargo” (Idem, pp. 44-45).
Fig. 71 – Santa Cruz, nos anos 60. A azenha e o moinho (Aeroclube de Torres Vedras).

O processo de urbanização de Santa Cruz, nomeadamente da zona que integrava os terrenos anexos à azenha, desenvolvia-se muito rapidamente pois, em 15 de Outubro de 1924, José Joaquim de Miranda, “de Torres Vedras”, apresentou à Câmara Municipal um requerimento “para entregar a este município, em domínio pleno, o terreno que constitue a rua A da planta referente à sua propriedade, situada na Praia de Santa Cruz, denominada Casal da Azenha, já aprovada por esta Câmara”, tendo a autarquia aceitado a oferta (AMTV; acta da CMTV, de 15.10.1924, fl. 150).

Fig. 72 – A azenha no início dos anos 80, vendo-se o circo instalado no terreno do casal (ADDPCTV).
José Joaquim de Miranda viria a fazer outras desanexações à propriedade. Por escritura de 27 de Novembro de 1925, ele e a sua mulher, Gracinda da Luz Silva Miranda, procederam à venda de uma parcela de terreno da parte rústica do Casal da Azenha, com cerca de 350m², a Francisco José Jerónimo, “para a idificação de umas casas […] pela quantia de cem ecudos”. E em requerimento de 23 de Dezembro do mesmo ano, entregaram à autarquia “os terrenos que constituem a Avenida Marginal, as Ruas H, e J e K, com a variante para a praia” (AMTV).

Os herdeiros de José Joaquim de Miranda viriam depois a vender a restante propriedade à empresa Santos, Dias, Miguel e Tomé, L.da, de Campelos, que procederia à sua venda parcelada (Luís, 2006, p. 45).

Fig. 73 – Santa Cruz nos anos 80, vendo-se a azenha e, à direita, o moinho.

Terá sido por esta altura, com a abertura do acesso à praia, que terá sido demolido o pisão, que certamente deixara já de laborar há algum tempo. Note-se que, pela mesma altura, já o pisão da Praia do Pisão tinha sido, também, abandonado, restando apenas ruínas das azenhas aí anteriormente existentes. Sabemo-lo pela descrição que Júlio
Vieira faz desta estância balnear, entre 1925 e 1926, em que chama a atenção para a antiguidade da azenha de Santa Cruz: “uma interessante e antiquíssima azenha existe no Pisão, junto às arribas do mar” (Vieira, 1926, p. 185). E evita qualquer confusão com o pisão que hoje dá nome à praia homónima, a Norte, referindo que “ao norte veem-se as ruínas de outras azenhas”.

Também nos anos 20 deixou de funcionar a segunda roda moageira, a norte da primeira. Reduzida a apenas um engenho, a azenha funcionaria até cerca de 1955, tendo as instalações sido abandonadas em 1960 (Lourenço, 2006, p. 73, nota 165).
4. ESTRATÉGIA E METODOLOGIA DA INTERVENÇÃO

4.1 ESTRATÉGIA

A estratégia da intervenção foi ditada pela junção dos objectivos das equipas de arquitectura e de arqueologia. Estes objectivos, por sua vez, acabaram por ter de se ajustar a outras condicionantes, que marcaram o desenvolvimento dos trabalhos.

Para a equipa de arquitectura, foi necessário, numa fase inicial do projecto de recuperação, analisar a área envolvente do imóvel, nomeadamente para tentar perceber a que nível se encontraria a cota original do terreno. Esta necessidade fazia-se sentir apenas a nascente do edifício, por duas ordens de razões: em primeiro lugar, porque se tratava da fachada principal, onde se situavam as azenhas, e do acesso principal ao imóvel, zona essa que deveria merecer um mais aprofundado trabalho de valorização paisagística; em segundo lugar, porque se tornava necessário estabelecer o nível até onde deveria ser rebaixado o terreno, não só para tentar retomar a antiga cota original, como para obter uma altura que permitisse uma adequada passagem sob a levada – através do arco que a atravessa, de nascente para poente –, entretanto alteada. Assim, a equipa de arquitectura procedeu, inicialmente, ao levantamento topográfico do edifício e do terreno contíguo, ao mesmo tempo que a equipa de arqueologia procedia a um primeiro levantamento fotográfico do imóvel.

Estes factores ditaram que a intervenção arqueológica se iniciasse com a realização de duas sondagens mecânicas no exterior do imóvel, designadamente a nascente do mesmo. A segunda destas sondagens, realizada junto às fundações do edifício, serviu ainda para uma primeira avaliação da potência estratigráfica da área de assentamento da construção.

Os resultados destas sondagens não nos pareceram, inicialmente, muito animadores: o aterro identificado na primeira sondagem era muito recente e, na segunda, constatou-se a
pouca profundidade dos alicerces do edifício e o seu directo assentamento sobre a rocha de base, que se encontrava muito próxima da superfície. Somando-se estes dados ao facto de o interior do edifício se encontrar profundamente alterado pela intervenção da década de 90, tudo levava a crer que dificilmente se conseguiriam identificar vestígios de anteriores ocupações. Assim, programou-se a realização de uma primeira sondagem no interior do compartimento central da azenha, junto à zona dos engenhos, que, consoante os resultados obtidos, poderia vir a ser alargada a outros compartimentos.

O interior do imóvel apresentava, no entanto, uma situação complexa. A primeira visita ao local, em 2004, permitiu constatar o quanto a recente intervenção havia destruído, tanto da estrutura original do edifício, como do subsolo. No primeiro caso, para além da completa substituição dos telhados, com algumas adulterações ao nível das cotas e águas originais, as alterações passaram pelo derrube de várias paredes interiores e pela construção de novas paredes de tijolo e betão. Relativamente ao subsolo, haviam sido abertas valas e poços para a colocação de condutas e de caixas de derivação, para o escoamento de águas residuais, e, como posteriormente se viria a constatar, escavadas e aterradas diversas zonas, tanto para nivelar a superfície, como para soterrar lixeiras.

Por outro lado, a totalidade das paredes e do piso encontrava-se coberta com betão, que seria necessário remover, não só para uma melhor compreensão da estrutura física da construção, como para permitir a escavação do interior. Tratou-se de um trabalho delicado, difícil e moroso, que foi necessário executar com o cuidado necessário à protecção possível das camadas sedimentares do subsolo e das eventuais estruturas arqueológicas. A necessidade de realizar este trabalho prévio à escavação, determinou o tempo que mediou entre a realização das primeiras sondagens no exterior do imóvel e o início dos trabalhos no interior, já em 2005.

As condições climatéricas do local determinaram a realização da intervenção durante o Verão. Também o facto de se dispor de escassa iluminação contribuiu para que os trabalhos se programassem para uma época de maior luminosidade. Na verdade, por razões de segurança, não foi possível, durante toda a intervenção, manter abertos os pequenos vãos das janelas do edifício, enlaçados com tijolos. Os projectores que aí foi
possível colocar também não conseguiram evitar o ambiente de penumbra em que se processaram todos os trabalhos.

Para a primeira sondagem no interior do imóvel foi programado um mês de trabalho, entre 27 de Junho e 26 de Julho de 2005, período para o qual a autarquia contratou um auxiliar técnico de arqueologia. No final deste mês de trabalho, constatou-se que os vestígios arqueológicos não eram tão escassos como os indícios iniciais nos levaram a crer, pelo que seria necessário proceder à escavação da quase totalidade do interior do edifício, de forma a se recolherem todos os vestígios eventualmente ainda existentes, por muito parcos que fossem.

Assim, realizou-se uma nova intervenção, entre 6 e 23 de Setembro, com a participação de jovens estudantes, nomeadamente de Arqueologia, integrados num campo de trabalho arqueológico. Não tendo sido possível, apesar de tudo, concluir a intervenção durante o período de vigência do campo de trabalho arqueológico, foi deixada para o mês seguinte a conclusão de pequenos trabalhos de escavação, limpeza final e desenho de estruturas. Condições climatéricas adversas obrigaram à interrupção e sucessivo adiamento destes trabalhos finais, que só foi possível concluir numa última intervenção, que decorreu entre 19 e 23 de Junho de 2006.
4.2 METODOLOGIA

Da primeira visita efectuada à Azenha, em 2004, foi possível constatar as profundas alterações produzidas no interior do imóvel pelas obras realizadas pelo promotor imobiliário, relativamente ao levantamento de 1982, da autoria de Carlos Cunha e José Pedro Sobreiro (Cunha e Sobreiro, 1982). O derrube de várias paredes internas e a construção de novas paredes de betão modificaram significativamente a antiga organização interna do espaço.

Considerou-se fundamental que os trabalhos de escavação no interior do imóvel tivessem por referência espacial a sua anterior divisão interna – ainda que tenha chegado até nós com diversas alterações, que lhe foram sendo introduzidas ao longo dos tempos –, de forma a melhor se compreenderem eventuais estruturas e objectos que surgissem no seu decorrer. Optou-se, assim, por utilizar, como ponto de partida, a organização espacial constante da planta executada por Cunha e Sobreiro, a única de que dispunhamos, mantendo, por uma questão de fácil identificação e confrontação, a mesma designação então atribuída aos diversos compartimentos (fig. 70). A cada divisão passou a corresponder um sector da escavação, ao qual foi atribuída a mesma referência numérica com que havia sido representada na planta, passando a constituir a unidade operativa de escavação – imediatamente acima da quadrícula –, dentro do conjunto do edifício.

Estabeleceram-se, nessa sequência, 13 sectores internos, correspondentes a outras tantas divisões. Deste conjunto, foram excluídos da intervenção os sectores 11, 12 e 17. No primeiro caso, por se tratar de uma área exterior (telheiro); no caso do sector 12, porque uma análise prévia da tipologia do espaço e das técnicas construtivas nos pareceu remeter a sua construção para os séculos XIX/XX; e no caso do sector 17, porque se verificou que as obras haviam rebaixado o piso, que se encontrava agora abaixo do nível das fundações, e removido a quase totalidade da sua potência arqueológica. Tendo em conta o investimento – em tempo e trabalho – que a sua escavação exigiria, face aos resultados que poderiam vir a ser obtidos, não foi considerada prioritária a realização de
planta da azenha

1. LAGE
2. CANAL
3. ARCC
4. PÁTIO
5. ARMAZÉM
6. MOAÉM – T enganche
   a) talouso
7. SCOCC
8. SALA COMUM
9. ACESSO
10. E’ENHEDIO
11. TELHEIRO
12. ARRECADAÇÃO
13. CEZINHA grande
    - b) terra
    - c) lareira
    - d) bancada
    - e) alcê de despajo
14. - 17
    HABITAÇÃO
18. CEZINHA pequena
19. SANTUÁRIO – RECENTE

Fig. 74 – Planta de identificação dos diversos sectores.
uma intervenção nestes sectores, propondo-se a realização de acompanhamento arqueológico, durante a fase de obra. Do ponto de vista do interior do imóvel, a intervenção iria incidir, então, sobre os seguintes sectores, ordenados de sul para norte: 18, 16, 5, 15, 6, 14, 8, 13, 9 e 10 (fig. 70).

Tendo em conta que, até então, o único levantamento existente do imóvel consistia na planta já mencionada, o primeiro trabalho realizado consistiu no levantamento topográfico do imóvel (fig. 71), realizado pela equipa de topografia, em estreita ligação com a equipa de arquitectura.

Antes da intervenção, foi necessário quadricular o terreno, o que foi efectuado com o auxílio da equipa de topografia. Uma vez que se iria escavar no interior de um edifício – em que as paredes e o ordenamento interno do espaço constituem elementos primordiais de orientação dos trabalhos –, decidiu-se orientar a quadrícula de forma a coincidir, o mais possível, com a própria estrutura geral da construção – tendo em conta, também, o facto de esta possuir uma configuração básica quadrangular –, em detrimento da orientação baseada nos eixos cardiais Norte-Sul/Este-Oeste, que iria entrar em conflito com a organização espacial do imóvel e dificultar sobremaneira a implantação das quadrículas no terreno e o desenvolvimento dos trabalhos.

Estabeleceu-se um sistema de eixos coordenados, a partir da criação de dois eixos artificiais perpendiculares, no alinhamento mais próximo possível da orientação das fachadas sul e nascente do casal. Estes eixos encontram-se definidos na planta da fig. 72, pelas rectas A-B e C-D. Posteriormente, procedeu-se à desmultiplicação destas duas linhas-mestras em linhas e colunas paralelas, equidistantes entre si 1m, de forma a criar-se uma grelha, que foi sobreposta à planta do imóvel. Esta quadrangulação foi estabelecida de forma a abranger o interior e o exterior do edíficio.
Fig. 75 – Levantamento topográfico da área de implantação da Azenha de Santa Cruz.
Fig. 76 – Implantação do sistema de eixos coordenados.

Ao eixo horizontal (assinalado pela recta A-B) foi atribuída uma ordenação alfabética, de acordo com o alfabeto latino básico (português), com um incremento de poente para nascente; e ao eixo assinalado pela recta C-D foi atribuída uma ordenação numérica, com um incremento de Norte para Sul\textsuperscript{34}.

\textsuperscript{34} Iniciou-se a numeração pelo limite norte do casal, de forma a evitar a eventual existência de numeração negativa a sul do eixo horizontal – mais confusa –, no caso de ser necessário ampliar a escavação, dado que a zona sul, correspondente ao pátio do casal, era a única para onde entendíamos poder alguma vez vir a ser necessário proceder a uma ampliação.
Fig. 77 – Sistema de quadriculagem do terreno.
Paralelamente, foi feita uma pesquisa das referências bibliográficas conhecidas, relativas à azenha, bem como uma entrevista a D. Luísa, a última moleira da azenha, que aí viveu até cerca de 1960.

Os primeiros trabalhos consistiram na abertura de duas sondagens no exterior do edifício, a pedido da equipa de arquitectura, com o objectivo de tentar identificar a cota original do terreno, face à clara constatação da execução de um aterro, a nascente do imóvel. Cada uma destas sondagens abrangeu uma área de 3m x 0,5m, tendo sido abertas de acordo com a quadrícula estabelecida, a primeira no sentido genérico Norte-Sul e a segunda no sentido nascente-poente. Se, na primeira sondagem, se procurava a cota original do terreno, na segunda procurava-se a sua relação com as fundações do edifício e uma mais adequada análise destas últimas.

Ambas as sondagens foram abertas por via mecânica, com recurso a maquinaria disponibilizada pela Câmara Municipal de Torres Vedras, tendo sido recobertas no final do mesmo dia, por razões de segurança. Para cada sondagem procedeu-se ao levantamento fotográfico e ao desenho de um perfil.
Fig. 79 – Planta actualizada do edifício.
Após a morosa remoção do betão que cobria todos os pisos do interior da azenha, foi possível dar início aos trabalhos de escavação arqueológica do interior. No primeiro dia de trabalhos, a quadrícula foi materializada no terreno, com recurso a uma estação total Geodemeter, através da implantação de 14 estacas, estratégicamente colocadas nos pontos de intersecção de determinadas quadrículas – distribuídas entre os sectores 5, 6, 8, 15, 16 e 18, de acordo com a planta da fig. 73 –, que permitiram, com bastante facilidade, uma posterior ampliação da grelha. Por razões de ordem técnica, apenas no sector 13 não foi possível materializar, fisicamente, a quadrícula estabelecida, dada a configuração da divisão e a dificuldade da equipa de topografia em transportar para aí os pontos necessários à sua marcação. No entanto, constatando-se a pouca e localizada potência estratigráfica do local – onde se verificava o afloramento da rocha de base, à superfície, numa grande extensão da divisão –, optou-se por escavar este sector como uma unidade em si mesmo, fazendo-se apenas referência às quadrículas na localização dos achados de materiais e estruturas, com base em medições, o mais aproximadas possível, das mesmas.

Foi ainda estabelecido um ponto de cota zero, para a obtenção de cotas altimétricas, com referência ao nível do mar, cuja altitude se situava nos 15,97 m. Este ponto foi baseado e marcado na soleira da porta principal de acesso ao imóvel (voltada a sul).

A escavação no interior foi integralmente realizada de forma manual. A estratigrafia foi identificada, caracterizada e registada de acordo com as camadas naturais que se foram apresentando, no decurso dos trabalhos. As camadas foram levantadas pela ordem inversa da sua deposição no terreno. À excepção das camadas superficiais e daquelas facilmente identificáveis com depósitos modernos ou abundantemente contaminadas de lixos recentes, os sedimentos levantados foram sempre crivados, com especial rigor nas camadas inferiores.

Os trabalhos foram sempre acompanhados do respectivo registo fotográfico. No final da escavação de cada sector, foram feitos desenhos dos perfis e dos testemunhos, mantidos nas zonas com maior abrangência estratigráfica. Face à limitada potência estratigráfica do local e ao nível de contaminação dos depósitos, apenas foram registadas em planta as
camadas com relevância arqueológica. Em todos os sectores foi feita uma planta final de levantamento das estruturas colocadas a descoberto, cotada, à escala 1: 10.

Para a conjugação da análise da estrutura pré-existentente do edifício com a estratigrafia e as estruturas descobertas no decurso dos trabalhos arqueológicos, foi feito o levantamento arquitectónico do imóvel, através do registo completo das suas unidades murais constituintes. As bases metodológicas deste levantamento são apresentadas no capítulo 8.2.

Todos os materiais recolhidos foram referenciados à quadrícula de origem e à camada de onde provinham, sendo separados por data de recolha, de forma a permitir qualquer esclarecimento suplementar, durante a fase de elaboração do relatório. Apenas menos de uma dezena de peças foram recolhidas, sem referência estratigráfica, de terras não crivadas provenientes do desaterro do interior e depositadas no exterior do imóvel. Tratavam-se de fragmentos diversos recolhidos à superfície ou em contextos de lixeiras contemporâneas das obras aí realizadas, e que apenas foram recolhidos para o caso de poderem colar com outros fragmentos estratigráficamente identificados, ou fornecer outro tipo de informação útil.

Durante a escavação foram ainda recolhidas amostras de carvões, muito escassas, atendendo ao grau de desintegração dos exemplares detectados, com vista a uma eventual realização de análises. Foi posta de lado a hipótese de realização de datações de carbono 14, atendendo à cronologia arqueológica em questão e à margem de erro das datações, para períodos modernos.

Todo o espólio arqueológico recolhido foi depositado na reserva arqueológica do Museu Municipal Leonel Trindade.

A metodologia de recolha e tratamento do espólio, bem como os critérios de descrição adoptados, são aprofundadamente descritos nos capítulos 7.1 e 7.2, respectivamente.
5. CONDIÇÃO DO SÍTIO ANTES DO INÍCIO DOS TRABALHOS

Os trabalhos preparatórios da intervenção arqueológica na Azenha de Santa Cruz tiveram início com a realização de um levantamento fotográfico sumário do imóvel, uma vez que a equipa de arquitectura havia já feito um outro levantamento mais exaustivo e sob outra perspectiva.

Em Abril de 2004 já não existia qualquer vestígio das rodas e dos engenhos, para além de três mós e do fragmento de uma quarta. Na mesma altura foi possível constatar as profundas alterações sofridas pelo imóvel, no decurso da intervenção da década de 90, alterações essas mais notórias ao nível dos espaços interiores.

As obras, ditas de recuperação, não só tinham destruído uma parte substancial da estrutura original do edifício, como tinham remexido irremediavelmente grandes zonas do subsolo, através de diversos desaterros e subsequentes aterros.

As alterações passaram pelo derrube de várias paredes interiores e pela construção de novas paredes de tijolo e betão. Os telhados foram totalmente substituídos, com algumas adulterações ao nível das cotas e águas originais. A totalidade das paredes, interiores e exteriores, bem como do piso, encontrava-se coberta por betão.

No interior do imóvel haviam sido abertos poços e valas para a colocação de caixas de derivação e condutas de escoamento de águas residuais, com tubagens de grés. Os posteriores trabalhos arqueológicos viriam ainda a confirmar a realização de outras escavações e aterros efectuados no interior do edifício, tanto para nivelar a superfície, como para soterrar lixeiras.
Situação exterior:

Fig. 80 – Arco de acesso ao pátio sul.

Fig. 81 – Pátio sul.

Fig. 82 – Pátio sul.

Fig. 83 – Fachada poente.

Fig. 84 – Fachada poente.

Fig. 85 – Fachada poente.
Fig. 86 – Fachada poente.

Fig. 87 – Empena norte.

Fig. 88 – Parede norte.

Fig. 89 – Fachada nascente.

Fig. 90 – Fachada nascente.

Fig. 91 – Fachada nascente: zona da primeira roda.
Situação interior:

Fig. 92 – Sector 5.

Fig. 93 – Inferno do sector 6.

Fig. 94 – Sector 6.

Fig. 95 – Sector 6, vendo-se o inferno.

Fig. 96 – Vista do sector 8, a partir do sector 9.

Fig. 97 – Sector 8 e acessos aos sectores 9 e 13.
Fig. 98 – Sector 10.

Fig. 99 – Sectores 8 e 14 (sector 15 ao fundo).

Fig. 100 – Sector 15.

Fig. 101 – Mós no sector 15.

Fig. 102 – Mó fragmentada, no sector 15.

Fig. 103 – Sector 17.
6. TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS: ESTRATIGRAFIA E ESTRUTURAS

6.1 – SONDAGEM 1

A vala de sondagem 1 foi aberta paralelamente à fachada principal da azenha, através de meios mecânicos, com o objectivo de tentar identificar a cota original do terreno junto ao arco de acesso ao terreiro sul da azenha.

Fig. 104 – Implantação da Sondagem 1.

Fig. 105 – Abertura da sondagem 1.

Fig. 106 – Sondagem 1: Perfil Sul.
A vala, aberta no sentido genérico Norte-Sul, abrangeu as quadriculas Q24 a Q22, numa área de 3m x 0,5m. O substrato rochoso foi atingido a cerca de 1m de profundidade, a Norte, e de 1.40m, a Sul, em virtude da inclinação do terreno.

ESTRATIGRAFIA:

- **Camada 1** – Camada de terra muito arenosa, castanha clara, com muito húmus e grande concentração de raízes, sobretudo na parte superior, uma vez que o terreno se encontrava coberto de *Carpobrotus edulis* (chorão) e *Aloé vera*. A camada apresentava uma espessura média de aproximadamente 0,40m. Não foi identificado espólio arqueológico.

- **Camada 2** – Camada de terra humosa, castanha escura. Corresponde a um enchimento recente. No perfil poente era visível um fragmento de cerâmica contemporânea.

- **Camada 3** – Camada de terra humosa mais escura e húmida do que a anterior. Corresponde a um nível de deposição de lixos recentes, sobre o qual foi, depois, feito o enchimento com a terra da camada 2. Continha uma grande concentração de lixos como plásticos, corda de nylon, vidros, tecidos, etc. O enchimento terá ocorrido durante a década de 90 do século XX.

Sob estas camadas, foi identificado o substrato rochoso local, formado por margas cor de vinho, entremeadas com margas azuladas. Apesar de o nível da arriba rochosa apresentar já uma inclinação de Sul para Norte e nascente, a inclinação do enchimento, à superfície, era bastante mais acentuada.
Como a cota “original” do terreno, verificada em fotografias antigas, não tinha tanta profundidade como a que foi atingida pela abertura da vala, supõe-se que a arriba, especialmente na sua parte superior, apresentasse uma pequena cobertura de terra, que terá sido desaterrada para a deposição de lixos e entulhos, sendo depois coberta por uma camada de terra, durante a intervenção dos anos 90 na azenha e no terreno contíguo, para a construção do condomínio habitacional localizado a Sul.

A vala foi coberta logo após terem sido feitos os registos necessários.
6.2 – SONDAGEM 2

A vala de sondagem 2 foi aberta perpendicularmente à fachada principal da azenha, através de meios mecânicos, com o objectivo de tentar identificar a zona de assentamento das fundações do edifício e a sua profundidade.

Aberta no sentido genérico nascente-poente, a vala abrangeu as quadrículas N19 a P19, numa área de 3m x 0,5m. A poente atingiu uma profundidade de cerca de 0,60m e, a nascente, de 1m.
ESTRATIGRAFIA:

- **Camada 1** – Camada de terra humosa, castanha escura, com alguma areia e grande concentração de raízes, sobretudo na parte superior, devido à cobertura de *Carpobrotus edulis* (chorão). A camada apresentava uma espessura média de aproximadamente 0.50m. Corresponde a um enchimento recente. Camada aparentemente estéril.

- **Camada 2** – Camada de terra humosa avermelhada, devido à decomposição superficial do substrato rochoso. Camada estéril.

Verificou-se que esta zona, mais próxima da fachada do imóvel e mais a Norte, não tinha sido desaterrada, como acontecera na zona da sondagem 1. Pelo que aquele desaterro terá sido mais localizado, ou ter-se-á estendido, antes, para Sul.

Por outro lado, verificou-se que o edifício se construíra directamente sobre a rocha de base, que se encontrava a uma pequena distância da superfície do terreno.

Após a realização dos registos necessários, cobriu-se de imediato a vala de sondagem.

Figs. 112-113 – Fundações do edifício e substrato de margas vermelhas e azuladas.
Azenha de Santa Cruz
Sondagem 2 - Perfil Norte
Quadriculas N19 a P19
28/04/2004

[Diagram with layers labeled as Fachada nascente, Camada 1, Camada 2, and Rocha de base]
6.3 – SECTOR 5

O piso deste compartimento encontrava-se bastante remexido, em virtude da colocação de tubagens de esgoto e de uma grande caixa de junção, nos anos 90 do século XX. Por essa razão, a esperança de encontrar uma estratigrafia inequívoca, ou estruturas intactas, era bastante diminuta. Optou-se, assim, por fazer uma pequena sondagem prospectiva, para analisar o nível de destruição do contexto arqueológico, dependendo a continuação ou suspensão dos trabalhos, neste sector, dos resultados desta primeira intervenção.
Os trabalhos tiveram início, assim, com a abertura de uma quadrícula de 1,5m x 2m, junto à parede nascente do compartimento 5, correspondente às quadrículas J/L 20 e metade das quadrículas J/L 21. Optou-se por começar a escavação na zona sob a janela, por estar mais afastada da zona visivelmente intervencionada durante as obras, mas também por ser a área mais bem iluminada e pela proximidade da janela facilitar o escoamento das terras provenientes da escavação, para o exterior do edifício.

Por uma questão metodológica, a camada anteriormente retirada, de betão e de gravilha para o seu assentamento, foi considerada, tecnicamente, como uma camada estratigráfica removida, pelo que viria a ser contabilizada como a primeira camada (camada 1), sem espólio nem expressão gráfica.

O piso deste compartimento tinha já sido bastante remexido, em virtude da colocação recente de tubagens de esgoto e de uma grande caixa de junção. A primeira camada escavada (camada 2) apresentava um grande nível de contaminação e abundantes lixos. Foi, por isso, removida sem recurso a crivagem.
Após a remoção da camada 3 surgiram duas lajes de pedra, tendo-se decidido, então, alargar a área de escavação. Abriram-se mais quadrículas para poente, de forma a melhor visualizar o achado, que se verificou ser um alinhamento de lajes de pedra, correspondente a uma antiga estrutura de escoamento de águas, com cobertura de lajedo. A estrutura identificada estava orientada, genericamente, no sentido poente-nascente, vindo a sua cota a descer, à medida que se aproximava da fachada nascente.
Do lado sul do alinhamento foi detectada uma grande depressão, em cuja superfície e nível inicial de enchimento abundavam pedras de grandes e médias dimensões (figs. 116-117).

Tendo-se percebido que a conduta, a nascente, curvava para Norte, decidiu-se abrir as quadrículas J/L 17 a 20, deixando um testemunho entre as quadrículas já abertas.

Ao mesmo tempo, foi escavada a depressão situada a sul da canalização, que terminava em duas pequenas fossas (fig. 126). Sobre a fossa poente encontravam-se dois grandes blocos de pedra, aparentemente, intencionalmente sobrepostos (fig. 126, 2).
Face a estes desenvolvimentos, decidiu-se alargar a escavação a todo o sector, deixando uma ilha sensivelmente no meio da sala, correspondente ao local onde estava implantada a caixa de esgoto recente, tendo-se removido, também, a banqueta que separava as áreas norte e sul do compartimento.

Figs. 126-127 – Aspecto final das fossas escavadas a sul da canalização.

Quando se demoliu a banqueta do lado norte da canalização, surgiram outras duas fossas, em posição exactamente oposta às que já haviam sido escavadas do lado sul.

Fig 128 – Escavação de uma das fossas, a norte da canalização.
Fig. 129 – Aspecto final da escavação de uma das fossas, a norte da Canalização.

Uma quinta fossa, maior e mais profunda do que as anteriores, surgiu no canto nordeste do sector.
Figs. 130-132 – Fossa do canto nordeste, durante e após a escavação.

No canto sudoeste do compartimento, a escavação pretendia esclarecer a continuidade da conduta lajeada. Verificou-se que esta encostava a uma grande laje de pedra, sob a parede que separava o sector 5 do sector 16, onde terminava.

Aqui foi descoberta uma outra conduta, de pequenas dimensões, feita de tijoleiras colocadas a cutelo, cobertas por lajes de pedra. Esta canalização corria paralela e encostada à parede sul e apenas foi escavada no seu limite poente.

Figs. 133 – Escavação da quadrícula I19.
Os trabalhos foram concluídos com a remoção do lajeado da conduta maior e limpeza do interior. No entanto, a conduta não forneceu espólio significativo, para além de raros pequenos fragmentos de telha e de cerâmica fosca indistinta.
ESTRATIGRAFIA:

- **Camada 1** – Piso de betão e gravilha, aplicado no final do século XX.

- **Camada 2** – Terra muito compacta e dura, castanha clara, ligeiramente amarelada. Apresentava grande quantidade de entulhos: fragmentos de cerâmica de construção moderna (telha e tijolo industrial) e pedras grandes, médias e miúdas. Profundamente remexida e contaminada com materiais recentes e abundantes lixos modernos, nomeadamente plásticos, caricas de cerveja, beatas de cigarros, um casaco de malha, etc. Corresponde, parcialmente, ao mais recente piso de terra batida da habitação. Dado o nível de contaminação, foi removida sem crivagem.

- **Camada 2-A** – Junto à parede nascente surgiu uma pequena bolsa de terra solta, castanha escura, com muita pedra miúda, que parecia configurar um pequeno entulho resultante da construção ou reparação da parede, já que também apareceram algumas pedras grandes.

- **Camada 3** – Terra muito compacta e muito dura, castanha escura, enegrecida com muitas cinzas. Apresentava alguns ossos de animais e conchas (lapas e mexilhões), fragmentos de telhas com restos de argamassa branca e pedras de pequena dimensão. Camada de espessura irregular.

Apresentava diverso espólio: muitos fragmentos de cerâmica fosca da época moderna, um fragmento de cerâmica vidrada dos séculos XIX/XX e vários fragmentos de cerâmica do século XVII, nomeadamente de barro vermelho, modelada e de faiança. Foi encontrado um fragmento do pote pedrado recolhido, na sua quase totalidade, no compartimento 13. Forneceu, ainda, um dedal.
• **Camada 4** – Terra muito húmida, mas que se solta bem, muito escura, de um tom castanho-avermelhado, dado pela quantidade de margas locais associadas ao estrato. Apresentava muita telha e pedras de grande e média dimensão.

• Esta camada enchia a depressão existente de ambos os lados da conduta lajeada, bem como as áreas junto da parede norte e do canto entre esta e a parede nascente. O espólio desta camada era abundante e constituído por cerâmica fosca da época moderna, especialmente de materiais dos séculos XVI e XVII, onde se destacam os fragmentos de faiança. Nesta camada foi encontrado um fragmento de asa de ânfora romana, dos séculos IV/V, na zona a norte da conduta.

• **Camada 5** – Corresponde ao enchimento das fossas a sul da conduta, constituído maioritariamente por areia e pedras miúdas, mas contendo também alguma terra. As fossas encontravam-se no interior da depressão que ladeava a conduta lajeada. Este enchimento forneceu raro espólio, cuja datação não vai além do século XVII: alguns fragmentos de cerâmica fosca, fragmentos de osso, um fragmento indefinido de ferro, um fragmento de cerâmica vidrada a verde e melado e pequeníssimos e erodidos fragmentos de faiança do século XVII, nomeadamente de godés e peças pintadas a azul-cobalto.

• **Camada 6** – Corresponde ao enchimento das fossas a norte da conduta, incluindo a fossa do canto nordeste. Este enchimento é constituído por terra muito negra, mais compacta junto à rocha mãe. Forneceu abundante espólio, nomeadamente alguns restos de ossos de animais e fauna malacológica, fragmentos de telha de canudo, cerâmica fosca da época moderna (com vestígios de utilização e combustão intensiva) e fragmentos de faiança do século XVII (eventualmente, também do século XVIII).
ESTRUTURAS:

- **1 – Canalização** – Pequena canalização (com cerca de 15cm de largura), delimitada por tijoleiras de barro colocadas a cutelo, cobertas com pequenas lajes de pedra, identificada num pequeno trecho a sudoeste do sector.

Esta canalização, situada na base do paramento, continuava para nascente, ao longo da parede. A escavação deste trecho não forneceu materiais arqueológicos, não tendo sido equacionada a investigação da totalidade da estrutura, para não pôr em causa o perfil do sector.

![Pequena canalização](Fig. 138 – Pequena canalização.)

Tudo indica que se trataria de um dreno, para evitar a entrada de humidade e de águas pluviais de escorrimento para o interior do edifício. O dreno terá sido construído simultaneamente com a parede e, portanto, terá a mesma datação. Por razões óbvias, uma azenha deverá ter a mínima humidade possível. No entanto, a canalização não se prolongava para os sectores a poente – onde a rocha de base se encontrava a uma cota mais elevada –, o que poderá estar relacionado com as funções específicas a que se destinava este compartimento, no âmbito da actividade moageira.

- **2 – Conjunto central de fossas** – No centro do compartimento foi descoberto um conjunto de quatro fossas, dispostas de tal forma que aparentam uma relação entre si. Com um diâmetro médio de 50cm e uma profundidade entre os 30cm e os 40cm, encontravam-se preenchidas com alguns fragmentos de telha de canudo,
alguns exemplares de bivalves e escassos e pequenos fragmentos de cerâmica fosca e de faiança do século XVII.

O enchimento das fossas localizadas a sul da conduta lajeada apresentava uma terra misturada com muita areia e pedras miúdas.

O espólio proveniente do interior das fossas leva-nos a concluir que terão sido abandonadas na segunda metade ou finais do século XVII.

Sobre uma das fossas foi encontrado um grande bloco de calcário trabalhado e polido, semelhante a um dos blocos encontrados no inferno do sector 8.

A disposição das fossas centrais sugere a possibilidade de terem servido de suporte de uma estrutura (ou engenho/mecanismo) feita de material perecível (madeira), de apoio à actividade moageira, estrutura essa que não foi possível identificar.

A existência destas estruturas, numa zona que corresponderia ao exterior do edifício, leva-nos a crer poder ter-se tratado de um local de realização de actividades complementares ao processo de moagem (selecção do cereal, lavagem, etc), que poderiam ser desenvolvidas no exterior, embora numa zona que deveria estar protegida por um telheiro protector.
• **3 – Fossa nordeste** – No canto nordeste foi identificada uma outra fossa, ligeiramente maior e mais profunda do que as restantes fossas centrais. O seu enchimento era em tudo semelhante ao das restantes fossas, embora o espólio fosse significativamente mais abundante. Entre o espólio recolhido, constituído por alguns ossos de animais, fauna malacológica e cerâmica fosca, destacam-se alguns fragmentos de peças de faiança portuguesa. A análise do espólio permite concluir pelo abandono desta estrutura nos finais do século XVII.

• **4 – Conduta lajeadada** – Conduta escavada na rocha. No atravessamento da zona onde se encontram as fossas – cuja abertura original criou pendentes laterais –, é reforçada com pequenos esteios de pedra ligados com terra.

**Fig. 141 – Vista da entrada de águas, a partir do sector 16.**

A conduta tem início no limite poente do sector e atravessa o compartimento em direcção a nascente, ganhando pendente. Na sua origem, a conduta encosta a uma grande laje de pedra, sustentada lateralmente por três outras pedras, uma delas de grande dimensão, permitindo a condução do material escorrente, proveniente da área correspondente ao sector 16, para o interior da canalização. Já próximo da parede nascente, inflecte para norte, até se orientar completamente neste sentido, já sob a própria fundação do paramento. A sua direcção faz crer que as águas transportadas seriam encaminhadas para a gola exterior, onde trabalhava a roda da azenha.

Atendendo ao facto de a conduta se situar sob a fundação da parede nascente e de a entrada das águas estar localizada numa zona correspondente ao interior do edifício
(sector 16), somos levados a concluir pela anterioridade da conduta, relativamente à construção dos compartimentos 5 e 16.

Não foi possível estabelecer uma relação cronológica e funcional directa entre a conduta e o conjunto de fossas existente no sector.

Figs. 142-143 – Conduta lajada e sua continuação sob a fundação da parede.

Também não foi possível determinar a função desta estrutura. A circulação de líquidos escorrentes directamente sobre o solo rochoso leva-nos a concluir que serviria para conduzir águas sujas. Mas é impossível saber se se destinava apenas a drenar águas pluviais para manter seco o compartimento, ou se serviria para escorrer águas sujas provenientes de alguma actividade específica executada no exterior do imóvel, no âmbito da indústria moageira – como, por exemplo, a lavagem do cereal\(^{35}\). Mas parece-nos improvável que qualquer actividade deste tipo ocorresse, precisamente, defronte da entrada principal do edifício, onde se situa a recolha das águas para o interior da canalização.

\(^{35}\) “Em Torres Vedras, do mesmo modo, quando se tratava de trigos rijos, o grão antes de ir para a moega era posto de molho num recipiente, durante cerca de 24 horas, à razão de 5 litros de água para 65kg de grão, e mexido de vez em quando. Não devia ficar na água mais do que as 24 horas, porque depois desse tempo a demolha deixava de ter qualquer efeito. E entendiam que quando as pedras já estavam “safadas”, se devia usar menor quantidade de água. Os trigos mais moles não eram demolhados” (Oliveira, Galhano e Pereira, 1983, p. 388).
A hipótese de poder ter servido para alimentar de água a gola exterior, aumentando o seu caudal, só faria sentido se as duas primeiras rodas, numa primeira fase, fossem de propulsão inferior, o que nos parece improvável.

Esse aumento do caudal só faria sentido, pois, se se destinasse à alimentação da terceira roda, no compartimento 10. Neste caso, a conduta, sendo de construção tecnicamente anterior à dos compartimentos 5 e 16 – por corresponder a uma fase constructiva anterior, mas sequencial – teria de ser, na prática, contemporânea dos mesmos36. O que implicaria a existência de uma entrada de águas pluviais já no interior do edifício e defronte da porta de acesso aos restantes compartimentos, o que nos parece, no mínimo, estranho.

- **5 – Modelação do terreno** – Junto à parede norte do compartimento, o terreno parece ter sido escavado, apresentando uma modelação que poderia ser interpretada como escorredouro de águas, não fosse a peculiaridade de o mesmo encostar ao paramento, sem qualquer saída. Não foi possível determinar a razão deste trabalho.

Fig. 144 – O terreno modelado.

36 Uma vez que a construção do engenho do sector 10 será contemporânea da construção dos compartimentos 5 e 16 (cf. capítulo 9).
6.4 – SECTOR 6

Os trabalhos no sector 6 iniciaram-se com a limpeza do interior do inferno. Este tinha apenas uma fina camada de terra, donde foi retirado um bordo de saladeira ou pequeno alguidar e algum lixo recente, constituído por plásticos, arames e fragmentos de vidro.

Procedeu-se, depois, à escavação do recanto a sul do inferno, um pouco dificultada pelas reduzidas dimensões da área. Aqui, a potência estratigráfica era mínima e constituída por uma única camada, de terra castanha escura, argilosa e compacta. Recolheram-se alguns fragmentos de cerâmica fosca moderna, de entre os séculos XVII e XIX, um fragmento de
um alguidar vidrado e vários fragmentos de objectos de ferro, dentre os quais se destacam dois ponteiros.

Figs. 147-148 – Recanto a sul do inferno, antes e após a escavação.

Na estreita faixa situada entre o inferno e a fundação da parede poente do compartimento, foi identificada uma camada muito fina de terra, da qual se recolheram seis fragmentos de peças de faiança portuguesa dos séculos XVII e XVIII, um fragmento de bordo de alguidar de cerâmica fosca e uma moeda de 10 centavos, de 1942/1969.

Figs. 149-150 – Pequeno trecho escavado, a poente do inferno.

A norte do inferno foram escavadas as quadrículas J/L 12/13. Aqui, a inclinação do terreno é muito pronunciada, especialmente junto à parede nascente, correspondendo à zona onde foi escavada uma vala para assentamento das fundações.
Fig. 151 – Aspecto geral da área em redor do inferno, após a escavação.

Nesta zona foram identificadas duas camadas, das quais apenas a segunda forneceu material arqueológico. Esta camada arqueológica, onde foram descobertos ninhos de roedores (espécie comum nas indústrias moageiras), apresentava uma profunda bioturbação, constatável pela presença de vidros de garrafas contemporâneas, de um fragmento de tijolo recente e de uma meia de nylon.

Figs. 152-153 – Zona a norte do inferno, após a escavação.

A reduzida dimensão dos espaços escavados, a diminuta potência estratigráfica (quase reduzida a camadas únicas), a bioturbação e a configuração do terreno, condicionaram a qualidade da informação arqueológica proporcionada pelos trabalhos arqueológicos desenvolvidos neste pequeno sector.
ESTRATIGRAFIA:

- **Camada 1** – Camada superficial de terra castanha escura, argilosa, relativamente solta, com restos de betão e gravilha aplicados no final do século XX, fragmentos de telha e de tijolo recentes e caliça. Foram recolhidos nesta camada alguns vidros e um prego de ferro.

- **Camada 2** – Terra negra, muito solta, com carvões e cinza. Devido à inclinação do terreno, encontrou-se, fundamentalmente, nas quadrículas L12/13, junto à parede nascente, constituindo o material de enchimento e nivelamento do terreno. Para além dos já mencionados materiais contemporâneos, foram recolhidos fragmentos de materiais de construção, como tijoleiras e telhas de canudo, de ferro concrecionado, e fragmentos relativamente abundantes de cerâmica fosca da Idade Moderna. Destacam-se os fragmentos de um fogareiro e de um alguidar decorado com bandas de meandros, bem como um objecto de cobre, que poderá ter constituído a asa de um balde ou recipiente similar.
6.5 – SECTOR 8

Os trabalhos no sector 8 tiveram início com a fotografia do plano inicial do terreno, conjuntamente com o do sector 14, que lhe fica contíguo.

De seguida, limpou-se e delimitou-se a fundação da parede que separava o sector 8 do sector 6.
A meio da sala, marcou-se um quadrado com 2m x 2m, correspondente à quadricula G/H 9/10, para a realização de uma primeira sondagem do terreno. Este quadrado foi depois alargado às quadrículas G/H 11, e H8, para se averiguar a possível existência de vestígios da conduta formada por telhas de canudo invertidas, identificada no sector 15, e que tudo indicava continuar no sector 8.

Iniciada a escavação, constatou-se que a potência estratigráfica do sector 8 era mínima, não passando de uns escassos 2 a 4cm de uma camada única. Tudo indica que, durante as obras do final do século XX, esta zona tenha sido quase completamente desaterrada e nivelada. Para além de alguns fragmentos de telhas de canudo, apenas junto das paredes – onde a inclinação do terreno possibilitava uma maior deposição de terras, aumentando ligeiramente a potência estratigráfica – se conseguiram recolher alguns fragmentos de cerâmica fosca da Idade Moderna, a maior parte da qual indiferenciada, bem como quatro fragmentos brunidos e um vidrado a melado. Exumaram-se, ainda, alguns fragmentos de ossos, bivalves e ferros concrecionados.

Não foi possível, por isso, identificar qualquer vestígio da continuação da conduta do sector 15, no sentido de verificar qual a sua orientação e, consequentemente, a sua funcionalidade.
Figs. 159-161 – Plano final da sondagem G/H 9/10.

Figs. 162-163 – Escavação da zona de acesso ao sector 13 e plano final da área.
Face à pouca potência arqueológica do sector, o restante terreno foi depois picado, para se averiguar da existência de zonas que justificassem a realização de uma escavação. Os trabalhos centraram-se, assim, nas quadrículas J/L 9/10, onde não foi detectada à superfície a camada geológica de base.

Começou por se retirar a primeira camada de enchimento, muito superficial e caracterizada pela presença exclusiva de elementos contemporâneos.


À medida que se foram escavando estas quadrículas, percebeu-se que a terra detectada estava relacionada com o enchimento de uma grande cavidade escavada na rocha.

Ao primeiro estrato seguiu-se uma segunda camada de terra, com bastante mais profundidade e grande quantidade de espólio cerâmico. No final desta surgiu uma outra camada, caracterizada pela presença de inúmeros blocos de pedra, de grande e média dimensão, e por uma abundância de espólio cerâmico.

Percebeu-se, então, que se tratava de um antigo inferno, correspondente a uma outra roda, entretanto desactivado e aterrado.
Depois de desenhado o perfil Norte do inferno, alargou-se a escavação às quadrículas contíguas, respectivamente J/L 8 e J/L 11.

![Figs. 172-173 – Quadrículas J/L 9/10: base da camada 3.](image)

Na camada de terra superficial da quadrícula J11, foram recolhidos alguns fragmentos de telha, de fauna osteológica e malacológica e de objectos contemporâneos, como um botão de plástico, um pequeno saco, pregos, um fragmento de faiança dos séculos XIX/XX e fragmentos de vidros diversos (chaminés de candeeiro a petróleo, copo, garrafas, frascos).

![Figs. 174-175 – Plano final do inferno, após a escavação.](image)
ESTRATIGRAFIA (inferno):

- **Camada 1** – Pequena camada superficial de terra castanha clara, muito solta e seca, contendo algum lixo, como materiais de plástico e restos de alcatifa.

- **Camada 2** – Terra castanha clara, argilosa, mas relativamente seca e solta. Para além de abundantes restos faunísticos, esta camada forneceu uma grande quantidade de espólio da Idade Moderna, nomeadamente faiança dos séculos XVII a XIX, cerâmica de barro vermelho, um dedal sem cabeça, um botão de cobre e um cabo de talher, para além de diversos fragmentos de ferro, concrecionados.

  No topo da camada foi recolhida uma moeda de dez reis, de D. Maria I (1799). E na base da camada foram recolhidas outras duas moedas, designadamente um real, de D. Manuel I (1511) e um real preto de D. João I (1385-1433). Ainda na base da camada foi exumado um fragmento de uma candeia em taça, com bordo trilobado, dos séculos XV/XVI.

- **Camada 3** – Camada de terra castanha escura, argilosa, muito húmida e compacta, com diversos carvões. Caracterizava-se, também, pela presença de vários blocos de pedra, essencialmente calcária, de grandes e médias dimensões.

  Esta camada forneceu abundante espólio arqueológico. Este era constituído por bastantes e diversificados restos faunísticos, de diversos tipos, fragmentos de ferros oxidados e concrecionados, restos de materiais de construção (tijolos e telhas de canudo), raros fragmentos de cerâmica vidrada, cerâmica modelada do século XVII e abundante cerâmica fosca dos séculos XVI e XVII. Destaca-se a presença de um fragmento do pote empedrado descoberto no sector 13, de um peso de rede e de um fragmento de faiança sevilhana do século XVI. Na base da camada foi descoberto o fragmento de um candelabro vidrado, dos séculos XV/XVI.
Azenha de Santa Cruz
Sector 8 - Perfil Norte do Inferno
Quadrículas J9 a L9

20/07/2005

Pedra
Nódulo de argamassa
Fachada nascente
Rocha de base
Camada 1
Camada 2
Camada 3
ESTRUTURAS:

- **1 – Inferno** – O inferno descoberto no sector 8 é mais pequeno do que o do sector 6 e encontra-se a uma cota ligeiramente mais baixa. A escavação colocou à vista a zona da parede onde se situava a perfuração para a passagem do eixo da roda, entretanto remendada, mas ainda perceptível.

No seu interior foram encontrados vários blocos de pedra de grandes dimensões, nomeadamente junto dos cantos. O que se encontrava no canto noroeste estava polido, tal como o da fossa do sector 5. Tinha ainda lavrado um encaixe rectangular rebaixado, semelhante ao das pedras similares, localizadas nos infernos 1 e 3.
Note-se que o inferno actualmente existente também possui quatro blocos de pedra nos cantos, que deverão ter servido de suporte a peças da estrutura do engenho, embora embutidos na parede e a um nível superior.

Não é possível saber se os blocos de pedra deste inferno terão estado anteriormente embutidos na parede, tendo depois sido abandonados no interior da estrutura; se o terreno, tal como no inferno anterior, teria paredes de contenção; ou se o bloco que possui o encaixe esculpido estará no seu local e posição originais. É possível que este encaixe, tal como nos restantes infernos, tenha servido para apoio do eixo da roda.

Na base do inferno foi recolhido um fragmento de um candelabro vidrado, dos séculos XV/XVI, bem como um fragmento de faiança sevilhana do século XVI. A última camada apresentou também abundante cerâmica fosca dos séculos XVI/XVII e
cerâmica modelada do século XVII. Já na passagem para a camada superior, foi exumado um fragmento de uma candeia dos séculos XV/XVI, um real preto de D. João I (1385-1433) e um real de D. Manuel I (1511). Ambas as moedas foram recolhidas no quarto noroeste da quadrícula L9. Cobriam estes achados diversa faiança e cerâmica fosca da Idade Moderna e, no topo, uma outra moeda, de D. Maria I (1799).

Verifica-se assim que, entre o espólio recolhido neste inferno, se encontram as peças mais antigas encontradas na azenha, ligadas à existência da moagem, e que datam da viragem do século XV para o século XVI. A análise da globalidade do espólio exumado no inferno leva-nos a concluir pela sua desactivação e enchimento nos finais do século XVII, atendendo a que as raras peças que ultrapassam esta cronologia são residuais e encontram-se no topo da estrutura.

Figs. 184-185 – Inferno após a escavação.
Azenha de Santa Cruz
Sector 8 - Plano final do Inferno
Quadriculas J8/11 a L8/11

25/07/2005
6.6 – SECTOR 9

A única zona de potencial estratigráfico existente neste sector consistia num pequeno enchimento de terra retido pela face interna do muro de contenção do inferno do sector 10. Foi essa pequena área, situada entre as quadrículas I/J/L 4/5/6, que foi objecto de escavação arqueológica.

Fig. 186 – Área intervencionada no sector 9.

Fig. 187– Início da escavação no sector 9. Fig. 188– Aspecto final da intervenção.
Apesar da área diminuta, a escavação forneceu abundante espólio, que terá ficado retido na vala aberta para a colocação da fundação do muro.

Figs. 189-190 – Aspecto final da intervenção: perfis poente e nascente.

**ESTRATIGRAFIA:**

- **Camada 1** – Camada de terra cinzenta, muito solta e seca, com muito pó. Apresentava pedras pequenas e médias, caliça, nódulos de cal e plásticos.

Nesta camada recolheram-se alguns fragmentos de tijolo burro, uma razoável quantidade de fauna osteológica e malacológica (e outra fauna marinha) e diversos ferros, onde se destacam os pregos e cravos, um estribo e uma ferradura. No que respeita à cerâmica, o espólio era dominado pela faiança industrial dos séculos XIX/XX, nomeadamente da fábrica de Sacavém, e pela porcelana também do século XX, constituída por pratos da Empresa Electro-cerâmica de Gaia e por um isolador eléctrico. Foram também exumados fragmentos de tigelas vidradas dos séculos XIX/XX, raros fragmentos de cerâmica de barro vermelho – entre os quais se destaca o fundo completo de uma bilha (AZS-596) – e grande quantidade de vidros do século XX, pertencentes a garrafas, cálice, copo e taça.
• **Camada 2** – Camada de terra fofa, castanha escura, com raros carvões, bastantes fragmentos de telha de canudo e poucas pedras, apesar da presença de uma de grandes dimensões.

O espólio, bastante menos abundante do que na camada 1, era constituído por rara fauna marinha, um fragmento de sola de sapato, um fragmento de chaminé de candeeiro a petróleo e alguns objectos de ferro, nomeadamente concretionados, entre os quais um ponteiro, um prego e um cravão. No que respeita à cerâmica, foi encontrada cerâmica fosca em maior quantidade do que na camada anterior, embora na sua maior parte fosse indiferenciada, e ainda raros fragmentos de faiança dos séculos XVII/XVIII, um fragmento da tampa de uma terrina do século XVIII/XIX e ainda um fragmento de faiança industrial.
Azenha de Santa Cruz
Sector 9 - Perfil Nascente
Quadrículas L4 a L5

22/09/2005
6.7 – SECTOR 10

O último compartimento do edifício, a Norte, foi profundamente intervencionado durante as obras do final do século XX, o que alterou significativamente a sua estratigrafia. Para além dos sucessivos aterros efectuados, foi colocada, no centro da divisão, uma caixa de derivação e tubagem de grés, para esgoto.

Figs. 192-193 – Aspecto inicial e do desenvolvimento dos trabalhos.
No início dos trabalhos o espaço encontrava-se bastante entulhado com materiais de construção e lixos recentes, pelo que foi necessário proceder à remoção de uma grande quantidade de tijolos e de telhas contemporâneos, plásticos, garrafas de cerveja e outros lixos, que seriam identificados como a camada 1.

Figs. 194-195 – Parede poente do inferno e perfil Norte.

A escavação foi-se desenvolvendo no sentido de remover a totalidade das camadas de terra e de entulhos, sucessivamente depositadas na área correspondente ao inferno de um outro engenho, sobretudo durante o período de obras do final do século XX.

Figs. 196-197 – Aspecto final da escavação.
Dada a dificuldade em se escavar na zona onde se encontrava a tubagem de esgoto, foi feito um corte no sentido genérico Norte-Sul, aprofundando-se apenas a zona poente. A partir da camada 3, as terras passaram a ser crivadas.

A cerca de 1,40m do topo da caixa de derivação, foi localizada uma grande laje de pedra com um encaixe rebaixado esculpido. A pedra foi limpa, delimitada e fotografada.

Por esta altura, verificaram-se sérias dificuldades na escavação do sector. Os trabalhos tinham aprofundado bastante o terreno e a estrutura das paredes mostrava alguma debilidade. Nos últimos dias de escavação, algumas das pedras da fundação das paredes norte e poente soltaram-se, colocando em risco a integridade das paredes e a segurança dos técnicos. Em reunião com o arquitecto responsável pelo projecto, foi analisada a situação, tendo-se concluído pela impossibilidade de continuar a escavação – que já deveria estar muito próxima do substrato rochoso local –, sem uma contenção da parede. Uma vez que a contenção da parede exigiria uma intervenção significativa, em termos de tempo e de recursos financeiros, e que, por outro lado, ela própria seria também impeditiva da continuação dos trabalhos arqueológicos, dada a exiguidade do espaço, optou-se por não se aprofundar mais a escavação, deixando-se a possibilidade de um eventual acompanhamento aquando das obras de recuperação.

Na sequência da decisão de não se trabalhar mais no interior do inferno, optou-se por fazer apenas um perfil esquemático da estratigrafia local.

**ESTRATIGRAFIA:**

- **Camada 1** – Camada composta, sobretudo, por entulhos de cerâmica de construção e algumas pedras de pequena dimensão. A rara terra castanha amarelada e de consistência arenosa surge apenas como elemento de ligação do material de
construção. Camada com 33cm de espessura, que corresponde ao nível de implantação e construção da caixa do esgoto.

Nesta camada apenas se recolheram raros vestígios faunísticos e dois fragmentos de tigelas vidradas contemporâneas (séculos XIX/XX).

- **Camada 2** – Camada de terra relativamente solta, de deposição recente, com bastantes pedras. Com 23cm de espessura. Apresenta coloração castanha escura, com pequenos nódulos de argamassas calcárias, plásticos e algum material cerâmico de construção – telhas de vidro e de canudo, bem como tijolos, tudo do século XX –, embora em quantidades muito inferiores às da camada superior.

Esta camada forneceu alguns restos de fauna osteológica e marinha, alguns ferros recentes (um dos quais concrecionado a uma carica), uma bala de espingarda da segunda metade do século XX, um botão de madrepérola e diversos vidros, pertencentes a chaminés de candeeiros a petróleo, copo e frasco contemporâneos. A cerâmica fosca quase não tem presença, tendo-se recolhido, antes, fragmentos de tigela e tachos vidrados (século XX), raros fragmentos de faiança industrial e regional (séculos XIX/XX), um de azulejo industrial e vários fragmentos de pratos de porcelana Vista Alegre, tudo do século XX. Destaca-se um fragmento de uma tampa de terrina do século XVIII/XIX, fora do restante contexto.

- **Camada 3** – Camada de composição idêntica à da camada anterior, apresentando apenas a variante de ter no seu interior várias pedras volumosas, sem qualquer alinhamento. Com 30cm de espessura.

O espólio recolhido foi muito diminuto, mas similar ao da camada 2, tendo-se recolhido metais recentes (pregos, chapa e uma carica), vidros de garrafa e de chaminé de candeeiro a petróleo, fragmentos de assadeira vidrada (século XX) e de faiança industrial. A cerâmica fosca é quase inexistente. Foram ainda exumadas duas moedas, de dez e de cinco centavos, respectivamente de 1950/1960 e de 1924.

- **Camada 4** – Camada de terra castanha escasa, muito compacta e mais homogénea do que a camada anterior. Com 57cm de espessura. Apresentava grande quantidade
de pedras de grande e média dimensão, raros vestígios faunísticos, insignificantes restos de cerâmica de construção (telha de canudo e tijolo) e alguns pregos e cravos de ferro. Recolheu-se cerâmica fosca em maior quantidade do que nas camadas anteriores. Exumaram-se, também, um fragmento de cerâmica vidrada, um fragmento de faiança dos séculos XVII/XVIII e um fragmento de faiança sevilhana, do século XV/XVI. O aparecimento simultâneo, na mesma camada, de uma tampa de lata de conserva e de fragmentos de vidros recentes de garrafa e de chaminé de candeeiro a petróleo, ilustra bem o nível de contaminação que caracteriza esta camada de enchimento.
Azenha de Santa Cruz
Sector 10 - Perfil Sul

22/09/2005

Camada 1
Camada 2
Camada 3
Camada 4
ESTRUTURAS:

- **1 - Inferno** – A base do compartimento 10 constitui o inferno de um engenho que terá sido desmantelado no início do século XX. A sua organização espacial e as suas dimensões são substancialmente diferentes das dos infernos dos sectores 6 e 8.

Na base do inferno foi descoberta uma grande laje de pedra tendo esculpido um encaixe rectangular rebaixado. Deverá tratar-se, a exemplo das restantes estruturas similares, do encaixe do eixo da roda deste engenho.

A sua desactivação terá ocorrido já no século XX, pois subsistem fotografias do século XIX mostrando esta roda em funcionamento.

Figs. 198-199 – Laje de pedra com encaixe esculpido.
6.8 – SECTOR 13

No sector 13, correspondente à cozinha principal do imóvel, resultaram tecnicamente infrutíferas as várias tentativas de implantação da quadrícula, pelo que se optou pela escavação em área e pela referência integral ao compartimento.

Quando se procedia ao registo fotográfico inicial da divisão, foi notada uma discreta uniformidade num conjunto de quatro pequenas lajes existentes na parede norte. Explorou-se a parede, picando a terra de fecho das juntas e soltando algumas das pequenas pedras situadas entre as lajes, tendo-se descoberto um pequeno nicho ou esconderijo. No seu interior foi encontrado um pratel fragmentado (AZS-500).
Os trabalhos iniciaram-se com uma limpeza geral do terreno e de alguns lixos e entulhos que aí haviam sido depositados. Nomeadamente, parte da camada de gravilha miúda de assentamento do já removido piso de betão, localizada, sobretudo, na zona nordeste da cozinha, sobre um amontoado de lajes de pedra e de lixo.

De seguida, toda a cozinha foi varrida, tendo-se percebido de imediato que, numa área substancial da mesma, a rocha de base aflorava já à superfície, não havendo necessidade de ser arqueologicamente intervencionada. Nessa sequência, delimitou-se uma área de intervenção, localizada a norte e nascente do compartimento.

Começou por se escavar a zona de acesso à laje que servia de soleira, correspondente à fundação da unidade mural 21 (cf. capítulo 8.4). Aí foi encontrada uma telha de canudo praticamente inteira. Inicialmente, chegou a pensar-se que poderia ser a continuação da conduta coberta por telhas, identificada no sector 15, que seguiria sob o piso, para escoar as águas sobrantes no exterior do edifício. A continuação da escavação viria, no entanto, a inviabilizar esta hipótese, tendo-se concluído que se tratava de uma simples telha de canudo caída ou reutilizada.
Azenha de Santa Cruz
Sector 13 - Área intervencionada
Quadriculas E14/17 a I14/17
07/09/2005
Ao mesmo tempo, iniciou-se a escavação da primeira camada, que deverá ter correspondido, pelo menos parcialmente, ao último piso de terra batida. O registo das camadas considerou as camadas 1 e 2, respectivamente, como o piso de betão já removido e a camada de gravilha onde aquele assentava.

Contígua à parede poente foi identificada uma pequena vala, com um tubo de grés que ligava ao exterior do edifício, através da fundação da parede. A abertura da vala e a colocação da tubagem de esgoto terão ocorrido na intervenção do final do século XX.

Sensivelmente a meio da parede norte foi descoberta a fundação de um muro de uma só face (voltada a nascente), perpendicular à parede, ao qual se sobreponha o último piso de terra batida da cozinha, em cerca de 7cm.
Este muro delimitava uma zona de despejos (fossa), nomeadamente de restos alimentares, utilizada durante um longo período de tempo. Esta fossa permitiria a passagem dos resíduos para o exterior, através de uma ligação na fundação da parede.

A zona de despejos era delimitada, a sul, por um outro muro recente, de tijolo *burro* e argamassa de cal, quase perpendicular à parede nascente, que terá servido de suporte a uma bancada de pedra registada no levantamento de 1982 e entretanto desaparecida. No topo da fossa foram encontradas algumas lajes de pedra fragmentadas, que poderão corresponder aos restos desta bancada.
Os trabalhos continuaram com o rebaixamento das diversas camadas identificadas. Na última camada, quase defronte da porta de acesso ao compartimento, surgiu um possível buraco de poste, com um bom recorte e envolvido por uma mancha de argamassa de cal exactamente igual à do muro de tijolo burro, que lhe fica próximo. No seu interior foram encontrados fragmentos de faiança e azulejo, dos séculos XIX/XX. Junto do buraco encontrava-se um tijolo burro, que parecia aí ter sido colocado de forma intencional.

Este buraco estava rodeado, a Norte, por uma carapaça de pedras e restos de telha e tijolo, cuja função não se conseguiu vislumbrar.
Figs. 215-216 – Camada sob a fundação da parede nascente e recolha dos fragmentos empedrados.

Figs. 217-218 – Camada sob a parede, onde foram encontrados os fragmentos: vistas do sector 13 (esquerda) e do sector 9 (direita).

Junto da entrada no compartimento, na última camada e a cerca de 50cm de profundidade relativamente à soleira da porta, começaram a surgir inúmeros fragmentos de uma mesma peça decorada, que se veio a verificar ser um pote empedrado, dos séculos XVI/XVII. No total, foram recolhidos, de uma pequena área de dispersão, perto de 190 fragmentos desta peça. Os fragmentos continuaram a surgir sob as fundações da parede nascente, para onde a camada se prolongava. Pelo que se facilmente se verificou a anterioridade deste nível de deposição, relativamente à construção daquela parede.

Figs. 219-220 – Descoberta dos fragmentos do pote empedrado.
Figs. 221-226 – Aspecto final do sector, após os trabalhos de escavação.
Figs. 227-230 – Aspecto final do sector, após os trabalhos de escavação.
Azenha de Santa Cruz

Sector 13

Área de dispersão dos fragmentos de pote pedrado

[Map showing the area and dimensions]
ESTRATIGRAFIA:

- **Camada 1** – Piso de betão, aplicado no final do século XX.

- **Camada 2** – Camada de gravilha, para assentamento do piso de betão. Estava associada a diversos lixos e lajes de pedra. O espólio recolhido nesta camada limitou-se a diversos pregos e cravos e a uma pequena bala de chumbo esférica, de pistola ou espingarda, dos séculos XVIII/XIX, proveniente dos remeximentos de terras efectuados durante as obras do final do século XX.

- **Camada 3** – Camada que corresponderá, pelo menos parcialmente, ao último piso de ocupação do imóvel. Sobre esta camada estava colocada a laje de pedra à entrada do compartimento. Apresentava uma cor castanha avermelhada escura, solta, com restos de argamassas de betão, pedras miúdas e plásticos.

O espólio exumado é constituído por alguns fragmentos de cerâmica de construção, nomeadamente telhas de canudo, restos faunísticos osteológicos e malacológicos (sobretudo de mexilhão), alguns ferros – praticamente todos de função e datação indeterminadas, e alguns contemporâneos –, raros vidros, designadamente de garrafa verde contemporânea, e alguma cerâmica. Desta, a quase totalidade dos fragmentos pertenciam a cerâmica fosca da Idade Moderna, de datação genérica, tendo sido ainda encontrados dois fragmentos vidrados, pertencentes a um alguidar (séculos XVIII/XIX) e a uma tigela (séculos XIX/XX), e um pequeníssimo fragmento de faiança dos séculos XVII/XVIII, muito rolado e já sem vidrado.

- **Camada 3/4** – Corresponde a uma mancha de cinzas, com muitos carvões de pequenas dimensões, surgida apenas na área fronteira à entrada da cozinha, logo a seguir ao degrau formado pela laje de soleira e estendendo-se até ao murete de tijolo, sem correspondência estratigráfica no perfil Sul.

Fornecido abundantes restos faunísticos osteológicos e, sobretudo, malacológicos – especialmente numerosos exemplares de lapas e mexilhões –, alguns ferros
concrecionados, fragmentos de telha de canudo, raros vidros contemporâneos e uma moeda de 20 centavos, de 1959.

Foram também recolhidos abundantes fragmentos de cerâmica. A cerâmica fosca é, genericamente, de época moderna, destacando-se um fragmento datado dos séculos XV/XVI, outro dos séculos XVI/XVII e dois dos séculos XVII/XVIII. Apareceu também alguma cerâmica vidrada, datada de entre os séculos XVIII e XX, raros e pequeníssimos fragmentos de faiança dos séculos XVII/XVIII, um fragmento de faiança do século XVIII, outro dos séculos XIX/XX e um fragmento de faiança industrial contemporânea.

- **Camada 4** – Camada de terra cinzenta escura, muito solta, que se distingue bem da antecedente e da que a sucede. Caracterizava-se, especialmente, pela presença de muitas pedras de pequena e média dimensão, entulhos de construção e abundantes nódulos de argamassa de cal, caiados (restos do reboco de paredes). Contém raros restos osteológicos e mamalógicos, não tendo fornecido outro espólio arqueológico.

- **Camada 5** – Camada de terra castanha clara, muito heterogênea, com diversos fragmentos de telha de canudo. Caracterizava-se pela presença de abundante fauna marinha – em especial numerosos exemplares de lapas e mexilhões –, rara fauna osteológica, um ferro muito concrecionado e vários fragmentos cerâmicos. A cerâmica era genericamente cerâmica fosca da Idade Moderna, constituída, na sua maior parte, por bojos não identificados, sem datação precisa, tendo sido recolhido apenas um fragmento de cerâmica vidrada e dois de faiança dos séculos XVII/XVIII.

- **Camada 5/6** – Pequena mancha de cinzas com pequenos carvões, surgida junto do perfil Sul, visível no perfil, mas sem correspondência significativa na área escavada.

- **Camada 6** – Camada de terra castanha acinzentada, muito homogênea. Caracterizava-se pela presença de uma significativa quantidade de fauna marinha – fundamentalmente de lapas e mexilhões –, rara fauna osteológica e cerâmica. Recolheram-se dois fragmentos de cerâmica vidrada, diversos fragmentos de cerâmica fosca de época moderna e cerca de 190 fragmentos de um pote pedrado, datado do século XVII.
Azenha de Santa Cruz
Sector 13 - Perfil Sul do testemunho
Quadrículas I6 a G6
23/09/2005

Pedra
Telha/tijoleira
Pedra de soleira
Camada 3
Camada 4
Camada 5
Camada 5/6
Camada 6
Rocha de base
ESTRUTURAS:

- **1 – Fossa com canalização** – No canto noroeste da cozinha foi identificada uma área escavada na rocha, pouco profunda, de onde partia um cano de grés que atravessava a base da parede, em direcção ao exterior do edifício. Trata-se de uma obra inacabada, integrada na rede de esgotos prevista aquando da última intervenção, no final do século XX. Não foi encontrado espólio arqueológico nesta área, para além dos lixos deixados na sequência da obra.

  Figs. 231-232 – Fossa, com o cano de grés atravessando a fundação da parede.

- **2 – Nicho** – Na parede norte foi descoberto, dissimulado na parede, um pequeno nicho utilizado como esconderijo. O nicho, delimitado por estreitas lajes de pedra, mede entre 13,5cm e 13,9cm de largura, entre 15cm e 19cm de altura e tem 37cm de profundidade.

  Figs. 233-234 – Nicho e pratel encontrado no seu interior.
No seu interior foi encontrado um pratel de barro vermelho, fragmentado (AZS-500).

![Pratel de barro vermelho fragmentado](image)

Figs. 235-236 – Pratel encontrado no interior do nicho.

- **3 – Muro de suporte** – Perpendicularmente à parede nascente encontrava-se um murete feito de tijolo burro ligado por argamassa de cal branca, que deverá ter servido de suporte à bancada de pedra que existia no local. No final dos trabalhos, este frágil murete desmoronou-se parcialmente.

![Muro de tijolo e cal](image)

Fig. 237 – À direita, o muro de tijolo e cal.

- **4 – Fossa de despejo** – Junto ao canto nordeste do compartimento foi identificada uma zona de despejos, formada por uma fossa escavada no terreno. Esta fossa situava-se sob a janela de rampa e era delimitada, a poente, por um muro de pedra e, a Sudeste, por um murete de tijolo burro. Esta estrutura negativa termina em cone, prolongando-se sob a fundação da parede, em direcção ao exterior do edifício.
No interior desta fossa foram identificadas três níveis deposicionais:

**Camada 1** – Continha alguns pequenos fragmentos de cerâmica fosca e pouquíssimo espólio faunístico. Foi recolhida a tampa de um fervedor contemporâneo, de alumínio.

**Camada 1/2** – Zona inferior da camada anterior. Camada compacta, homogénea, castanha avermelhada. Continha vários cravos e outros ferros, abundantes fragmentos de telha de canudo, significativa fauna osteológica e malacológica (esta, maioritária) e diversos fragmentos de cerâmica fosca, dos quais se destacam alguns fragmentos de um fogareiro.

**Camada 3** – Camada de terra negra. Continha pequenos fragmentos de telha e fauna osteológica e marinha.

Concluiu-se, assim, que a zona de despejos se situava sob a janela de rampa (fresta) – “[...] pia dos despejos. Sobre esta pia havia uma fresta pequena que dava para a rua” (Lourenço, 2006, p. 67) não sendo utilizada a janela para o efeito, como anteriormente havia sido sugerido: “fresta afunilada, cuja função não deixa lugar a dúvidas: vazadouro dos lixos domésticos – é o cubo de despejos” (Cunha e Sobreiro, 1982, p. 29).

Figs. 238-239 – A fossa de despejo durante e após a escavação.
5 – Muro de pedra – Perpendicularmente à parede norte encontrou-se um muro de pedra, apenas com uma face, voltada a nascente.

Inicialmente, colocou-se a hipótese de se poder tratar da fundação de uma parede divisória interna do compartimento, que ligaria à antiga parede (U. M. 26a, cf. capítulo 8.4), de que apenas restam alguns blocos de pedra sob a parede sul. No entanto, o facto de este muro encastrar na parede norte e, acima da altura do muro, a parede se apresentar sem qualquer lacuna que evidencie qualquer encastre anterior de uma parede elevada, levaram-nos a colocar de lado esta hipótese. Tal só poderia ser viável se a parede norte fosse posterior a este muro/parede, revelando uma anterior demolição, para alargamento de um compartimento que, inicialmente, teria sido mais pequeno. É uma possibilidade que fica em aberto e que não é possível comprovar. A verdade é que o muro encastra num troço inferior da parede norte que é mais profundo e que apresenta um aparelho mais bem elaborado do que o troço superior, parecendo corresponder a uma estrutura mais antiga, que integraria os dois paramentos: troço da parede e muro.

Outra possibilidade é a de se ter tratado de uma estrutura isolada anterior, como uma zona de despejo delimitada por dois muros, sobre a qual tivesse sido, posteriormente, construída a cozinha, com aproveitamento destas estruturas murais preexistentes.
No entanto, uma vez que os dados são tão escassos, qualquer uma destas possibilidades entra já no campo da especulação.

- **6 – Buraco de poste** – Na última camada, quase defronte da porta de acesso ao compartimento, surgiu um possível buraco de poste, com um bom recorte e envolvido por uma mancha de argamassa de cal exactamente igual à do muro de tijolo *burro*, que lhe fica próximo. No seu interior foram encontrados um bordo de cerâmica fosca, um fragmento de azulejo industrial pintado a *stencil*, um fragmento de faiança dos séculos XIX/XX e alguns fragmentos de ferro. Junto do buraco encontrava-se um tijolo *burro* recortado, que parecia aí ter sido colocado de forma intencional. Este buraco estava rodeado, a Norte, por uma carapaça de pedras e restos de telha e tijolo, cuja função não foi possível identificar.

Figs. 241-242 – Buraco de poste.

A similitude da argamassa que envolvia o buraco, com a do muro de tijolo, faz crer na sua contemporaneidade, sendo o buraco de poste relativamente recente e destinado, provavelmente, a conter um poste/pilar de sustentação da bancada de pedra que existia junto à parede nascente.
Azenha de Santa Cruz
Sector 13 - Planta final
Quadriculas E14/17 a I14/17

23/09/2005
6.9 – SECTOR 14

Depois de fotografado o plano inicial do sector, limpou-se e delimitou-se a fundação da parede que separa o sector 14 do sector 15.

Na zona de ligação com o sector 8 foram escavadas as quadrículas G/H 9/10, tendo-se constatado ser a potência estratigráfica mínima, não passando de uns escassos 2 a 4cm de uma camada única. Tudo indica que, durante as obras do final do século XX, este
compartimento tenha sido quase completamente desaterrado. Prova disso é a inexistência de qualquer vestígio da parede nascente do compartimento (U. M. 12/26, cf. capítulo 8.4), mesmo ao nível das fundações. O mesmo terá acontecido à parede que lhe seria paralela e correspondente à unidade mural 26a (cf. capítulo 8.4), de que apenas restam alguns blocos de pedra sob a parede sul.

Figs. 246-247 – Aspectos da escavação do sector 14.

Para além de alguns fragmentos de telhas de canudo, apenas junto das paredes – onde a inclinação do terreno possibilitava uma maior deposição de terras – se conseguiram recolher alguns fragmentos de cerâmica fosca da Idade Moderna, indiferenciada, bem como um fragmento de tigela vidrada, dos séculos XIX/XX.

Figs. 248-249 – Escavação do concheiro.

Na zona sudoeste do sector foi detectada uma fossa escavada na rocha, cheia de materiais contemporâneos, na sua quase totalidade do século XX, que corresponderá a
uma lixeira criada, muito provavelmente, no final do século, entre o abandono do imóvel e a realização das últimas obras, para deposição de restos do conteúdo do imóvel. Nela foi encontrada, também, uma moeda de 10 centavos, de 1925.

Já junto à parede norte foi identificada, na base de uma camada muito fina de terra, imediatamente sobre o substrato rochoso, um significativo concheiro, com alguns restos osteológicos, ao qual estava associado um fragmento de sílex.

![Fig. 250 – Aspecto final do sector, após os trabalhos de escavação.](image)

**ESTRUTURAS:**

- **1 – Lixeira contemporânea** – Estrutura escavada na rocha, na zona sudeste do sector. Identificaram-se duas camadas:

  **Camada 1** – Camada de cobertura e envolvimento da lixeira, constituída por terra castanha misturada com gravilha miúda.

  **Camada 2** – Camada de lixos constituintes da lixeira. Foram recolhidos vários ferros, uma tampa de panela de esmalte, cerâmica e faiança contemporânea, nomeadamente
de fabrico industrial, inúmeros fragmentos de vidro, pertencentes a garrafas e frascos, designadamente de produtos alimentares e farmacêuticos, e uma moeda de 10 centavos, de 1925.

- **2 – Concheiro** – Camada de deposição de restos malacológicos abundantes, identificada na base de uma fina camada única, imediatamente sobreposta ao substrato rochoso local. Estava associada a alguns restos osteológicos e a um fragmento de sílex (AZS-1334), bem como a dois fragmentos de telha, três pequenos fragmentos de cerâmica fosca indiferenciada e dois fragmentos vidrados, fruto de contaminação da camada superior, já praticamente desaparecida.
Azenha de Santa Cruz
Sector 14 - Delimitação da lixeira
Quadriculas E10/11 a F10/11

19/09/2006

Lixeira contemporânea
Azenha de Santa Cruz
Sector 14 - Delimitação do “concheiro”
Quadricula E9/10 a F9/10

19(09)2005
6.10 – SECTOR 15

Iniciaram-se os trabalhos com a marcação de uma sondagem de 4m X 4m, que abarcou uma pequena zona do sector 6.

A escavação iniciou-se pelas quadriculas H 14 e H 15, paralelas à fundação da parede divisória entre os sectores 15 e 6, começando por se limpar e delimitar esta estrutura.

Algum desfasamento relativamente à identificação constante das fotografias está relacionado com o facto de os trabalhos terem sido iniciados com um levantamento topográfico que se verificou ter algumas
Figs. 257-258 – Escavação das quadrículas H 14/15 e plano da camada 2.

Após a limpeza do que restava desta parede, observaram-se vestígios da aplicação sucessiva de diversas camadas de cal de caiação sobre a parede. Estas folhas de cal continuavam sobre o terreno, naquilo que seria o nível do piso, formando um rebordo na zona de ligação entre o piso e a parede.

Figs. 259-260 – Topo da camada 3.

incorrecções, supridas com a realização de um novo levantamento, que nos foi fornecido já perto do final da escavação.
Entretanto, alargou-se a escavação às quadrículas F/G 14/15 e, após o registo dos perfis, a mais outras onze quadrículas.

Nas quadrículas H 14/15, sob o piso delimitado pela camada de cal, começou a surgir um rego escavado na rocha, que se prolongava para Norte, onde era coberto por algumas lajes de pedra e, mais a norte, por telha de canudo. Formava, assim, uma conduta de
drenagem de águas que convergia para uma caixa de junção coberta por uma laje de calcário, juntamente com outra conduta proveniente de Sudoeste, seguindo as águas de ambas as condutas em direcção a Nordeste. A continuação desta estrutura terá sido destruída aquando das últimas obras no edifício, pelo que se desconhece a sua direcção e função.

Figs. 265-266 – Rocha de base. Semicírculo delimitado por pedras (a) e rego escavado na rocha (b).

Figs. 267-268 – Escavação da conduta.
Fig. 269 – Aspecto da conduta, sob o piso delimitado pela camada de cal.

Fig. 270 – A conduta cortada pelo pilar de betão.

Figs. 271-272 – Pormenor da caixa de junção e aspecto final da área do sector.

Próximo da caixa de junção foi descoberta a metade de um almofariz de pedra. No final da escavação, a cobertura das condutas foi removida e escavado o seu interior.

Figs. 273-274 – Troço da conduta, após escavação.
Nas quadrículas G 15 e F 15/16 surgiram, respectivamente, uma pequena depressão na rocha, semicircular, delimitada por pequenas pedras colocadas em castelo – não identificada –, e um conjunto de grandes pedras queimadas, formando uma lareira, com muitas cinzas e carvões ao seu redor.
Fig. 279 – Lareira.

Fig. 280 – Perfil Sul.

Figs. 281-282 – Desenho final das estruturas.
Azenha de Santa Cruz
Sector 15 - Plano inicial da camada 2
Quadriculas F14/15 a G14/15

11/07/2005
Azenha de Santa Cruz
Sector 15 - Plano inicial da camada 3
Quadriculas F14/15 a G14/15
13/07/2005
ESTRATIGRAFIA:

- **Camada 1** – Camada argilosa castanha escura, solta, com algum cascalho e materiais contemporâneos, como pedaços de cimento, caliça e fragmentos de telha e tijolo. Corresponde, parcialmente, ao piso da última ocupação do edifício e apresenta materiais recentes, de vidro (garrafa de cerveja), ferro, raros fragmentos de faiança industrial do século XX e de cerâmica vidrada e alguma cerâmica fosca indistinta. Recolheu-se ainda, nesta camada, uma tacha de aplicação em mobiliário de couro, datada de entre os séculos XVII/XIX.

- **Camada 2** – Camada constituída essencialmente por materiais de construção, fragmentos de argamassa, cal de parede em folhas, pedras e abundantes fragmentos de telhas. Recolheram-se alguns restos faunísticos osteológicos e malacológicos, diversa cerâmica fosca de época moderna, com bastantes fragmentos de cerâmica brunida e um fragmento de cerâmica vidrada. Integram ainda esta camada dois fragmentos de prato dos séculos XVI/XVII e dois fragmentos de infusa do século XVI.

- **Camada 3** – Camada argilosa castanha escura, com abundantes fragmentos de telhas, nomeadamente junto da área descoberta da conduta, podendo ser vestígios de uma destruição desta cobertura. Também forneceu restos faunísticos, nomeadamente ossos, conchas de lapa e de mexilhão e diversas pinças de caranguejo. Exumaram-se, ainda, diversos fragmentos de cerâmica fosca, entre os quais um fragmento de uma tigela do século XVI, dois fragmentos de cerâmica modelada do século XVII, um fragmento de uma malga vidrada do século XVI/XVII e dois fragmentos de faiança do século XVII/XVIII.

- **Camada 4** – Camada fina argilosa, sobre o substrato rochoso, só observada no perfil poente, com algumas cinzas e carvões. Recolheu-se um fragmento de telha, um fragmento de osso, algumas conchas de lapa e raras de mexilhão. Camada idêntica à do nível do concheiro, detectado no sector 14, de que poderia ser a continuação.
- **Camada 5** – Camada de cinzas, alguns carvões e areia queimada, sobre e em redor da lareira, só visível no perfil Sul. Forneceu fragmentos de ferro concretionados, diversa cerâmica fosca, alguma cerâmica brunida, um fragmento de pratel vidrado e vários fragmentos de um alguidar contemporâneo.

- **Camada 6** – Camada argilo-arenosa, com poucos carvões e pequenos clastros com mais ou menos 1cm. Corresponde ao nível superior do enchimento da vala de fundação da parede nascente do sector 15. Só visível no perfil Norte. Recolheram-se desta pequeníssima camada dois fragmentos de cerâmica fosca e um fragmento de cerâmica modelada do século XVII.

- **Camada 7** – Camada arenosa castanha clara. Corresponde ao um pequeno nível inferior da vala de fundação da parede nascente do sector 15. Só visível no perfil Norte.
Azenha de Santa Cruz
Sector 15 - Perfil Poente
Quadriculas H14 a H15

05/07/2005

[Diagram with legend: Pedra, Telha, Nódulo de argamassa, Rocha de base, Camada 1, Camada 2, Camada 3, Camada 4]
Azenha de Santa Cruz
Sector 15 - Perfil Poente
Quadriculas F14 a F15

22/07/2005
ESTRUTURAS:

- **1 – Conduta** – Trata-se de uma conduta de drenagem de águas residuais, orientada no sentido Sul-Norte, formada por um rego escavado na rocha, parcialmente coberto por algumas lajes de pedra e, maioritariamente, por telha de canudo. Possuía uma caixa de junção, coberta por uma laje de calcário, para onde convergia com outra conduta proveniente de poente, seguindo as águas de ambas as condutas em direcção a nascente. A continuação desta estrutura terá sido destruída aquando das últimas obras no edifício, pelo que se desconhece a sua direcção final e a sua função.

Figs. 283-284 – Pormenor da canalização e fragmento de almofariz.

No entanto, é ainda possível analisar algumas questões. Por um lado, a conduta estava escavada na rocha, pelo que só poderia, por isso, transportar águas pluviais ou residuais. E as suas dimensões excluem, desde logo, a possibilidade de poder estar relacionada com o aproveitamento de águas para alimentação do caudal de abastecimento de alguma roda da azenha.

Por outro lado, estava localizada imediatamente sob o piso do compartimento, na zona mais antiga do imóvel, num local que foi, desde as origens da azenha, uma dependência interior. A hipótese mais viável é, pois, que servisse apenas para drenar as águas pluviais, no sentido de manter o edifício – já por si localizado numa zona extraordinariamente agreste – o menos húmido possível, melhorando as suas condições de habitabilidade.
Junto da caixa de junção foi descoberta a metade de um almofariz de pedra.

No final da escavação, a cobertura das condutas foi removida e escavado o seu interior. Durante o levantamento e limpeza do esgoto, ao seu redor e no seu interior, recolheram-se abundantes restos malacológicos (conchas de lapa, mexilhão, burriés), vários ossos de animais, diversos fragmentos de cerâmica fosca e alguns fragmentos de faiança datada de entre os séculos XVII e XIX. Mas neste contexto também surgiram materiais contemporâneos, como um isolador de porcelana, um guizo, uma colher de chá e uma moeda de 20 centavos, de 1925. Dado que a conduta não tinha qualquer ligação e se encontrava desactivada, e considerando ainda o elevado grau de compactação do terreno, a única explicação minimamente plausível para a presença destes materiais residirá na bioturbação provocada por roedores. A datação dos materiais sugere um limite temporal de cerca de 80 anos, que teria possibilitado a posterior compactação do terreno argiloso.

- **2 – Lareira** – A lareira encontrada é uma estrutura muito rudimentar, mas muito bem executada. Apresentava lajes queimadas pelo fogo e, ao seu redor, grandes quantidades de cinzas e carvões. As pedras apresentavam-se fortemente queimadas, sugerindo uma utilização intensiva.

A lareira encontrava-se envolvida por uma terra compacta, com muitas cinzas e carvões. Nela se recolheram 16 fragmentos de cerâmica fosca, nove fragmentos de cerâmica vidrada, na sua maioria pertencentes a um alguidar, um fragmento de telha queimada e dois ferros concrecionados.

Encontrada numa dependência que terá sido destinada a habitação, não se exclui a hipótese de a lareira ter servido, também, para a realização de trabalhos relacionados com a actividade moageira. Inexplicável é, para já, o facto de estar localizada precisamente defronte da porta de acesso ao compartimento, apesar de possuir uma laje elevada de protecção, orientada contra o vento que pudesse vir do exterior.

---

38 A última moleira da azenha confirmou os graves prejuízos causados pelos “*muitos ratos que iam à farinha que ali ficava durante a noite*” (Lourenço, 2006, p. 73).
Azenha de Santa Cruz
Sector 15 - Planta
Quadriculas F14/15 a H14/15
25/07/2005

Telha de canudo  Pedra
Reco e covacho  Muro
Azenha de Santa Cruz
Sector 15 - Planta
Quadriculas D11/14 a H11/14
20/09/2005
6.11 – SECTOR 16

O piso deste compartimento, tal como o do compartimento 5, que lhe fica contíguo, encontrava-se bastante remexido, em virtude da colocação de tubagens de esgoto e de uma grande caixa de junção, nos anos 90 do século XX. Por essa razão, a esperança de encontrar uma estratigrafia inequívoca, ou estruturas intactas, era bastante diminuta. Por essa razão, foi feita uma pequena sondagem prospectiva defronte da porta de acesso ao compartimento 15, depois da qual se decidiria sobre a viabilidade de se desenvolverem trabalhos noutras quadrículas.

Fig. 286 – Fase inicial dos trabalhos de escavação.
Começou por se marcar a quadrícula F18, com 1m x 1m, junto à porta. Ao escavar-se, percebeu-se que a maior parte do terreno estava fortemente contaminada com inúmeros lixos e entulhos contemporâneos, espalhados na sequência das últimas obras realizadas no local.

![Figs. 287-288 – Evolução dos trabalhos de escavação da quadrícula F 18.](image)

Decidiu-se, entretanto, alargar a escavação lateralmente, abrindo as quadrículas E 18 e parte da quadrícula G 18, no sentido de se identificarem as fundações das paredes que aí existiam e que foram demolidas na recente intervenção. Foram colocadas as paredes à vista e limpas, para se perceber a forma de articulação com a restante estrutura construída, nomeadamente com o paramento norte.

![Figs. 289-290 – Final da escavação nas quadrículas E/F 18.](image)

Verificou-se que, ao avançar-se para poente, o substrato rochoso aflorava cada vez mais à superfície, diminuindo a potência estratigráfica. O nível de lixos e entulhos manteve a sua presença em toda a área escavada.
Não foram detectadas estruturas. A escavação, no entanto, permitiu identificar as fundações das duas paredes divisórias que separavam o sector 16 dos sectores 5 e 18 (esta última apresentava zonas cobertas de cimento), bem como detectar a soleira da porta de acesso ao compartimento 15 e compreender a estrutura construtiva da porta.
Numa outra fase dos trabalhos foi escavada a zona fronteira à actual porta principal de acesso à azenha, abrangendo as quadrículas F 21/22. Limpa a camada de lixos recentes, não foi identificada qualquer camada arqueológica. Note-se que o piso rochoso é inclinado e a cota, nesta zona, é substancialmente superior à da zona norte do compartimento.

Ainda assim, escavou-se um pouco do substrato rochoso, para melhor se analisar a grande laje de topo da conduta localizada no sector 5, tendo-se constatado que nenhuma das duas estruturas de condução de águas continuava, originalmente, para a zona do sector 16.

Figs. 296-299 – Aspectos finais dos trabalhos na quadrícula F 22.
ESTRATIGRAFIA:

- **Camada 1** – Camada de revolvimento e de entulhos recentes, designadamente restos de materiais de construção. Estava completamente cheia de lixos – plásticos, talheres, roupas, sapatos, etc. Tinha cerca de 20 cm de espessura.

- **Camada 2** – Camada de terra castanha escura, muito compacta, com muito poucos materiais arqueológicos e, na sua maioria, indiferenciados. Tinha uma espessura de cerca de 15 cm. O substrato rochoso surgiu a cerca de 40 cm, na zona de maior potência arqueológica, junto à fundação da parede nascente.

Foram recolhidos nesta camada raros exemplos de *patella vulgar*ta*, dois fragmentos de telha de canudo, um fragmento de uma malga vidrada a verde e oito fragmentos de cerâmica fosca indiferenciada.
6.12 – SECTOR 18

No início da intervenção, a zona noroeste do compartimento apresentava uma camada de deposição de grandes pedras. Os trabalhos começaram pela limpeza desta camada de pedras, no sentido de averiguar a sua origem, tendo-se concluído que terão aí sido espalhadas na sequência do derrube de diversas paredes internas, aquando das últimas obras no edifício, uma vez que se encontravam sobre uma camada de lixos contemporâneos.

De seguida, foi demarcada uma zona de sondagem com 2,67m x 2,25m. Não foi possível fazer coincidir a área da sondagem com os limites das quadrículas, atendendo ao facto de
algumas das pedras serem exageradamente grandes e não ter sido possível removê-las. A área de intervenção abrangeu, no entanto, as quadrículas B/C/D 18/19/20.

Depois de registada fotograficamente, a camada de pedras foi levantada, tendo-se recolhido duas delas, que correspondiam a fragmentos de mós, picadas. Estas peças foram depositadas junto dos restantes exemplares de mós, existentes no edifício.

Figs. 303-304 – Escavação da camada 4 e aspecto final, após a criação do segundo patamar.

Fig. 305 – Aspecto final dos trabalhos.

Iniciou-se, então, o levantamento da camada 4, cujo topo estava a 14cm de profundidade, relativamente ao topo da camada de pedras (camada 3). Atendendo a que a cota do terreno se elevava, em direcção a poente, depressa se atingiu, no canto noroeste, o nível do substrato rochoso. Assim, foi feito um socalco e escavada apenas a zona mais a nascente. Constatando-se novamente a presença do solo rochoso, fez-se um segundo socalco e escavado um terceiro patamar. Na zona mais funda, equivalente à vala de fundação da parede nascente, a escavação atingiu os 62cm de profundidade.

Concluiu-se, assim, pela inexistência de níveis de ocupação antigos neste sector.
ESTRATIGRAFIA:

- **Camada 1** – Piso de betão do século XX.
- **Camada 2** – Camada de grava, de assentamento do piso de betão.
- **Camada 3** – Camada recente, de deposição de grandes blocos soltos de pedra.
- **Camada 4** – Camada de terra castanho-avermelhada escura (dark reddish brown, de Munsell), muito solta, com restos de grava e muitas pedras. Esta camada tinha cerca de 7/8cm de espessura e apresentava grande quantidade de lixos e entulhos: pedras de média e pequena dimensão, nódulos de argamassa, abundantes fragmentos de telha de canudo e plásticos.
  
  Forneceu apenas um fragmento de cerâmica vidrada contemporânea (séculos XIX/XX).
- **Camada 5** – Camada que preenchia apenas a zona da vala de fundação da parede nascente do compartimento. Constituída por terra relativamente fofa, mas com um maior grau de compactação, relativamente à camada 4. Apresentava uma coloração amarelada, que lhe era dada pela grande quantidade de areia presente, misturada com a terra. Apresentava pedras pequenas, bastantes fragmentos de telha, raros carvões e raros exemplares de *patella vulgata*. Apresentava, ainda, algumas contaminações de plásticos da camada 4.

  Recolheram-se nesta camada raros ossos e 18 fragmentos de cerâmica fosca.
- Cobria a rocha local uma fina camada estéril de terra, mais avermelhada do que a camada 4 (Redish brown, de Munsell), constituída pela desagregação das margas que constituem o substrato rochoso.
Azenha de Santa Cruz
Sector 18 - Área intervenção
Quadriculas B18/19 a D18/19
19/06/2006